

Da Porta  
da Europa  
DA PORTA DA EUROPA

1911-1912

BIBLIOTECA «LIBERTAS» — N.º 1

NENO VASCO

# Da Porta da Europa

FACTOS E IDEIAS

A QUESTÃO RELIGIOSA  
A QUESTÃO POLÍTICA ❖ A QUESTÃO ECONÓMICA

1911-1912

EDITOR: O AUTOR

Composto e impresso na Tipo-  
grafia RENASCENÇA, rua dos  
Anjos, 3-M e 3-N—Lisboa—1913.





## À ENTRADA

Nesta época de transição, de grande e desesperado embate de ideias e de métodos, são úteis todas as contribuições sinceras; e eu entendi que o ponto de vista socialista e libertário, aplicado aos acontecimentos de cada dia, necessita de ser ouvido, fora dos débeis e minguidos meios de publicidade, que são o magro quinhão dos ideais servidos por gente pobre, e por isso mesmo privada das essenciais liberdades.

A apreciação de alguns factos mais salientes da agitada vida social moderna e do período de efervescência em que Portugal entrou nestes dois últimos anos, feita por um critério que não é o dos partidos políticos em luta à volta do poder, nem tampouco o dos scépticos pessimistas e extrapartidários, deve interessar os próprios adversários sinceros ou pelo menos os espíritos independentes e livres de sectarismos.

Esta modesta contribuição de ideias é a reunião de crónicas publicadas em jornais brasileiros e portugueses— a *Lanterna*, de S. Paulo, a *Guerra Social*, do Rio de Janeiro, o *Diário*, de Porto Alegre, a *Aurora*, do Porto, e a *Sementeira*, de Lisboa. Se portanto não é uma obra metódica e coordenada, tem ao menos a desculpa de maior viveza e combatividade, de se adaptar melhor à vida actual de escaramuças e às necessidades urgentes da batalha de ideias.

LISBOA, 11 DE MARÇO DE 1913.

NENO VASCO

# À ENTRADA

Nesta época de transição de grande e desapercebido em parte de ideias e de métodos, são mais todas as contribuições e ideias; e eu entendi que o ponto de vista socialista e liberal, aplicado nos acontecimentos de cada dia, necessita de ser ouvido, bem dos deuses e imortales mais de pediação de, que não o magro dúbido dos ideais sociais por conta ponto, e por isso me sinto privada das essenciais liberdades.

A apreciação de alguns factos para salientes da actual vida social moderna e do período de estagnação em que Portugal entrou nestes dois últimos anos, tem por objectivo que não é o dos partidários em luta, e não se pode com segurança o dos espiritos pessimistas e céticos partidários, deve interessar os próprios liberais, e não se trata de meios de espiritos independentes e livres de todas as ideias.

Esta modesta contribuição de ideias e a tentativa de ideias publicadas em jornais, revistas e conferências — a Lavoura do S. Paulo, a Guerra Social, do Rio de Janeiro, o Diário de Porto Alegre, a Lavoura do Porto, e a Semanário de Lavoura. Se portanto não é uma obra metódica e coordenada, tem ao menos a desolação de maior vivacidade e combatividade de se achar melhor a vida actual de escrupulosamente e as necessidades urgentes de batalha de ideias.

Lisboa, 11 de Março de 1917

MENON VASCO

# INDICE — SUMÁRIO

	Páginas
<b>I.—A República e a Igreja.</b> . . . . .	17- 30
Condições de vida da república na actualidade, sobretudo em Portugal. Classes interessadas na conservação do regime. — A lei de separação e a opposição eclesiástica. O puro separatismo é pouco escutado na Europa. A Igreja vencida invoca a liberdade como artil. — O desamparado protesto do Vaticano.	
<b>II.—O Parlamento e o operariado</b> . . . . .	31- 46
Uma opinião republicana sobre a greve agrária. — A abertura da Constituinte. — Uma entrada de favor no teatro da representação nacional, ou o deputado por bamburrio. Evolução do socialismo parlamentar. A ineficaz Providência legal. — Esperando o maná da lei. Na Constituinte cavaqueia-se sobre legislação operária.	
<b>III.—Questões políticas</b> . . . . .	47- 66
A propósito da deslocação de tropas. O infantil pacifismo. Os «direitos adquiridos»,	

axioma indiscutível. — Bases para um projecto de lei: os deputados pagos sómente pelos seus eleitores. — Deve haver ou não presidente? O verdadeiro poder político e o único travão. A inútil Providência. Exposição de doutrinas libertárias. Definições.

**IV.—A questão universitária . . . . .** 67-74

Os interesses e «direitos adquiridos» de Coimbra contra a «Falange demagógica». — A democracia e a instrução superior. Os obstáculos à cultura mental. O mal da divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual; o mal da autoridade.

**V.—Parlamento e acção directa . . . . .** 75-88

O direito de greve não entra na Constituição. «Questão de facto, não de direito». — Ingenuidades e descuidos de deputados bissonhos e sem fé. — As razões do antiparlamentarismo. Que é a «acção directa»? Sentido restricto e sentido lato. O anarquismo, método político. Anarquismo e violência. O tiranicídio.

**VI.—Guerra internacional e guerra social . . . . .** 89-104

Nuvens de guerra. O conflito anglo-alemão. — Segredos da diplomacia. Manifestações antiguerreiras. — Os resultados duma guerra: uma boa eventualidade, consequência indirecta, contra cem males certos. — A guerra social na Inglaterra. Decisão e franqueza. — A tendência das greves para a generalização. — Uma grande greve em Espanha. — O carácter dos movimentos grevistas espanhóis e as razões da abstenção republi-

cana. — A conquista de Tripoli. — As guerras coloniais, fruto do regime industrial moderno.

**VII.—Literatos mortos. A função policial . . . . .** 105-118

Duas classes de incursores rialistas. Os filhos de Eça de Queirós: epílogo dos *Maias*. — História triste dum escritor que morre na miséria. Os heróis do dia. A política, fonte de glórias e de proventos. — Hervé condenado por ter atacado a policia política. Uma distincção meramente teórica. O conceito que do «crime» de heresia fazem os governos. A repressão policial, hoje impotente, inútil amanhã, perigosa sempre.

**VIII.—A questão clerical. Um precursor . . . . .** 119-136

A lei de separação. Regalismo contra teocracia. Em defesa da liberdade. — Uma grande manifestação da opinião anticlerical. A força do govêrno. — A inocência de Ferrer. Recordação oportuna dum grande crime. — A propósito da comemoração de Henriques Noqueira.

**IX.—A greve de janeiro . . . . .** 137-148

A greve de Évora e suas causas. Atitude das autoridades. Greve geral de protesto. Uma fantasia de políticos. — Os sindicalistas e a República. — O govêrno começa a recuar e a desdizer-se. — Uma retirada completa e um discurso de defesa.

**X.—As grandes greves e as guerras . . . . .** 149-160

A guerra do carvão na Inglaterra. O valor da greve. — Importância e repercussão da

greve mineira. — A aliança anglo-lusa e os ganhos do anão. — A maior força antiguerreira. A greve geral contra a guerra.

XI.— **A dúvida, a tolerância e a acção** . . . . . 161-172

O apedrejamento de dois jornais e o conceito de liberdade. A dúvida, a tolerância e a acção não são incompatíveis. — Uma proclamação tumultuosa e duas maneiras de contar a história. Luta de caprichos, em vez de luta de ideias. Sectários contra sectários, intolerância contra intolerância.

XII.— **Alguns males do capitalismo** . . . . . 173-188

O morticínio do Lena. Fuzilam-se operários para que subam cotações. O naufrágio do *Titanic*. Actos de brutalidade e actos de solidariedade. — O sentido duma greve. O direito dos trabalhadores à gerência directa das coisas. — O significado do Primeiro de Maio. — Os «bandidos de automóvel» e o anarquismo.

XIII.— **O valor da acção operária** . . . . . 189-216

A greve do pessoal dos carros eléctricos. — O que pode vir a ser a arbitragem numa sociedade livre e o que ela é hoje nos conflitos entre o Capital e o Trabalho. — A verdadeira e a falsa «liberdade de trabalho». Os parasitas de hoje e os ociosos do futuro. A necessidade fisiológica, moral e social do trabalho. — O pequeno valor material das reformas e a necessidade duma revolução social. — A atitude dos anarquistas ante o movimento operário e as degenerações individualistas. O renascimento sin-

dicalista e o revigoração do socialismo libertário. Valor económico e moral da acção directa e dos seus resultados. A tarefa dos revolucionários sociais nos sindicatos.

XIV.— **Paradoxos da politica** . . . . . 217-238

A instabilidade ministerial. Quanto menos verdadeira, melhor funciona a máquina parlamentar. — A legação portuguesa do Vaticano. Pretextos e razões da sua conservação. O clero «separado». — A derrota de Couceiro e a morte dum espantalho. — Um fidalgo antigo. Curioso caso de retardamento. — O que é a República e o que dela devem esperar os revolucionários sociais.

XV.— **Riqueza e miséria** . . . . . 239-254

As joias duma rainha perdulária. O escopo da produção actual. Desvio e desperdício do esforço humano. — O dinheiro, instrumento de tirania. Onde está a riqueza. — A propósito duma crónica. A fonte do mal-estar e desordem actuais. O único modo de «tornar toda a gente proprietária.»

XVI.— **Militarismo e democracia** . . . . . 255-282

Os limites da liberdade de expressão. Os direitos do cidadão e o crime de antimilitarismo. — Democracia e militarismo casam-se perfeitamente. — O culto obrigatório do hino nacional. — Os armamentos e seus efeitos. O melhor modo de «defesa nacional». Males da guerra. — O que é a pátria para o burguês e para o proletário. A solidariedade de classe. — Hervé «rectifica o tiro». O hervéis-

mo. A palavra «antipatriota», êrro pedagógico. O que vem a ser o «militarismo revolucionário». Como Hervé entende a «conquista do exército». Uma adesão perigosa. Como deve ser defendida a revolução. O exemplo de 4 de Outubro.

XVII.—Parábola do fim. . . . . 283-288

## CORRIGENDA

Páginas	Linhas	Onde se lê:	Leia-se:
30	17	ódio — o	ódio — e
32	11	ás	as
41	17	infiuência	influência
41	27	de	as
54	16	lamentado	lamentando
64	13	nm	um
102	20	uão	não
121	6	elementes	elementos
128	3	lhe	lhes
131	10	caro	caso
160	1	Allemanha	Alemanha
238	2	denominação	dominação
268	25	das	dos

Além dêstes erros, escaparam à revisão alguns outros, de menos importância, consistentes sobretudo na falta ou troca de acentos.

CORRIGENDA

100	100	100	100
101	101	101	101
102	102	102	102
103	103	103	103
104	104	104	104
105	105	105	105
106	106	106	106
107	107	107	107
108	108	108	108
109	109	109	109
110	110	110	110
111	111	111	111
112	112	112	112
113	113	113	113
114	114	114	114
115	115	115	115
116	116	116	116
117	117	117	117
118	118	118	118
119	119	119	119
120	120	120	120

Alguns nomes foram corrigidos a pedido de alguns leitores de interesse importante. Constatamos o seguinte no texto de contas.

I

LISBOA, 15 DE MAIO DE 1911.

Chegado a Portugal há dez dias, após uma ausência de dez anos, acho-me ainda atordoado da viagem e sinto-me ainda como que em país estrangeiro...

Tudo, porém, o que já pude ver e ouvir não veio senão confirmar a opinião que daí eu trouxe formada quanto à estabilidade da República: que a República tem larga vida e que o século das restaurações monárquicas já passou. A monarquia já não encontraria elementos de vida nem no ambiente interior do país, nem na atmosfera política e social da Europa e do mundo...

Em qualquer parte onde hoje se instaure uma república, essa república tem todas as probabilidades de viver. Antes de dado o passo, houve hesitações, receio de complicações sociais, temor de

conservadores, vacilações de revolucionários — sobretudo onde a questão social ruge mais formidável, porque então *os que temem que perder* temem mais que temer e os outros são pouco entusiastas das soluções democráticas...

Mas transposto o Rubicão republicano, ninguém terá interesse em voltar atrás, todos se apressarão a cortar a ponte...

E Portugal era um dos países da Europa mais propícios ao estabelecimento da república.

A questão social manifesta-se débilmente... Não há um numeroso e aguerrido proletariado industrial. O operariado das cidades e os artífices das vilas deixam-se embalar ao som das promessas democráticas. A alta e pequena burguesia tinha pouco que recear. As classes médias podiam pois manobrar à vontade.

Quem resta agora para querer reconduzir ao passado monárquico esta terra lusitana?

Não a alta burguesia e a alta finança, porque a essas são-lhes mais ou menos indiferentes as formas de govêrno e aos seus interesses convêm marchar de acôrdo com a opinião.

Não o operariado das cidades, que é republicano, por esperar da República sobretudo vantagens económicas; e que, por isso mesmo, se a República o desiludir, seguirá conforme os seus interesses de classe, um caminho que o afastará cada vez mais da monarquia — como em França, onde

dos desenganos da república e do sufrágio universal nasceram o anarquismo, o socialismo e sindicalismo revolucionários, mas nada aproveitaram os rialistas.

Não o elemento avançado dêsse mesmo operariado, porque êsse não quer absolutamente o regresso dum tempo de equívocos, quando, para fundar a república, o proletariado se esquecia da organização e da luta de classe, ao passo que hoje, desembaraçado o terreno daquela questão política, a experiência em república há-de fazer a sua obra.

Não os trabalhadores rurais, mesmo onde mais se encontrem sob a influência clerical, porque entregues à sua lavoura, não os apaixona a política; e ignorantes e desorganizados, não teriam capacidade nem força para opor uma resistência victoriosa à vontade das cidades.

Não as classes médias, porque a república é obra delas e para elas. As reformas democráticas respeitam quase exclusivamente as idealidades e interesses daquelas classes. São elas afinal que, pela sua importância numérica relativa e pela sua independência material, tem maior influência em democracia. Eleitoralmente, a alta burguesia, pouco numerosa, e o proletariado, analfabeto e dependente, valem pouco.

Quer isto dizer que não há *complots* monárquicos? Não; não faltam os boatos, nem as prisões, nem as denúncias e suspeitas... Espalham-se ma-

nifestos. O ex-capitão Paiva Couceiro já perpetrò dois, famosos pela sua puerilidade e falta de gramática. E' um militarão, valente nos combates, mas nulo em política, e ao que parece um pouco desequilibrado.

A imprensa republicana declara não ligar grande importância nem aos boatos nem às conspirações descobertas... Uns dizem que anda nisso metido o govêrno, para se fazer valer, e reclamam o fim da comédia; outros asseveram que são manobras de jesuitas e monárquicos interessados em manter um ambiente de dúvida e de receio; outros accusam simplesmente a fantasia dos boateiros e a manha dos exploradores da candura de ricos dedicados à velha causa...

Se há, porém, conspiradores sinceros, êsses proveem certamente de meios políticos artificiais, das secretarias do Estado, das regiões etéreas ou palacianas estranhas ao mundo real e positivo; êsses não vêem na mudança de regime mais do que a substituição duma coroa por um barrete frigio ou vice-versa, feita à vontade em qualquer sentido. As lutas e interesses das classes, as aspirações e movimentos das massas, as mil complexas causas sociais que se entrecrocão — não existem para êles.

Houve quem empregasse o seu espirito — tão grande como a sua superficialidade — em rir da rapidez e benignidade da insurreição republicana, depois engrandecida por hipérboles entusiásticas.

Mas qualquer vento ligeiro lança por terra um casarão em ruínas!

Como disse o último presidente de ministros do rei, Portugal era uma monarquia sem monárquicos; e a rialeza caiu mais por falta de esteios, pela frieza dos seus supostos defensores, do que pelo ímpeto dos seus atacantes.

Mas restaura-la agora contra uma forte corrente de opinião — o caso é muito diverso. Os ventos não lhe são propícios, nem o decorrer do tempo lhe será favorável, e qualquer tentativa sossobraría no ridículo, segundo todas as probabilidades.

Não é que falem os descontentes. Não faltam. São, ao que parece, numerosos. Mas, com êles, na sua quase totalidade, não pode a monarquia contar...

Proclamada a República, o primeiro momento foi de júbilo expansivo, de sincera adesão, de ansiosa e confiada expectativa. Eram todos os olhos para ela voltados, eram todas as esperanças nela fundadas... Para todos os males se esperava alívio. A providência republicana devia prover a tudo.

O providencialismo leva a esperar dum govêrno, duma simples transformação política, solução para todos os problemas sociais, remédio para todas as dores particulares.

Ora o govêrno novo não deu mais do que podia. Os govêrnos — em quanto govêrnos houver — não podem contentar a todos e hão-de descontentar

muitos para contentar alguns... As desilusões vieram; vieram os descontentes.

Mas dêses descontentes, alguns dos quais ouvi, uns ainda esperam; outros são conservadores e rezeiam enormemente a contra-revolução, que seria para mais a promessa de novas danças; e outros se os desilude a república, é para sairem a campos donde se descortinem mais largos horizontes — e a monarquia pode conta-los entre os seus piores inimigos...

Uns temem as mudanças, outros querem avançar.

E assim a minha convicção está feita: a monarquia é um trapo sujo, abandonado na poeira dos caminhos, e a República, por mais desenganos que acumule, está definitivamente estabelecida.

Cai em Lisboa em plena efervescência provocada pela lei da «separação do Estado das Igrejas», de 20 de abril.

Efervescência é um termo talvez excessivo... Neste delicioso mês de maio, gentil e florido, — é quantas flores! — ceu azul, campos verdes, corações alegres, por aqui nada ferve, salvo talvez os boatos de conspiração, que fervilham mas não chegam a levantar fervura...

Este nosso cura de aldeia não me parece, aliás,

muito talhado para as altas cavalarias da revolta; e creio que de boamente aceitaria o subsídio que lhe oferece a República, se não fossem os jesuitas e Roma, a velarem pelos supremos interesses da Igreja. Depois de mim o dilúvio, pensaria êle; viva eu e arranjem-se como puderem os que me sucederem.

Entretanto o clero mexe-se, os prelados reúnem-se e aguardam ordens do papa. Os simples padres também se reúnem e proclamam seguir incondicionalmente os seus respectivos prelados, muitos acrescentam: e Roma; na maioria parece triunfar a rejeição do subsídio. Alguns protestam acatamento às leis do Estado e há-os que felicitam publicamente o ministro decretador — e declaram aceitar a pensão — que, por exemplo, o prior José Maria Ançã «prefere, por mais digna e segura, às presumidas e incertas esmolas dos fieis»...

Os leitores já estarão informados de que esta «separação» não é bem uma separação pura e simples... Ao que parece, o pensamento do ministro foi separar o Estado das Igrejas, mas não... vice-versa... Não sei se me percebem... Até aqui, o Estado e a Igreja marchavam emparelhados; agora as Igrejas são a matilha e o Estado o caçador, a segurar nas correntes...

Em paga o caçador dá aos párocos já atrelados, a título de direitos adquiridos, a ração conveniente, para o que duplica a verba orçamental antes destinada a tal fim; e se o referido animal — salvo os

atributos divinos... — recusa o prato de lentilhas estendido, o Estado recolhe o prato, com um «para quem não quer mais há», mas largar a corrente, isso é que não. Assim o faz saber a imprensa oficiosa.

Semelhante modo de «separar» não agrada certamente aos espíritos enamorados da liberdade e que da liberdade conhecem o valor positivo. Esses não reconhecem ao Estado nem autoridade, nem capacidade, nem competência, para intervir em religião, como em ciência, como em arte, para reger os domínios da consciência e da inteligência; e procuram restringir-lhe quanto possível as atribuições, sendo ainda as que lhe restam todas elas meramente transitórias... A êsses, o dogma do Estado repugna quase tanto como o dogma da Igreja...

Êsses, apesar de esperarem traição, dariam à Igreja a liberdade que ela reclama — não lhe deixando a atitude elegante de a reclamar com visos de justiça, ela que tanto a negou, que tanto a continua a negar aos outros, exigindo para si exclusivamente o predomínio e a exploração, quando pode usar francamente essa linguagem.

— Nada de privilégios, diriam êsses; para todas as opiniões, seitas, religiões, igrejas, escolas, associações, a mesma liberdade de propaganda e de crítica. Que em frente da Igreja se erga e se organize livremente o livre-pensamento, o anticlericalismo — e que com iguais direitos, liberdade igual, se combatam as duas forças...

Tal é a teoria...

Mas os factos são o que são, e não o que queríamos que êles fossem. Nem o Estado, nem a Igreja, escutarão semelhantes conselhos. Se no Brasil, por exemplo, a separação foi mais ou menos perfeita, a situação era muito outra, não existia um passado de apaixonadas e violentas lutas religiosas... Formular em leis quaisquer princípios teóricos, calmamente concebidos, era então ai extremamente fácil, sem grande opposição nem aplauso, e também sem fortes empenhos para o futuro...

Mas na velha Europa, agitada de seculares contendas, com o ressaibo de ódios profundos e antigos ressentimentos, impossível uma solução amável, mesmo que fosse meramente teórica... Como Portugal, fará por exemplo a Espanha: quando verdadeiramente chegar a sua vez, lá também, ainda mais do que em Portugal, se dirá: expulsão, regalismo, fiscalização...

E no próprio Brasil, quem poderá garantir, apesar de todas as opposições teóricas, que o Estado prossiga para sempre na mesma conduta? A Igreja, as congregações manifestam desde já veleidades de predomínio, projectam e constroem um partido político, cujo escopo é essencialmente amoldar à sua feição as instituições republicanas, «levar Deus ao Estado». A sua influência politica exerce-se já fortemente sobre os poderes públicos, e S. Paulo bem o sabe. Ora é provável, é quase certo que

surja, no mesmo terreno, animado dos mesmos intuitos, imbuido de idênticos princípios autoritários, um partido político anticlerical, que trate de lançar mão da força do Estado e de com ela dar combate ao adversário. E quando o Brasil tiver bem plantada a questão social e um operariado industrial organizado, aquele partido anticlerical formar-se-á e fortificar-se-á tanto mais depressa quanto mais rapidamente fôr preciso entreter, com ruidosas lutas democráticas, as reivindicações proletárias...

Há uma boa dose de ingenuidade em pedir ao Estado e à Igreja o que não pode dar a natureza destes organismos de violência... Eles lutam conforme sabem e podem. Nem o Estado renunciaria à sua supremacia, estando de cima, nem a Igreja deixaria de protestar, ainda que só lhe tivessem sido arrancados os privilégios e regalias.

Agora fala de liberdade; falaria de direitos adquiridos em outros casos; de direitos divinos noutros lugares; de força e de fogueira noutros tempos.

A Igreja não é um apostolado, mas uma potência financeira e política: nem é formada de evangelizadores e apóstolos, mas de funcionários, profissionais, ambiciosos e gozadores. Com o escopo de enriquecer e dominar (uma coisa ajuda a outra: riqueza e domínio conjugam-se), procura viver e desenvolver-se conforme o seu destino, como qualquer organismo.

E' uma lei biológica tanto como social. Ninguém se lembra de pedir ao tigre que deixe de matar para viver.

Assistimos aqui à luta entre a Igreja e o Estado — e este também conforme a sua natureza; e como desta vez a Igreja é a parte fraca, invoca a liberdade...

Manhas de vencido... Que fôsse ela a mais forte!

Nem em nome do Estado, nem em nome da Igreja se pode falar em liberdade, porque ambos cultivam a imposição do dogma — e a liberdade está no polo oposto.

Entre os dois a questão é sobretudo de força e só indirectamente de liberdade. Que ao menos seja vencido — para todo o sempre — o mais caduco e o que mais repugnâncias inspira!

E a questão da liberdade — não teórica, não legal, mas de facto — há-de vir a seu tempo.

5 DE JUNHO

Eleita uma Constituinte unânimemente republicana, eis que nos chega, em telegrama de Roma, a notícia da publicação da encíclica papal de 25 de maio sobre a República portuguesa.

Nela, segundo diz o lacónico telegrama, o papa

lastima vivamente que a série de disposições do governo provisório da República portuguesa seja inspirada no mais avançado espirito anticlerical; comenta algumas delas e especialmente a lei de separação do Estado das igrejas, que declara nula e sem valor algum contra os invioláveis direitos da Igreja.

A Igreja tem naturalmente, pela boca do seu dirigente oficial, de reivindicar os seus privilégios como um direito, de proclamar a sua superior autoridade, de defender a sua existência unitária e dogmática. Não há poder que renuncie, não há classe privilegiada que abdique, não há organismo que se suicide, ou mesmo que se deixe matar sem resistência — a não ser que esteja moribundo...

E que diz afinal o Vaticano, segundo o resumo telegráfico? Que o governo provisório é anticlerical e que as suas leis atentam contra invioláveis direitos da Igreja, sendo por isso irritas e nulas. Em verdade, não se lhe poderia exigir menos do que este protesto platónico, desamparado daquela força que seria imprescindível para anular de facto as leis republicanas...

A cúria romana poderia ter mais diplomacia? E' pois quando muito uma simples diferença de habilidade diplomática, bem pequena coisa aliás, porque não há diplomacia que detenha a força das coisas...

Não foi por inabilidade diplomática do Vaticano que se deu o conflito com a França e com a Espa-

na — nem será por isso que se separarão da Igreja, mais ou menos azedamente, todos os Estados. Seria estreitar ridículamente a questão imaginar tal coisa. O repúdio tem causas bem mais profundas na vida íntima dos povos, nas necessidades morais e intelectuais dos tempos novos, na crise que revolve e agita a humanidade.

Seja qual for o papa, de tal modo a situação da Igreja, sobretudo na Europa, é precária que, longe de reacender a fé uma ou outra forma autoritária da acção do Estado, não se ouve senão alguma breve observação filosófica de qualquer scéptico tolerante. Em vão a Igreja toma atitudes de perseguida e de vítima: ninguém a leva a sério e ninguém lhe estende a mão.

Assim, no presente caso, para obter algum arranjo com a República ou da parte desta algumas transigências, creio bem que não deverá contar senão com... a graça divina, sem cotação na praça, e com as suas próprias forças e influências.

Teóricamente, em parte das suas reclamações, a Igreja tem razão.

E evidentemente, se elas fossem apresentadas por mansos apóstolos sem mácula, suscitariam as simpatias universais e levantariam cóleras irreprimíveis e tempestuosas contra a violência execrável...

Mas tal é o passado da Igreja, que a palavra liberdade na sua boca parece uma grotesca contra

dição—que apenas provoca gestos de indiferença, sorrisos de mofa ou contracções de furor. Ainda tem partidários ou assalariados, ainda terá crentes; mas não tem militantes, nem mártires, nem heróis.

Tripudiou, dominou, esmagou... Mostrou que, quem dispõe dum poder, quer inevitavelmente dispôr de todos os outros; que com o espiritual se alcança o económico e com êste o político, e vice-versa. E' uma empresa, é um partido—e por certo não são os jesuitas manobrando os conspiradores na fronteira que darão a todos a segurança dum sacerdócio de paz e amor, do puro exercício do poder espiritual...

E por isso o povo—aquela parte do povo desperto para a vida política e social, a que conta verdadeiramente—é raivosamente anticlerical...

Colhem o que semearam. Semearam ódio—o ódio não é precisamente o pai da tolerância.

## II

18 DE JUNHO

*O Mundo* publicou no domingo passado sôbre as greves agrárias, o artigo que já se fazia esperar.

Aquelas greves não são, segundo ele, naturais nem espontâneas. Não tem, confessa, dados de facto que lhe provem a existência dum fermento estranho e artificial, suspeito ao seu fino faro político; mas a coisa mete-se-lhe pelos olhos dentro.

Os camponeses do centro e do sul são, é certo, miseráveis e vivem uma vida precária e extenuante. Mas que sabem êles de greves e reivindicações proletárias? Ignorantes e analfabetos, como puderam êles concertar-se e reclamar? Longe das cidades e do movimento operário, que luz é que guia e orienta?

Há pois, por fôrça, orientadores, *meneurs*, fo-

mentadores de revoltas: será muito difícil deitá-lhes a mão?

Não diz o jornal republicano que ideias e intui-tos atribui aos supostos *meneurs*, e se o conselho de repressão que dá e a doutrina que defende são válidos em qualquer caso — quer visione agentes da reacção monárquico-clerical, quer fareje agitadores operários.

E' possível que assim seja, porque, quando é necessário sustentar doutrina de govêrno, depressa se perdem ás últimas reminiscências da retórica e das conveniências da opposição.

Mas é também possível que aquilo não passe da reedição das insinuações repetidas a propósito de cada greve: que no fundo anda «manobra reaccionária».

Em França semelhante processo é desmascarado manejo de govêrno; mas aqui é ainda provável que esta gente proceda de boa-fé.

Compreende-se a sua mentalidade de jornalistas e politicantes, concebe-se o prisma através do qual se acostumaram a encarar as coisas.

Representantes dos interesses e ideias das classes médias, as classes médias são para elles todo o povo, e os interesses delas os interesses todos.

A sua república é coisa sacrossanta, e de tal modo representa a liberdade e salvação de todos, que perturbar levemente o sossêgo dos que a dirigem e digerem é cair no mais hediondo crime.

Que mais querem? Nós fizemos a república, instrumento de reformas; nós satisfizemos as modernas aspirações intellectuais da democracia anticlerical; nós renovámos boa parte do pessoal burocrático e collocámos bom número de correligionários e amigos; criámos lugares novos, alguns de dez mil réis diários, e restabelecemos outros a principio abolidos como inúteis; demos satisfações e vantagens a vários grupos da pequena burguesia, etc. — que mais querem?

Estamos em hora de sacrificio para todos, para se levar a bom termo a regeneração nacional; e se é verdade que nem todos estão servidos, as impaciências são obra de impatriotismo e traição. A república a todos valerá; ninguém tem o direito de se servir por suas mãos.

Estranho seria que pensassem de outro modo, os nossos republicanos.

Não se lhes pode exigir que saiam fora do seu circulo e da sua lógica, nem que francamente vejam e declarem a república como forma, expressão política da sua classe, sómente capaz de fazer o que tem feito, mas impotente para alterar as relações entre as classes, ou para melhorar eficazmente a situação do proletariado — a não ser no papel.

Nem peçamos, à sua paixão política, maior serenidade na questão das greves.

Todos os governos e sua gente teem aquele modo de as julgar.

Organizadores e homens de iniciativa, é bem provável que os haja, entre os grevistas; mas que tenham intuits políticos é bem difficil prova-lo. *O Mundo*, afinal, declara nada saber.

E se tais intuits tivessem, de pouco lhes valeria isso.

Se o movimento alastra, apesar do atraso das populações rurais, é de aldeia em aldeia, pela enorme força do exemplo contagioso, tendo começado no melhor terreno, e pela facilidade com que o mais rude trabalhador comprehende os seus interesses comezinhos — pois os grevistas não pretendem já expropriar os proprietários!

Se os republicanos não tivessem de defender o sossêgo próprio, e a paz das classes que tem influêcia politica, talvez chegassem a perceber e a admitir que no fim de contas esta agitação é para regozijar os homens de progresso, pois indica no proletariado agrícola um despertar para a vida pública, um grau de consciência e de vitalidade, que não pode favorecer o regresso do passado, tanto como o fariam a apatia e a indiferença.

E poderiam até tirar ilações em bem da sua república, afirmando que, com o abalo produzido pela insurreição popular, tinha renascido a vida social do país...

25 DE JUNHO.

O facto que mais occupou em Portugal as atenções do mundo politico na semana passada foi a abertura da Assembleia Constituinte, e as suas primeiras sessões.

Para festejar a inauguração do primeiro parlamento republicano, reuniu-se em Lisboa uma multidão assombrosa, incalculável, que delirou de entusiasmo ante o pesado casarão legislativo e aclamou com frenético alarido a «legalização» da República, do pavilhão verde-rubro e do novo hino, bem como, à sua passagem, os homens do sol que nasce...

Toda aquella imensa, compacta onda humana vibrava, trepidava, urrava, havia lágrimas em muitos olhos, e a meu lado, num intervalo de calma, um operário gritou a outro com excitação:

— O 5 de outubro foi uma grande data; mas a de hoje vale muito mais.

E para resistir à loucura contagiosa da multidão e permanecer sereno em tam febril ambiente, era bem preciso repetir a si próprio que a «legalização» só vem depois do facto consumado e só por êle forçada, e que, se amanhã a orda do padre Cabral, comandada pelo matoide Couceiro, empunhando carabinas e ostentando no peito medalhas de Maria virgem, nos impusesse de novo a sua monarquia jesuítica, um novo parlamento, arranjado de qualquer forma, consagraria e legalizaria, com igual

solenidade unânime, o novo facto consumado; repetir a si próprio que este parlamento não vai fazer senão discursos e leis, isto é, palavras que o vento leva e papeis que qualquer autoridade rasga...

\*

Os socialistas portugueses conseguiram levar ao parlamento — à Constituinte — o seu primeiro deputado: conseguiram-no, mas sem grande esforço, por uma espécie de bambúrrio ou de favor. Saiu-lhes a sorte grande por aproximação...

Somados todos os votos obtidos nos vários círculos onde apresentaram candidatos, o total foi de 3.308 (três mil trezentos e oito). Nenhum candidato foi eleito, nem mesmo pela minoria, com a representação proporcional posta em vigor pela república.

Apesar disso, aquela cifra encheu de contentamento os nossos bons socialistas parlamentares e, no dizer dos seus jornais, causou irritação e desespêro à imprensa republicana, que por esse motivo guardara silêncio sobre a votação!

E então parece que foi mesmo de propósito: um dos republicanos eleitos pelo Porto foi pelo governo provisório escolhido para governador civil do distrito, cargo incompatível com a função legislativa, e deixou assim uma vaga, que a comissão

de apuramento declarou tranqüilamente pertencer ao candidato socialista...

E eis aí como o governo republicano respondeu com fina ironia às suposições dos socialistas, dando-lhes os prazeres duma primeira vitória fácil e presenteando-os com o que se pode bem chamar «uma entrada de favor» no teatro da representação nacional... Se elles depois não souberem corresponder à gentileza, é porque são dotados de muito mau coração!

A questão é entrar, e o que custa é o primeiro passo. O resto virá de si. E quando se entra assim por tam largo e cómodo acesso, não admira que o caminho depois seja todo atapetado de rosas.

Demais, os socialistas democráticos portugueses já não estão nos primeiros tempos, em que se começava a enveredar para o parlamento sob ingénuos ou manhosos pretextos de propaganda ruidosa: os nossos sociais-democratas entram já maduros, e aqueles illusórios tempos vão longe...

Depois, veio a experiência e disse tanta coisa — que alguns tinham previsto!

«Porque não aproveitar as eleições e o parlamento — ao menos para naquelas gritar à massa eleitoral as nossas reivindicações e clamar neste, à face aterrada dos representantes burgueses, a cólera tempestuosa das nossas revoltas, com larga retumbância pelo mundo?...»

E eis os fogosos propagandistas ante a massa

eleitoral. Era esta uma classe unida por um grande interesse comum? era ao menos uma legião agrupada em tórno duma vasta e forte ideia?

Nada disso. Tratava-se dum amálgama discordante de descontentes por motivos diversos e com bem diversos pequenos interesses e fins, de lojistas, taberneiros, pequenos proprietários, empregados, funcionários, operários.

Como falar-lhes? Fazer a critica da propriedade privada, da pátria-Estado, do exército? Falar-lhes de revolução social, de socialização, de expropriação revolucionária? Credo!

Qualquer programa nitido, qualquer afirmação revolucionária dispersaria aquela gente, afugentaria os melhores.

Ali estavam os pequenos burgueses, a maior força eleitoral, pela sua instrução e pela sua relativa independência económica. Era preciso lisonjea-los, falar-lhes nos seus interesses, esconder em sua honra o mais rubro do programa. São meio patriotas, e as suas aspirações reduzem-se a certas reformas democráticas—tributárias, aduaneiras, locais... Prometa-se disso!

Junta-se número com vagas afirmações liberais e ribombantes, sobre as quais todo o mundo está de acôrdo. E aceitam-se concursos duvidosos, fecham-se os olhos sobre contingentes comprometedores, levam-se a cabo combinações e intrigas, executam-se «manobras»... A questão é entrar: depois...

Depois, era o parlamento. Não já a oficina entre companheiros, a rua, entre revolucionários, o meio em que se ganha calor e ânimo, sob o incitamento e a vigilância directa de todos, e onde as tentações de subôrno são tam grosseiras que só apanham os predipostos, os pequenos ambiciosos e alguns inutilizados pela miséria...

Era um ambiente burguês, requintado, acariciador, traiçoeiro, corrompido, uma assembleia de desesperante incompetência, impotente e de má-vontade...

E vieram as manobras escuras, os compromissos e combinações, os escândalos, os amansamentos; uns recolheram as suas iras, outros desertaram a causa, outros fizeram-se ministros e não foram dos mais doces...

E foi o partido organizado só com o fim eleitoral, gastando nisso rios de dinheiro e de energias e descurando o resto.

E foi o «trabalho» parlamentar, a obra legislativa, vã e inerte, chamando todas as atenções, concentrando todas as energias, resumindo todas as lutas.

E foi a necessidade de refazer o caminho perdido—proclamando o movimento operário laboriosamente a sua independência, constituindo-se no partido uma facção para lutar, com proveito escasso, pelo remoçamento e revigoração do socialismo, contra a mania e marasmo eleitorais.

E foi a invasão do partido por um bando de «intelectuais», de profissionais da política, do jornalismo e das profissões liberais, todos tarados de burguesismo nos hábitos e nas ideias, que vieram, não como propagandistas sinceros e desinteressados, mas como aventureiros ambiciosos, buscar popularidade e precipitar a queda do socialismo eleitoral e parlamentar, dando-lhe o programa dum partido burguês radical...

Radical? que digo eu? Não é preciso tanto! Monarquias e repúblicas fazem à porfia «legislação operária», e até ministros liberais e conservadores são dela corifeus...

Para isso não precisam os socialistas de ir ao parlamento... Assim a Constituinte portuguesa tem seis dias, e já em duas sessões consecutivas foram apresentados vários projectos e propostas de «protecção» ao operário, na ausência do único deputado socialista...

\*

Os socialistas, na verdade, podiam ter-se dispensado do parco esforço que fizeram para levar ao parlamento um deputado: a Constituinte está cheia de amigos do proletariado que se apressaram a apresentar, na ausência do representante social-democrático, um punhado de propostas e projectos de reformas sociais.

—E' preciso, diz um, que a República não se limite a promessas, como fez a monarquia.

E por isso vamos ter farta messe de leis ou de projectos...

Já um dos deputados acusa a assembleia de ter sido unicamente platónica, com os seus requerimentos, ao passo que se precisa de «legislação»; e outro atalha a este propósito, que legislação existe, até do tempo da rialeza (trabalho das mulheres e menores, bolsas de trabalho, etc.) mas que não se cumpre...

E porque não se cumpre? Responde outro deputado, entrevistado pelo *Século*:

Pela «simples e soberana razão de o nosso operariado ter estado completamente desorganizado. Por melhor que seja uma legislação, só poderá ter influência e produzir vantagens apreciáveis se o operariado tiver força para manter a sua aplicação. Por qualquer aspecto que se encare a questão operária, tem fatalmente de concluir-se que a principal condição de progresso reside, essencialmente, na organização das forças trabalhadoras. Sem isso, a protecção da lei será sempre ineficaz.»

E, parece que de propósito, um deputado propõe que não se aprovem projectos que envolvam aumento de despesa, antes de se saber como estão de finanças...

Lá fora, há repúblicas e monarquias que tem uma vasta e complicada legislação operária.

E como em geral o Estado está para estas coisas mal apetrechado, é preciso criar novas engrenagens, á custa naturalmente do trabalhador, de cujo bolso saem os impostos e todo o dinheiro que se gasta e desperdiça nas reformas.

Essas engrenagens só se movem onde e quando (mesmo dentro de cada país) há a fôrça motriz da organização operária... e da acção directa.

Mas é raro que se mexam bem, sem ferrugem e com proveito, porque o Estado só sabe regulamentar e coarctar, iludir e coibir...

Depois, tudo é mesquinho, precário e transitório, porque em regime capitalista, todas as vantagens conquistadas estão á mercê das crises e do próprio funcionamento normal do regime, que as anula.

24 DE JULHO

Recentemente, uma comissão de operários e mestres da construção civil do Porto apresentou ao govêrno uma representação relativa aos accidentes no trabalho, descrevendo o longo esforço empregado para obter uma lei de protecção razoável e eficaz.

Há vinte anos que se consomem em demandas e requerimentos. Em 1905 foi finalmente promulgado um decreto regulamentar ou coisa que o valha, mas ficou letra morta; e outro de 1909 des-

contentou a gregos e troianos. E representações para aqui, e propostas para ali, e promessas para acolá — e tudo como dantes, mesmo quando, proclamada a república e avivadas novas esperanças, recomeçou o mesmo jogo, de tal modo que a comissão ameaça demitir-se e declinar toda a responsabilidade no que possa succeder.

Há já vinte anos!

E poderão continuar assim indefinidamente, sobretudo se confiam na nova ordem politica de coisas e no grande estadista Fulano que, tendo decretado reformas democráticas simpáticas ás classes médias, há-de melhorar certamente — como se fôsse a mesma coisa! — a situação do operariado com um «conjunto de leis redentoras» que «asseguem a sua liberdade económica»!

Porque, se entre os políticos republicanos há quem reconheça a necessidade da organização operária e da acção directa, não falta quem veja na simples mudança do regime politico a garantia de applicação certa de válidas reformas operárias, apesar da demonstração cõtidiana de parcialidade favorável aos patrões, dada pelas novas autoridades republicanas, que acabam, por exemplo, de encerrar no Porto a Federação das Associações Operárias e a União Geral dos Trabalhadores.

E apesar de haver monarquias onde se applicam numerosas reformas, se há organização operária, consciência de classe e... riqueza industrial;

Respondendo a um deputado, disse há dias na Assembleia Constituinte portuguesa o ministro do fomento:

«Aludiu o sr. Ladeira ao trabalho dos menores nas fábricas.

Quanto a êsse assunto, é mui fácil legislar mas difficilimo executar.

Por exemplo, é frequênte em muitas fábricas declararem os patrões que admitem crianças porque os próprios pais o exigem e, assim, encontramos perante a exploração dos menores pelos próprios pais, e não pelos patrões.»

Falou com cabeça a excelência illustre. E' o próprio operário que tem de tomar consciência dos seus direitos e da sua situação, de conquistar e manter os melhoramentos desejados. Pela propaganda, pela organização, pela acção, é que a classe operária se emancipa a si própria — e que chega a perceber que a lei é coisa nula, e que afinal as reformas não modificam sensivelmente as suas condições gerais, não podendo os produtores dispor dos instrumentos de trabalho, fábricas e máquinas, e organizar a produção não para lucro de poucos, mas para consumo de todos.

No caso citado pelo ministro, o operário inconsciente ignora que, além da infâmia praticada contra a infância, prejudica os seus próprios interesses e os de todos, porque a concorrência das crianças faz baixar os salários. Mas não é certamente o pa-

trão, interessado em tal concorrência, que lhe vai abrir os olhos!

Quantos exemplos mais de obstáculos opostos às reformas pelos próprios beneficiados — por ignorância ou por desunião em face do patrão — poderíamos citar!

E disse mais o ministro:

«O que é preciso, no que toca a relações entre operários e patrões, é que todos aqueles se compenetrem da necessidade de tornar próspera a indústria em que trabalham e que não teem direito de forçar o industrial a pagar-lhes mais do que elles produzem.»

Fala em nome da classe que êle representa, naturalmente. Porque se o operário se põe com essas considerações e espera pacientemente que a indústria prospere, arrebentará de fome antes de chegar ao fim. E se a indústria alcançar a prosperidade e êle, habituado a esperar, permanecer na expectativa — está servido. O patrão enriquece, mas êle continua na mesma, se não se mexe: é o que acontece nos países que atingem rapidamente um grande desenvolvimento industrial, como os Estados-Unidos.

Quem não pode arrear. Se o patrão se sente fatigado e impotente, que renuncie à sua função inútil e parasitária e abandone aos trabalhadores o encargo da produção. Se estes, por inconsciência e desorganização, não estiverem aptos a receber a

herança, que abra falência, que vá para o diabo e os operários emigrarão. Cruel necessidade dêste regime social; mas sempre é melhor isso do que morrer de fome na «querida pátria».

Demais o ministro dissera antes:

«Há ainda a notar, quanto às condições gerais da indústria, que é também vulgar, se não genérico, encontrar da parte dos próprios industriais uma insciência lamentável quanto aos meios de produzir melhor e mais barato; e daí a exploração do operário.»

Pois bem: que os industriais se mexam, se desembaracem, se desembrulhem, aperfeiçoando a técnica, desenvolvendo o maquinismo, para poderem satisfazer as reclamações dos operários e estes por sua vez, empurrados pela introdução de máquinas, irão exigindo redução de horas para que não fiquem alguns sem lugar, e irá tudo num crescendo e numã alternância de progressos e conquistas, até ao estoiro final...

E então os nossos operários, factores de progresso, impulsores da técnica industrial, habituados à luta, aos melhoramentos, à nova indústria — acharão pronta uma boa maquinaria, capaz de bem servir, sem grande esforço humano, a comuna libertada...

Com a organização do exército, deram-se alguns incidentes significativos, e entre os que mais o foram estão as manifestações de protesto ou de regozijo pela deslocação de tropas.

Todas as localidades se pretendem com direito a um magote de soldados; e aquelas que de algum contingente são privadas espiniteiam de desespero, assim como fogueiteiam de contentes as que recebem o precioso folar dum batalhão.

Assim, por exemplo, em quanto Faro agradece ruidosamente um «sensato» brinde dessa ordem, vitoriano a República e chamando podre ao velho regime, que deixara ao abandono aquela capital de distrito, Tavira, espoliada dum batalhão em favor de Faro, clama contra a negra traição republi-

cana, fecha as portas das suas lojas, faz greve de serviços públicos e reúne comícios violentos.

E' provável que tudo acabe em bem, com as devidas compensações para todos, não porêm antes de nos suscitar várias reflexões.

Pensa-se primeiro nesse conflito de interesses que é a característica do actual regime económico.

E acode em seguida à mente o pequeno alcance das reformas legais, mesmo aquelas para as quais está o govêrno mais apetrechado e tem maior competência. Deve respeitar «direitos adquiridos» ou interesses criados, não despojar de proveitos sem dar compensações, ou pelo menos fazer tantos contentes quantos os descontentes: isto é, na melhor hipótese, tirar a êste para dar aquele, deslocar apenas. Reformar mais pela rama do que no fundo.

Mas isso são considerações gerais. Outra há particular ao caso presente.

Não se trata agora de abolir o exército permanente nem de reduzir os armamentos, antes pelo contrário. Trata-se de simples deslocação de tropas. E o alarido é o que se vê; imagine-se então o que seria, se redução ou supressão houvesse em regime capitalista e se fosse preciso descontentar, não uma pequena cidade e reduzido número de interesses, mas todas as cidades e muitas mais classes poderosas!

E há um pacifismo que sonha com o desarmamento, e até «socialistas», esquecidos das suas dou-

trinas económicas essenciais, reclamam nos parlamentos a redução das despesas militares «improdutivas»!

Como se o consentissem de boamente, sem uma revolução social, todos os numerosos interessados!

São primeiro os militares profissionais, os portadores de divisas e galões, e as classes médias que acham nessa carreira um bom escoadoiro para os seus moços e bons partidos para as suas donzelas.

São os grossos fornecedores do exército e da marinha e a metalurgia nacional e estrangeira — esta última com a protecção interessada dos respectivos governos e agindo diplomaticamente...

São os pequenos comerciantes, hoteleiros, artifices, etc., — a quem o quartel dá de comer, em maior ou menor grau, mais ou menos directamente.

São ainda os numerosos operários ocupados nas indústrias e profissões que vivem hoje da vida das classes armadas — operários que lançados de repente, ou em grandes fornadas, no mercado do trabalho, causariam uma espantosa crise.

São portanto os operários todos, de todas as indústrias, agrícolas e fabris, tanto mais que essa crise se agravaria com a entrada, no campo da concorrência de braços, da massa de soldados dispensados.

A nossa bela sociedade está de tal modo organizada que qualquer trabalho, por mais reconheci-

damente inútil ou mesmo nocivo que seja, contanto que garanta o pão cotidiano ao trabalhador e aos filhos, é sempre aceito e bem-vindo, e a sua supressão causaria sofrimentos e protestos.

O nosso lindo mundo capitalista — no qual a produção é regulada para lucro dos senhores dos meios de produzir e não para satisfazer as necessidades de todos — está de tal maneira arranjado que a desocupação é origem e sinal de miséria e não prova de riqueza e abundância.

Os soldados, empregados num serviço improdutivo e vivendo portanto à custa do labor produtivo, deveriam, numa sociedade racional, se abandonassem tal serviço, aliviar os encargos gerais e ainda colaborar no trabalho produtivo.

Assim seria, numa sociedade racional. Mas, subsistindo o Estado e a apropriação individual dos meios de produção, nem os impostos seriam reduzidos, porque haveria numerosos e pesados «direitos adquiridos» e influências a compensar, nem os braços disponíveis viriam favorecer os outros trabalhadores — muito pelo contrário, pois que os salários baixariam pela superabundância de mão de obra.

E então?

Então, o remédio está naturalmente indicado: o desarmamento é uma utopia na actual organização social e só serve para engodo da massa inconsciente em programas de opposição; e o único meio

de extinguir o parasitismo militar e outros é tornar tudo de todos e produzir para todos. Então cada novo braço aplicado ao trabalho útil será para todos uma verdadeira bênção.

\*

Sempre que se fala da abolição duma peça inútil e dispendiosa no mecanismo do Estado, dum privilégio ou duma velharia, logo surge, a impedir a reforma ou a neutralizar-lhe os efeitos, a velha história dos «direitos adquiridos».

E é argumento indiscutível e decisivo, ao qual ninguém ousa pôr o mínimo reparo e que parece dispensar todos os outros.

E' por exemplo suprimida a rialza; mas mantêm-se aos reis destronados uma boa renda — ainda quando tenha havido famosos «adiantamentos».

Separa-se a Igreja do Estado, proclama-se a justiça de só pagarem aos padres os que deles necessitem; mas aos actuais funcionários eclesiásticos, em nome dos «direitos adquiridos», reserva-se uma pensão vitalícia, que pode mesmo passar à esposa e aos meninos.

Trata-se da mudança, da extinção duma secretaria, duma Universidade, dum regimento — e aí temos os «legítimos e sagrados interesses» e «direitos adquiridos» a oporem uma indestrutível barreira a qualquer inovação ou a imporem compensações equivalentes.

Os casos são sem conta. E até se poderia defender a eternização duma situação qualquer, em nome dum «direito adquirido» — mesmo que fôsse o de reinar.

E é natural.

A mudança de forma de govêrno e de pessoal governante (pouco sensível em geral, com as «adesões» e a rotina de processos) não altera o regime económico e político da sociedade, nem o valor e a situação das fôrças que a dominam.

Conservam-se as mesmas influências financeiras e económicas e até as mesmas influências políticas, vestidinhas de novo com a roupagem da mais sincera adesão.

E um govêrno qualquer não tem outro remédio senão obedecer-lhes.

Não se trata então de saber *como e porque* foram adquiridos os direitos; respeitam-se fôrças e influências, acalmam-se resistências, arranjam-se amizades e apoios.

Questão de fôrça, não de direito.

Porque o privilégio e o abuso não adquirem foros de legitimidade por mais tempo que durem. Ninguém reconhece ao salteador o direito adquirido de roubar, ainda que o haja exercido sem obstáculo desde a infância. Em vão êle alegará que não pode sem sacrificio renunciar àquela vida e pedirá que para os outros continue o sacrificio de nela o sustentarem.

Porventura se reconhece ao velho operário despedido o seu direito adquirido, e bem adquirido?

Quando se fecha uma fábrica ou rebenta uma crise industrial, fala-se nos direitos adquiridos pelos trabalhadores?

Teem «direitos adquiridos» os pobres, os pequenos, as vítimas sem poder e sem influência?

Que se considerem muito felizes quando lhes é reconhecido o direito a uma esmola, a um osso magro que os faça desistir de algum intento de revolta e de protesto.

E se ainda alguns outros lhes são reconhecidos, é quando se unem e mostram os dentes. Adquirem então naquele instante direitos que ninguém lhes suspeitara antes disso.

Os direitos adquiridos estão na razão directa da fôrça dos interessados — como estão muitas vezes na razão inversa da sua legitimidade.

Um privilégio, com bons empenhos, vale mais e faz-se pagar mais caro do que um bom direito sem protecções e amparos.

Pois bem: uma revolução verdadeira — e para ser verdadeira, tem de ser social, transformar o regime de propriedade — não pode respeitar «direitos adquiridos».

E o primeiro de todos é o do proprietário à indemnização, prometido por alguns falsos socialistas, partidários dum Estado que seria, como todos, a morte do socialismo.

O único direito adquirido a reconhecer é o direito à vida — o direito ao trabalho e ao pão, o direito a consumir segundo as suas necessidades tendo produzido conforme as forças próprias.

\*  
9 DE JULHO

Tenho a honra de apresentar à nobre Assembleia Constituinte as bases para um projecto de lei, que passo a fundamentar.

Bem sei que o parlamento se tem na conta de engrenagem indispensável e indiscutível. Assisti da galeria a um pequeno factó sintomático. Um deputado propusera a amnistia aos ferro-viários suspensos ou castigados por motivo da greve e a câmara recusara a urgência.

Estava na mesa um telegrama de ferro-viários «estranhando e lamentado a resolução...» E vozes iradas:

— Não pode ser!... E' uma censura à Assembleia!... Esse papel nem deve ficar na mesa!...

E o papel foi rasgado. A «soberania» parlamentar não admite censuras do «povo soberano»...

Verdade seja que o povo soberano tem a mesma ideia: assim a moção aprovada num comício da Rotunda, sôbre a constituição e o subsídio aos deputados, salientava que o povo não queria fazer pres-

são sôbre a assembleia, o que seria indigno dum país civilizado!

O autor da moção deveria ler e meditar a «Grande Revolução», de Krapótkine, para ver que as secções revolucionárias de Paris não se contentavam com a «pressão» exercida na praça pública, mas levavam-na para dentro das salas onde se reuniam as assembleias legislativas tidas como innovadoras...

Mas se o parlamento faz tam elevado conceito de si, mais divino o faz de si própria a Igreja — e no entanto esta diz que se conformaria com uma separação pura e simples...

Pois bem: é uma coisa neste género que eu quereria propor...

Os deputados pretendem votar para si mesmos um subsídio — sem o qual, como viveriam os legisladores pobres? Seria o ludíbrio da representação nacional!

E todos estão de acôrdo. A objecção é apenas a inoportunidade... «Não mostremos tanta pressa comprometedora. Votemos primeiro a lei básica. Somos juizes em causa própria — e que diria o povo se antes de mais nada nos servissemos a nós mesmos por nossas mãos, dando às massas o mau exemplo da acção directa?»...

Ora eu reconheço francamente a lógica desta pretensão. Desde que se admita a necessidade ou utilidade do parlamento, é natural que seja pago...

Mas — eis a questão — é só para quem admite, só para quem gosta. Tal qual sucede com os padres, que se reconhece geralmente deverem ser sustentados unicamente por aqueles que não podem dispensar os seus serviços.

Não é, pois, igualmente lógico, igualmente justo, que os deputados sejam subsidiados sómente pelos eleitores?

A lei eleitoral exige, para a validade da candidatura, certas formalidades, entre as quais que seja apresentada por cem eleitores do círculo.

Pois bem: que esses eleitores constituam obrigatoriamente uma associação encarregada do... — ia a dizer do culto! — de prover a subsistência do seu deputado eleito, podendo angariar sócios contribuintes entre os eleitores do mesmo, mais ou menos como se faz com as associações cultuais na lei da Separação da Igreja...

Esta parece ser a solução mais justa, pois que o deputado seria pago sómente pelos que o elegessem.

Mas haveria meio de tornar solidários todos os eleitores, lançando sobre eles um imposto — pequeno sacrifício em troca dum direito, que parece ser tam proveitoso e importante, tam fecundo de regalias que hoje até senhoras mais ou menos desocupadas o reclamam.

O imposto referido poderia recair ou sobre todos os que se inscrevessem nos cadernos eleitorais,

sendo inexoravelmente riscados os que não pagassem, ou sobre os que viessem votar no dia das eleições, havendo neste caso sobre a mesa duas urnas: uma para os votos, outra para os cobres, como uma caixa das almas...

O produto de tal imposto iria para um cofre, do qual seriam subsidiados os nobres pais da pátria...

Se os senhores deputados não aceitam com alegria este elegante projecto, ficarei autorizado a dizer que não confiam na espontaneidade, entusiasmo e desinteresse dos eleitores, nem no valor do famoso direito de voto.

\*

30 DE JULHO

Tem-se discutido, dentro e fora da Constituinte, se a República deve ter ou não presidente, se deve ser parlamentar ou presidencialista, se há-de haver uma ou duas câmaras, se os ministros hão-de ir ou não ao parlamento, se o senado deve representar os municípios ou as classes associadas, se o sufrágio há-de ser mais ou menos universal, etc.

Isto é, discute-se o modo de cozinhar a iguaria, que é sempre a mesma.

Por mais voltas que lhe dêem, o gôsto a peixe-espada não lho tiram; e o povo há-de vir a perceber, ainda que lhe custe, que, seja qual fôr a farda, trata-se sempre do mesmo guarda aos privilégios

da classe que o explora, sempre da mesma burocracia parasitária.

Mesmo dentro do critério político burguês tudo que possam fazer virá a dar na mesma.

Com presidente de república ou com presidente de ministros, com o apoio ou sob as ordens dum bando político ou duma oligarquia financeira, será sempre mais ou menos a ditadura, por mais máscaras democráticas e parlamentares que lhe afivalem.

O poder executivo, se precisa das engenhosas e cómodas ilusões parlamentares, sabe e pode muito bem organiza-las e manobra-las a seu gosto.

E' êle que dispõe dos empregos, da fôrça armada e da influência do poder, e é êle que faz as eleições.

O «sufrágio universal» obedece ao poder do dinheiro, às sugestões da grande imprensa política e financeira e às influências e coacções do caciquismo.

E quando o embaraçam essas formalidades de expediente — sobretudo se o inimigo é o de classe, o inimigo «social», o proletariado — a máscara é violentamente arremessada para longe e a ditadura surge tal qual é.

Tem apenas um travão: a resistência popular directa; mas não é estatuido nas Constituições, a não ser às vezes dum modo platónico e hipócrita. Porque a acção directa é a revolução ou conduz a ela, e a revolução é a quebra da legalidade.

E dizer-se que, há poucos meses, um grande poeta, consultado sobre a necessidade ou desnecessidade de presidente da república, respondeu que é indispensável a peça, porque os homens não são anjos, nem o serão nestes mil anos mais chegados!

Oh! fôrça da imaginação poética!

A questão era bem restricta: não se tratava afinal de suprimir o Estado, nem o poder executivo, nem sequer o cabeça do mesmo... A pesada máquina continuaria a funcionar do mesmo modo — como funcionou nos meses de governo provisório.

Aplicado nestas condições, o raciocínio mostrou bem o que vale e como é feito!

O governo, com todos os seus ramos, ou a simples peça do centro, é a providência que regula a vida social! Para viver sem êle, deveriam os homens ser anjos!

E' essa providência que preside a todas as manifestações da indústria, da sciência, da arte, que lhes coordena os movimentos! que promove todos os progressos!

Como é diferente a realidade!

A instituição governamental — com todos os seus poderes — não promove progressos, nem defende os interesses gerais, nem protege os fracos, nem impede os actos anti-sociais.

A sua função específica é garantir a propriedade privada, isto é, o privilégio económico, e manter e alargar o seu próprio poder, o privilégio político.

E' proteger os ricos contra os pobres e fazer justiça de classe.

A policia, os tribunais e as prisões, em vez de prevenir e curar o crime, fomentam-no e desenvolvem-no, o que aliás lhes é vantajoso; e mesmo nos actos francamente anti-sociais, são só severidade para os pobres, mas passa-culpas para os ricos e influentes.

Ora bem: passem os meios de produção — terra, máquinas, matérias primas etc. — e os de transporte a ser de todos, e seja por todos e em proveito de todos organizada a produção, bem como o consumo.

Organize-se a vida social a começar por baixo, pelo acôrdo livre e espontâneo, em grupos e federações de produtores e consumidores, guiados pelas suas necessidades.

Suprimam-se dêsse modo as causas de quase todos os delitos e entreguem-se a prevenção e a solução dos conflitos subsistentes, bem como a cura dos doentes, à intervenção da família e dos amigos, aos árbitros voluntariamente escolhidos, à influência das associações e da opinião pública esclarecida, aos homens de coração e competência — a essa verdadeira «vigilância social», bem superior ao nosso absurdo sistema repressivo e... fomentador.

Que viria então fazer um govêrno — a não ser restabelecer o privilégio em favor de apaniguados e partidários seus?

Os homens não são anjos, nem quando governados, nem quando governantes; e se o tivessem de ser, seria para tornar possível a absurda utopia dum govêrno progressivo, paternal e imparcial.

Mas para viver livremente, produzindo todos e todos consumindo, não precisam de ser anjos. Basta que não tenham meios de explorar e dominar os outros.

A sociedade actual está dividida em duas classes principais: a dos poucos que possuem hereditariamente a terra e toda a riqueza social, e a da grande massa, privada dos instrumentos de trabalho e da terra, e obrigada por êsse motivo a deixar-se roubar e oprimir pelos proprietários. Os explorados são forçados a abandonar a maior parte do produto do seu trabalho e vêem muito reduzida a sua *possibilidade de adquirir*, bem inferior às suas necessidades reais. E como a produção é regulada pelo capitalista, que só quer vender e lucrar e não satisfazer as necessidades de todos, só se produz em quanto há lucro, em quanto o mercado pode comprar, embora os consumidores precisem de muito mais. O proprietário tem interesse em rarear ou assambarcar o produto para o encarecer.

Assim é que, havendo disponíveis e inactivas máquinas e matérias primas para outras máquinas e para todas as espécies de produções, materiais

de construção, terras incultas, etc., não são aproveitadas essas forças produtivas, êsses *capitais* verdadeiros (o dinheiro é apenas um sinal), porque os proprietários não teem nisso interesse, embora sobre populações privadas do necessário e centenas de milhares de trabalhadores busquem trabalho!

Desta situação resulta a miséria com os seus derivados (ignorância, falta de hygiene, deperecimento fisico, encurtamento da vida e enorme mortalidade infantil nas classes pobres, crimes, depressão moral, prostituição), bem como a perversão de sentimentos, os vícios e o desequilíbrio provenientes da ociosidade, do espirito de dominação e de casta, do desempenho de funções inúteis ou nocivas.

Tal estado de coisas, efeito do privilégio economico, é mantido e legalizado pelo Estado, isto é, por um conjunto de instituições governamentais: parlamento, ministério, burocracia, magistratura, policia, exército, etc. O Estado (ou Govêrno), que consome sem nada produzir, além de ser representante e defensor da classe capitalista, trata sempre de consolidar e melhorar a sua própria posição, para o que busca apoio num partido, distribuindo favores, benesses, privilégios, vantagens, lugares e honrarias e gastando nisto e na repressão dos descontentes e revoltados uma grande soma de forças sociais.

O Govêrno não evita os crimes ou actos anti-

sociais; o seu principal cuidado é reprimir os attentados contra as instituições economicas e politicas de que êle é a expressão e distribuir a justiça segundo a classe social, a categoria, a riqueza dos delinquentes, mesmo nos actos verdadeiramente anti-sociais.

Os crimes são quase totalmente resultado da actual organização da sociedade e desapareceriam com a causa que os gera. Para resolver os conflitos pessoais e curar os poucos doentes da mente que restassem numa sociedade livre e igualitária, bastaria a intervenção dos amigos, de árbitros livremente escolhidos, das associações, de competentes voluntários, sem necessidade de criar um pesado maquinismo repressivo, interessado na manutenção do delicto para justificar a sua própria existência, e sem necessidade de prisões, que são as «universidades do crime». Quem nelas entra, sai ainda mais criminoso e não tarda a voltar para lá (as estatísticas o provam), tanto mais que todos o repelem.

Urge, pois, realizar: «a abolição da propriedade particular da terra, matérias primas e instrumentos de trabalho, que passarão a ser de todos, para que ninguém tenha meio de viver desfrutando o trabalho de outrem e para que todos, tendo seguros os meios de produção e de vida, sejam verdadeiramente independentes e possam associar-se aos outros livremente, tendo em vista o interesse comum e em conformidade com as suas simpatias»; a abo-

lição do govêrno e de qualquer poder que faça leis, e as imponha aos outros pela violência»; a «organização da vida social por meio de livres associações e federações de produtores e de consumidores, feitas e modificadas segundo a vontade dos componentes, guiados pela sciência e pela experiência e livres de qualquer imposição que não provenha das necessidades naturais, a que cada um, vencido pelo sentimento mesmo da necessidade inelutável, voluntariamente se submete». (Malatesta).

Se fosse abolida a propriedade particular e ficasse um govêrno, êste concederia privilégios para formar um partido seu e assim faria ressurgir a burguesia ou uma burocracia rica; se fosse abolido só o govêrno, em breve o capitalismo faria nascer outro, qualquer que fôsse o seu nome, para lhe garantir os privilégios.

A *anarquia* é a forma política necessária do *socialismo*, assim como êste é a base económica indispensável para o funcionamento duma sociedade sem govêrno, isto é, da anarquia. Não poderiam viver um sem o outro.

Podemos assim definir:

**SOCIALISMO** — doutrina e movimento tendo em vista a *socialização* da terra e dos meios de produção (máquinas, matérias primas, sementes, etc.)

e de transporte, repartindo-se os produtos segundo as necessidades (*comunismo*) ou segundo as obras de cada um (*colectivismo*). *Socialização* quer dizer expropriação da actual classe proprietária, de modo que a riqueza existente, que em sua origem é social (obra de todos), passe a ser também social no seu destino, passe a ser de todos e para todos.

**ANARQUIA** — ausência de govêrno e de leis impostas pela violência; sociedade regida pelo acôrdo livre e voluntário. A palavra *Anarquia*, de origem grega, significa simplesmente *sem govêrno*, e é a crença errônea de não poder haver ordem sem govêrno que lhe deu o sentido de «desordem». A mesma sorte teve por muito tempo a palavra *republica*. A ordem é inerente à sociedade e as suas condições de existência — e não é um govêrno que a poderá garantir, antes pelo contrário.

**ANARQUISMO** — doutrina segundo a qual todas as formas de govêrno assentam sobre a violência e são desnecessárias e nocivas; *método* de acção e organização baseado sobre a autonomia e a livre iniciativa dos indivíduos e dos grupos, excluindo a delegação de poder (eleição ou nomeação de qualquer autoridade, ou de qualquer fautor de leis obrigatórias).

**SOCIALISMO ANARQUISTA** — doutrina segundo a qual a *anarquia* é a forma política necessária da sociedade socialista, o *anarquismo* é o método de acção e o indispensável instrumento de realização do socia-

lismo, tanto no presente como na expropriação final, assim como a socialização é condição essencial para a possibilidade da *anarquia*; teoria que defende a organização livre e a livre experimentação social, abolida toda a coacção, quer *directa* (a que é exercida pelo poder político) quer *indirecta* (a que resulta da privação dos meios de produzir, sujeitando-nos ao patrão). A livre federação dos grupos livres de produtores e consumidores, dispondo em comum e livremente da terra e instrumentos de trabalho, seria uma *sociedade socialista anarquista*.

## IV

23 DE JULHO

Dissipado o alarma motivado pelo anúncio duma incursão de Couceiro, os reservistas recolhem e tudo parece voltar à normalidade, da qual, porêem, saíram os estudantes de Coimbra. Houve conflitos entre estudantes e lentes e acabou por ser fechada a Universidade, que brevemente reabrirá, ao que se diz. A minoria revolucionária activa aproveitou o ensejo para reclamar a morte da decrépita instituição, atacada do vírus jesuítico e rialengo, ou pelo menos o desdobraimento da faculdade de direito, vindo para Lisboa um curso livre.

Do seu lado um deputado no meio do assombro, indignação ou chacota da maioria dos colegas, propôs também a extinção da Universidade e a constituição duma comissão destinada a estudar a maneira prática e rápida de compensar Coimbra...

Passou o tempo, esclarece o proponente, em que a Universidade brilhava entre as primeiras no tempo e na qualidade. Entregue um dia aos jesuitas, ali deixaram a marca indelével do dogma, mataram a originalidade e o espírito de iniciativa. Sobretudo a faculdade de direito tem exercido uma acção atrofiante sobre a mentalidade portuguesa, perdeu todo o seu crédito e prestígio. Os seus professores deram péssimos políticos, incompetentes, chicaneiros e intrigantes. A Universidade, especialmente a faculdade de direito, vive em Coimbra num insulamento egoísta e ignaro, refractária ao moderno espírito, incapaz de acompanhar os progressos científicos dos últimos tempos, teatro de contínuas e ásperas lutas entre as gerações novas e os atavismos medievais.

Na verdade, a questão é ainda mais profunda. Num país sem indústria, ou quase, a instrução secundária e superior é um manancial quase exclusivo de burocratas, de politicantes, de intelectuais desocupados e famintos, que se corrompem e tudo contaminam.

Mas Coimbra ficará com a sua Universidade, que só poderá ir morrendo aos poucos... Quando uma cidade se retira um regimento, toda a população protesta, porque mil interesses são feridos. Assim sucede com a velha escola, o nó vital de Coimbra, e a sua mais importante fonte de rendimento.

A minoria académica — outros dizem maioria — organizou uma manifestação de agrado ao estudante que, sendo deputado, propôs na Constituinte a extinção da velha Universidade coimbrã. O povo fez então uma violenta e agressiva contra-manifestação, protestando em nome dos «legítimos e sagrados interesses e direitos da cidade». E a famosa *Falange demagógica* que, como represália, quis depois impedir os exames e pede agora que sejam celebrados ao mesmo tempo em Lisboa e Porto, é acusada de traição e de instrumento de manejos reaccionários.

Conspirador, talassa, paivante — são insultos amiudadamente jogados, suspeitas lançadas com frequência. Quem se sente lesado nos seus interesses, contrariado nas suas manias e ideias fixas, não deixa de recorrer a essa arma, com grande indignação do ofendido.

\*

#### OUTUBRO

Os estudantes da Universidade de Coimbra, discutindo a reforma dos estatutos e reclamando a facilitação pecuniária dos cursos, curso e matrícula livres, abolição dos exames de estado, aprovaram uma moção da qual é interessante reter alguns considerandos:

«Considerando o decreto de 22 de março de 1911 — que a frequência regular da instrução superior demanda tal «sacrifício de tempo e dinheiro», que a constitui um privilégio de ricos e remediados, tornando-a inacessível, de facto, a muitos estudiosos com mérito e aptidões, mas desprovidos de recursos;

Considerando o mesmo decreto — que «um dos maiores deveres do Estado democrático» é assegurar a todos os cidadãos, sem distinção de fortuna, a possibilidade de se elevar aos mais altos graus de cultura, quando disso sejam capazes, por forma que a democracia constitua, segundo a bela definição do imortal Pasteur, aquela forma de Estado que permita a cada indivíduo produzir o máximo esforço e desenvolver, em toda a plenitude, a sua personalidade;

Considerando nós completamente destruídas estas afirmações pelas novas disposições que ainda mais dificultaram «materialmente» o acesso à instrução superior. . . .»

O conceito de Estado democrático com o dever de assegurar a todos o direito ou possibilidade de se elevarem aos mais altos graus de cultura e a ingénua definição pasteuriana de democracia valem bem a esperança do povo trabalhador no bem-estar económico e na igualdade sob o regime republicano, esperança que os políticos e os cãndidos ali-

mentam com cuidado, especialmente durante a opposição. Quando se proclamou a efémera república espanhola, camponeses houve, sobretudo na Andaluzia, que julgaram chegada a hora da partilha das terras e deram comêço de execução a essa medida, que não seria aliás uma solução eficaz e duradoira do problema social.

Os estudantes seguem a mesma trilha dos camponios. Uns e outros ignoram, ou esquece-lhes, que a democracia, forma política do individualismo burguês, não pode garantir senão, quando muito, a teórica «igualdade perante a lei» e o direito abstracto e legal (não a *possibilidade*) aos mais altos graus de cultura e ao integral desenvolvimento da personalidade.

Singular ilusão!

Nós vivemos num país pobre, sem indústrias e sem trabalho, onde por isso mesmo as classes dirigentes não teem feito um esforço sério para debelar o mal do analfabetismo. A falta de instrução é uma causa de atraso industrial, mas é mais ainda efeito do que causa. Onde quer que, por circunstâncias favoráveis, se haja introduzido uma indústria próspera, o analfabetismo tende a desaparecer, porque a produção moderna favorece, e até certo ponto determina e exige, o desenvolvimento da instrução e da educação técnica, ao mesmo tempo que proporciona aos mais habilitados situações relativamente compensadoras. Comparem-se com os outro

os países industriais, e dentro de cada país, embora rotineiro (Espanha, Itália, etc.) as regiões industrializadas com as que o não são.

Entre nós o desenvolvimento da instrução não viria senão aumentar ainda mais o número dos aspirantes a empregos públicos e o proletariado intelectual, agravando o já avultado mal da burocracia e do parasitismo; e assim o acréscimo de embaraços, em tempo e dinheiro, postos á obtenção dum diploma qualquer, toma estranhamente o aspecto — contraditório como tantas outras coisas nesta contraditória sociedade — de uma conveniente medida de defesa social!

Imaginemo-nos, porém, em país rico.

A indústria acha-se em acelerado e continuo progresso e florece a democracia.

Deixaria por isso a instrução superior de constituir um privilégio quase exclusivo de ricos e remediados, e seria ela porventura acessível a todos os capazes?

Acaso maiores facilitações, na duração dos cursos e nas despesas, bastariam para que tivesse plena realidade a fórmula de Pasteur? E' êsse o único ou o principal obstáculo que se opõe ao rápido progresso da cultura?

Fazer a pergunta é responder-lhe. Em regime de privilégio económico, de apropriação individual dos meios de produção, o direito ao desenvolvimento integral não pode ser mais do que teórico,

não garantido pelos meios de realização. O pobre faz até sacrifício mandando o filho menor à escola gratuita de primeiras letras, ainda que ali forneçam ao pequeno algum pão e vestuário. As próprias aptidões, que muitas vezes não se desenhm logo na primeira idade escolar, não se mostram senão com meios adequados, fora do alcance das famílias pobres e pouco instruidas.

Mas admitamos muito mais. Admitamos que o Estado democrático se pôs em condições de cumprir o seu «grande dever» de assegurar a todos os cidadãos a possibilidade de treparem ao cume do saber, se para isso tiverem pernas, destruindo todos ou quase todos os estorvos — mera hipótese, já se vê.

Assim mesmo, persistindo a organização autoritária e capitalista, haveria a insuperável barreira da divisão, da separação jerárquica entre o trabalho manual, inferior, escravo e pesado, e o trabalho intelectual, superior, dirigente, agradável e honroso. E como não são precisas grandes capacidades para o exercício das leves e lucrativas profissões liberais, burocráticas, literárias, científicas, artísticas — medicina, advocacia, magistraturas diversas, sciências, professorado, engenharia, belas letras e belas artes, etc. — todos muito humanamente as seguiriam... e aí teríamos o Estado democrático e capitalista a precisar de refrear novamente a sede de cultura, alongando e dificultando os cursos e elevando as propinas.

Só uma sociedade sem privilégios económicos e políticos, na qual tudo seja de todos e a riqueza social a administrem directamente os interessados; na qual vigore de facto, não na lei, uma igualdade de condições, tendo todos assegurado o necessário, em troca do trabalho manual proporcionado às forças de cada um; na qual cada um, sem excepção, tendo executado com a cooperação de todos e o poderoso auxílio das máquinas a breve e aprazível tarefa diária, possa dedicar muitas horas a variadas e gratas ocupações e estudos, aliando assim útilmente o exercício muscular ao esforço mental, para maior saúde do corpo e do espírito, e trazendo para os seus estudos teóricos a sua habilidade e experiência prática e para o trabalho os seus conhecimentos técnicos, científicos e artísticos; só essa sociedade socialista e anarquista poderá, segundo a fórmula de Pasteur, permitir a cada indivíduo produzir o seu máximo esforço e desenvolver, em toda a plenitude, a sua personalidade.

## V

6 DE AGOSTO

Discutiui-se há dias no parlamento o direito de greve. A assembleia jurou solenemente reconhecê-lo, e assim o declarou até em moção, dois dias mais tarde.

Mas o que não quis é que ficasse consignado na Constituição. E por isso o riscou do projecto, onde estava aliás de uma maneira bem anódina:

«E' garantido aos directores e assalariados de indústrias particulares, nos termos de leis e regulamentos especiais, o direito de cessarem, colectiva e pacificamente, o trabalho».

Aduziram-se argumentos vários. O direito de greve não é matéria constitucional. Como o seu correspondente, o *lock-out*, direito de fecharem os patrões colectivamente as suas portas, também incluído na disposição acima transcrita, o direito de

greve é restricto a uma classe e não pode ser colocado entre os gerais para todos os cidadãos. A Constituição está sendo demasiadamente sobrecarregada com os direitos individuais, e ela não deve ser nem demagógica, nem atrasada. De resto há direitos sagrados que, para a República os respeitar, por isso que estão nos seus princípios elementares, não é necessário consignar na Constituição. Cita-se porventura em alguma Constituição o direito à vida, o direito de respirar? Não. O direito de greve, na Constituição, pode ser considerado por alguns como um convite a uma situação anormal que não agrada a governo algum. . . E se na Constituição se consigna que o trabalho é livre, é desnecessário consignar o direito à greve, que aliás não pode ser um princípio imutável, visto que é um remédio para um estado social transitório e imperfeito.

Que diz o leitor a tais razões? . . .

E' evidente que o direito de greve não é matéria constitucional. . . antes de estar na Constituição. Quanto a ser de classe, restricto, é possível: mas quantos outros não estão nos mesmas condições e entram na lei fundamental? E depois, se nem todos são operários ou patrões, todos são, pelo menos consumidores; todos podem fazer *lock-out* ou greve, como produtores ou como consumidores, como industriais ou assalariados. Não tem havido greves de todos os feitios — até de padres? . . .

Se o direito de greve é tam sagrado e elementar, que nem precisa de ser declarado no estatuto, como não o são o de viver e o de respirar, então não pode tornar a Constituição demagógica nem constituir um convite a uma situação anormal. . .

E para que são consignados os direitos, se não é para que sejam usados?

Não é verdade que da liberdade de trabalho — do «livre exercício de qualquer género de trabalho» — tenham as autoridades jamais depreendido o direito de greve, isto é, de cessar colectivamente o trabalho e sobretudo de impedir a traição, que aniquila tal direito. Livre cada um de recusar individualmente o serviço e de se deixar morrer de fome e substituir por outro, arriscando-se ainda a ser preso como vagabundo. . . Para maior clareza, portanto, o *transitório* direito de greve deveria ser transitóriamente especificado na Constituição, igualmente transitória — como todas as formas políticas e sociais!

Deveria — mas não valeria a pena, com efeito. Já as condições em que era formulado o direito o anulavam. Restringia-se às indústrias particulares e, sendo muito necessário, qualquer serviço pode ser considerado público. Há sempre modo de não ter como «pacífica» uma greve. Basta acumular tropas e provocações, criar situações tensas, dissolver ajuntamentos, impedir que os grevistas persuadam os traidores da vergonha do seu procedimento, efec-

tuar prisões sob quaisquer pretextos: tudo isso faz parte da mais rudimentar sciência policial. E a imprensa ajudará. Também «as leis e regulamentos especiais» podem reduzir a zero ou a uma quantidade negativa o já raquítico direito, exigindo formalidades que, a serem cumpridas, significariam a derrota antecipada. E' o que já existe em Portugal — sem eficácia...

Mas embora sem essas restricções, o estar na Constituição não é garantia segura para um direito —sobretudo quando exercido pelos pobres. Afirmou recentemente um deputado que as Constituições são como os grandes poemas — todos falam delas, mas ninguém as lê; e nesta discussão sôbre o direito de greve foi proclamado que se trata duma questão de facto, não de direito. Foi um ministro que o disse.

\*

20 DE AGOSTO

Na Constituição há deputados pouco calejados pela politica e pelo parlamentarismo e por isso falam ainda com o coração nas mãos e sem respeito pelas conveniências parlamentares... Deputados e até ministros.

Assim o ministro do Interior, interpelado sôbre um acto ilegal dum seu subordinado — um edital do reitor da Universidade de Coimbra — disse que

não sabia se era ilegal, porque não é homem de leis!

O ministro é médico, mas é também ministro, homem-d'Estado, fazedor e executor de leis; e se as ignora, não o deve confessar em pleno parlamento, em nome do prestigio, em nome da «razão do Estado»...

A ninguém é lícito alegar, em sua defesa, ignorância da lei: é o princípio basilar do direito escrito, é a pedra angular do edificio juridico do Estado.

Se tal alegação fôsse admissível, a lei não seria obrigatória, todos se poderiam furtar ao seu cumprimento. Não haveria Estado, não haveria autoridade...

Mas, tendo um ministro — o do Interior — dado o mau exemplo, qualquer pobre diabo governado poderá perguntar com infinita razão:

— Porque não hei-de poder alegar em minha defesa, e com muita mais razão, o que um ministro do Interior não se pejou de declarar em plena fábrica de leis?

Esse pobre diabo pode fazer parte da grande maioria de analfabetos.

Mas ainda que saiba ler, escrever e contar, sobram-lhe motivos para não perceber patavina de legislações.

Os próprios jurisconsultos e advogados tiram cem conclusões do mesmo texto, defendem causas

opostas com o mesmíssimo artigo, que os juizes interpretam e applicam de diversos modos. Conseruando-se a mesma letra, a lei modifica-se constantemente no seu espirito e applicação: demonstração ainda há pouco feita por Jean Cruet.

Para poder subsistir, a lei apoia-se, pois, sôbre uma falsa presunção, uma ficção impossivel, um refinadíssimo embuste: que todos a conhecem, a entendem e applicam do mesmo modo.

Mas se nem os próprios ministros sabem onde está a illegalidade — e assim o declaram ingenuamente!...

Na mesma ordem de ideias estava aquele deputado que, falando da Constituição e pugnando pela admissão de certa «garantia» constitucional, reconheceu com ar alegre:

— Que afinal ás constituições, sr. presidente, são como os grandes poemas: todos falam deles, mas ninguem os lê...

Frase lapidar e profunda — applicada por um legislador ao próprio estatuto fundamental, à lei básica do Estado, equivalendo a dizer que ninguem a observa...

Com que convicção há-de este deputado colaborar no arranjo e formulação de códigos que sabe de antemão condenados ao abandono e ao pó?

Com a mesma daquele outro deputado — o sr. Boto Machado, que no parlamento proclamou altamente que é antiparlamentar por educação e

por temperamento! Tam certo como êle estar ali, no parlamento...

Tal deve ser também a convicção íntima de muitos dos seus colegas, alguns dos quais sofreram ataques de diletantismo anarquista, em tempos de «vagabundagem intelectual», na frase dum ex-stirneriano em maré de amena confissão.

Deve ser ainda a persuasão recôndita daquele outro fabricante de leis que, a propósito da carestia dos géneros, veio a justificar a acção directa em caso de demora da acção legal, afirmando que o povo teria o direito de invadir os armazéns...

E' verdade que contra êste perigoso e herético conceito, contrário ao exclusivo da acção legal, arruinador da lei e da autoridade, protestaram logo muitos colegas, para os quais só existe uma legitima acção illegal: a que lhes conquistou o poder...

E' verdade que o povo, se tentasse invadir os armazéns, como fez em Poço do Bispo, ou o parlamento, como tentou há dias, encontraria na sua frente, de baioneta calada, em nome da união republicana e da salvação da pátria, algum herói da Rotunda...

Mas a falta de fé está nos políticos revelada, descoberta, demonstrada...

Nos outros parlamentos dá-se o mesmo ou pior; mas os seus membros scépticos são mais astutos e experientes, e mais cautelosos.

E assim temos a situação contraditória de fazer leis coactivas quem nelas não acredita, e de fazer parte do parlamento quem lhe sabe a inutilidade...

E' a última desmoralização.

E' a dissolução, é o cancro em pleno organismo...

\*

Os anarquistas, como tais e como socialistas, repudiam o parlamentarismo e a acção eleitoral, não só pela razão teórica geral de ser o parlamento uma instituição autoritária, incumbida de forjar leis obrigatórias, mas ainda por outros motivos teóricos e práticos. Eis alguns:

Quanto ao parlamento:

1.º — A assembleia parlamentar é *incompetente* para decidir sobre qualquer dos assuntos da vida social. Um congresso de técnicos (médicos, sapateiros ou engenheiros, etc.) discute com conhecimento de causa o que é do seu officio; num parlamento, cada ponto de vista, cada interesse, cada ramo do saber tem sempre para o tratar uma minoria, sendo no entanto a maioria que decide.

2.º — O seu poder limita-se a formular leis, sendo *impotente* para as fazer aplicar, quando porventura contrariem os interesses das classes dominantes, dos proprietários, que tem nas suas mãos as autoridades e os próprios favorecidos, seus dependentes por meio do salário.

3.º — Ambiente burguês e politicante, dominado pelos interesses capitalistas e financeiros, exerce uma inevitável corrupção sobre os que para lá entram, vindos do seio do povo trabalhador e animados das melhores intenções.

4.º — Dispensa o povo de agir directamente e entretêm as impaciências populares tanto mais eficazmente quanto mais atreadores e «revolucionários» forem os discursos ali proferidos.

Quanto á acção eleitoral:

1.º — Trata-se de obter *número* e para isso fazem-se só vagas afirmações, esconde-se o ideal revolucionário e entra-se em combinações e intrigas.

2.º — A massa eleitoral, dominada pelas classes médias (única força eleitoral verdadeira) e orientada pela grande imprensa capitalista, é heterogénea, não é ligada por um interesse de classe nem por uma ideia forte.

3.º — A acção eleitoral e parlamentar chama ao socialismo uma nuvem de aventureiros da pequena burguesia, de profissionais da politica e do jornalismo burguês, de advogados, etc., que corrompem e desviam o movimento.

Querendo uma revolução profunda, verdadeiramente social, em que o povo trabalhador se aposses da riqueza de todos e directamente a administre; sabendo que essa revolução não pode ser decretada do alto, que nenhuma classe privilegiada se despoja

de bom grado, que a emancipação dos trabalhadores há-de ser obra dêles próprios, como é lição da história, os anarquistas pretendem que o povo se habitue desde já a *agir directamente* e a *associar-se*, sem confiar em providências e amigos e sem delegar poderes.

A tática adequada, essencial ao anarquismo, pode designar-se mesmo com a expressão hoje vulgarizada de *acção directa*, que aliás não é nova na literatura anarquista.

Emprega-se hoje geralmente esta expressão para indicar, em sentido restricto, a acção da classe operária, sem interpostas pessoas, com os meios que lhe são próprios (greve, boicotagem, sabotagem, etc.)

Mas analisando a ideia, vê-se facilmente que a acção sem interpostas pessoas, isto é, sem *delegação de poderes*, tem aplicação em todos os campos, no económico e no político, tanto contra os patrões como contra as autoridades, abrange várias formas de actividade e resistência, e não é senão o anarquismo considerado como método.

E o método é o mais importante para um partido ou movimento, o que sobretudo o distingue, pois não basta ter boas intenções: é preciso saber o meio de as pôr em prática, de lhes dar realidade.

A acção directa, no seu sentido mais lato, pode ser violenta ou pacífica, individual ou colectiva, mas

deve sobretudo ser contínua, de cada dia, em qualquer das suas formas, e em todas as suas fases, propaganda, organização, realização.

Agindo-se, praticam-se erros, dão-se passos falsos, golpes incertos. Quem caminha arrisca-se a tropeçar; sobretudo quando se começa, e falta a experiência, a musculatura, a elasticidade. Mas todos êsses erros, incertezas, inabilidades, tropeços, são corrigidos pelo exercício, pela própria prática da acção, pela crítica serena e acertada. Pensamento e acção.

O que é necessário ter bem presente é que a acção não pode ser substituída. Só a acção produz o facto, só ela o mantém.

Ainda supondo que a lei não fôsse a expressão dos interesses das classes dominantes, pelo monopólio da riqueza, do poder e da influência, ela seria pelo menos inútil, pois não viria senão reduzir a fórmulas (estreitas e incompletas sempre) os factos que só a acção directa, incessante, permanente de cada individuo e das colectividades interessadas origina e alimenta, em cada minuto e em cada metro quadrado do território. Todos os dias vemos direitos, escritos nas leis, desprezados por falta de resistência dos interessados e mais além, no mesmo país, respeitados quando são defendidos. E a lei é a mesma!

E é ainda necessário evitar o que pode contradizer, desviar, diminuir a acção directa, a emanci-

pação por suas próprias mãos. Nós queremos uma revolução social, isto é, não «emancipar o povo», mas que ele se emancipe, tome conta dos seus destinos, não se deixe roubar e mandar, não delegue poderes, organize e administre directamente a produção.

Ora nada ataca mais esta obra de emancipação própria, de esforço pessoal, do que o parlamentarismo e o eleitoralismo, desvio de energias e de organização, porta aberta a todas as corrupções, a todas as infiltrações de ideias e interesses estranhos.

A ignorância e a má-fé interessada consideram o anarquismo como o simples exercício da violência, e dão a *acção directa* como novo disfarce desse método.

Ora os anarquistas não são violentos. Os anarquistas, inimigos da autoridade, da opressão, da coacção, pretendem, porque são anarquistas, banir a violência das relações sociais.

Mas para realização d'este escopo, são em grande maioria *revolucionários* ou *insurreccionais* (além de anarquistas), isto é, admitem o emprêgo da força para remate da evolução que se realiza no sentido libertário e como *resistência* à violência e à opressão. Acham que a força, além de inevitável perante a incapacidade de abdicar das classes opressoras, é altamente moral para evitar o prolongamento dum mal imensamente mais doloroso. E d'isto não

os pode culpar nenhum — absolutamente nenhum — dos partidos existentes, que empregam diariamente a força, não só em legitima defesa, como os anarquistas, mas para, oligarquias sanguinárias, conquistar e conservar o poder, sobre o sangue de milhares de vítimas humanas imoladas à sua insaciável sede de oiro e de domínio.

Se anarquismo não significa sequer insurreição, greve geral revolucionária, sendo coisas diferentes, embora juntas muitas vezes, com mais razão o atentado político — durante o período evolutivo que atravessamos — não faz parte do programa anarquista.

Se há anarquistas que o praticam, não é como tais, mas apenas como homens oprimidos, perseguidos, violentados. Não são atentados «anarquistas», mas actos de revolta instintivos, inevitáveis, respostas de baixo às violências do alto.

E são tam humanos e naturais que sempre que um grupo de homens, mesmo o mais conservador, se sente oprimido, o atentado, o tiranicídio é desejado, invocado, aplaudido. Os anarquistas teem sido ainda os mais moderados; todos os partidos e seitas o teem usado em ocasiões oportunas: católicos, que o justificaram e praticaram, como os frades Jacques Clément e Ravailac; patriotas, como os italianos da independência — Oberdan e Orsini — e os irlandeses; republicanos, como Nobiling, Passanante, Marcelino Bispo, Costa, Buiça, etc.; socialistas

democráticos (não anarquistas), como Hoedel e grande numero de niillistas russos, etc., etc. A lista seria interminável.

...a força, não se em legiti...

...a revolução não significa...

...a revolução não é como...

24 DE JULHO

Teremos a guerra europeia?

Os ares estão toldados — mas a diplomacia é uma coisa escura e reservada, e eu não me demoro nas barbearias, onde se discutem de modo categórico e proficiente as altas questões internacionais.

E' possível que todos cheguem a acôrdo, e os lobos da finança repartam entre si amigavelmente, rosnando e temendo-se uns aos outros, as presas que são objecto das suas variadas cubiças.

Mas parece que não faltam complicações e dificuldades.

Entre a França e a Espanha são já vários os incidentes e conflitos. Jornaes francezes há que reclamam energia da parte do govêrno. A imprensa espanhola é em geral prudente e comedida; só o

jornal católico *El Debate* dá conselhos arrogantes e guerreiros, mostrando mais uma vez o espírito pacífico e evangélico desta santa gente.

O conflito franco-alemão não está tampouco ainda resolvido. A Alemanha não se contenta com as compensações oferecidas, dentro ou fora de Marrocos, sobretudo aos seus financeiros e industriais: parece querer a partilha franca e «equitativa» do império marroquino, ou então a neutralidade perfeita e garantida do mesmo...

Do seu lado, a Inglaterra quer ser consultada e ouvida, não gosta da Alemanha em Marrocos; e como estas duas nações são as verdadeiras rivais da peça, na sua formidável disputa do mercado mundial, é aqui que está o nó da questão, o ponto escuro e perigoso da contenda.

A civilização está, pois, sob a terrível ameaça duma guerra monstruosa, que representa para o mundo novo em gestação uma tenebrosa e torturante eventualidade.

Que nos reserva o futuro?

Entretanto, os meios operários e revolucionários agitam-se. Deve ter partido estes dias para Berlim uma numerosa delegação das organizações operárias francesas, convidadas pelas alemãs a uma demonstração de solidariedade entre os dois proletariados. Entre os delegados, vai o dos operários dos arsenais de guerra. Depois haverá em Paris manifestação de delegados operários dos países envolvi-

dos no conflito; e em Madrid e Barcelona, de franceses e espanhóis.

A guerra — só a querem contra os tiranos e exploradores de todos os países.

\*

30 DE JULHO

Em que ponto está a questão? Que tramam, em segredo, as chancelarias, a diplomacia manobrada pelas grandes empresas industriais e bancárias?

Não se sabe ao certo. Como no tempo dos reis absolutos, os senhores de hoje decidem da vida e da sorte dos povos sem os consultar; ao mesmo tempo que a grande imprensa, ao serviço da finança, engana e excita as massas populares com ilusórios interesses nacionais e grutescos pontos de honra.

Como nos tempos antigos, trata-se de levar ao matadouro o rebanho crédulo e de o imolar à insaciável cupidez duma minoria.

Ao que parece, a situação tem a mesma gravidade ainda.

A Alemanha quer absolutamente uma compensação de valia ou que a França abandone Marrocos; mas a Inglaterra opõe-se decididamente a uma concessão qualquer. E se é verdade que a França tem vários motivos para temer uma guerra — motivos

de ordem internacional e interior — já a Inglaterra tem pelo contrário as suas razões para precipitar o conflito armado, antes que o poder naval alemão se desenvolva ainda... Dizem as notícias de hoje que já se conhecem activos preparativos militares; e como as guerras modernas começam sem aviso, quem sabe que surpresas nos reservará o dia de amanhã?

Para conhecer os actores principais dêste drama, que pode ter um desenlace trágico, aconselho aos leitores uma recente brochura de Francis Delaisi, *La Guerre qui vient*. O autor, competente na matéria, descreve-nos a luta económica anglo-germânica e considera inevitável e próxima uma guerra para a qual a Inglaterra e a Alemanha se veem preparando há muito tempo.

As duas temíveis rivais receiam-se e medem-se, procurando pretextos, buscando que a provocação parta da outra, escondendo-se por trás de terceiros...

E que fazem entretanto os verdadeiros inimigos da guerra, os trabalhadores revolucionários, que representam legitimamente os mais profundos e sinceros sentimentos da população laboriosa das oficinas e dos campos?

Já se realizou a anunciada visita duma delegação operária francesa às organizações operárias de Berlim, onde teve magnífica recepção; e em Paris celebraram-se comícios de protesto.

E repete-se ao governo a já famosa advertência fatídica:

— «Antes a insurreição que a guerra!» A' guerra entre trabalhadores para proveito dos que os exploram, preferimos a guerra social, entre as classes, para a emancipação de todos. A qualquer declaração de guerra responderemos com a greve geral e a insurreição!

Poderá este aviso ter oportuna execução?

Se a ameaça fôsse levada a efeito, embora não substituisse por outro o actual regime económico, seria um dos factos mais grandiosos da história da humanidade!

\*

13 DE AGOSTO

As negociações franco-alemãs prosseguem — e parece que está afastado o maior perigo de rompimento.

Não sei se já é permitido dar o suspiro de alívio, passado o terrível pesadelo, mas uma forte esperança de paz nos sorri.

Para quem vê com amor desenvolver-se o germe de uma nova sociedade mais igualitária e mais harmónica que a nossa, estas últimas semanas foram cheias de angustiosa ansiedade.

A guerra poderia ser o sinal da nova era: mas quem sabe se, ainda imaturo o embrião, não sairia

um abôrto doloroso, adiando ainda uma vez o nascimento desejado?

Porque já a guerra de 70 retardou a obra fecunda da Internacional, agravando o terrível fardo da paz armada; e se não fôsse a Comuna de Paris, vencida embora — oh indestrutível virtude das insurreições! — nem a república teria perdurado em França.

O proletariado consciente conhece bem o perigo. E assim em Berlim, Paris, Madrid e Barcelona, como se projectara, delegados operários das nações interessadas, perante dezenas de milhares de trabalhadores, afirmaram sob um delírio de aplausos a sua firme vontade de impedir a guerra, hecatombe de pobres, fogueira de liberdades, banquete de abutres e de financeiros, cornucópia de impostos e de misérias.

\*  
20 DE AGOSTO

De novo nos chegam notícias inquietantes, e fala-se até em rompimento, em discretos preparativos militares, em concentrações de esquadras...

De novo adeja sobre a Europa o negro fantasma da guerra...

Mas em quanto perdura a dolorosa expectativa, na perspectiva terrível duma luta internacional — vamos assistindo ao desenrolar duma não menos

dramática pugna, tendo por teatro precisamente uma das nações mais directamente envolvidas no conflito pendente.

E' a guerra social que se combate em Inglaterra, com igual decisão de parte a parte.

Os operários ingleses eram muito legalistas. Quando faziam as suas greyes, era por corporações insuladas, em atitude pacífica e expectante, à força de dinheiro. A solidariedade intercorporativa e internacional era-lhes quase estranha. Ignoravam a greve geral e a acção enérgica e pronta.

Mas o desequilíbrio entre os salários e o custo da vida agravou-se. As coligações patronais e os *trusts* fortificaram-se, alcançando sempre vitória no terreno do dinheiro e da expectativa... Os tribunais desataram a condenar a perdas e danos as pesadas e velhas uniões operárias, com seus tesouros lentamente acumulados. Depois foram as comissões de conciliação que, a principio, sob a pressão da greve, resolviam a favor dos operários, mas em breve começaram a inclinar a balança para o lado dos mais ricos...

Os chefes industriais lançavam com frequência o imprudente desafio do *lock-out* — o encerramento combinado das oficinas duma indústria.

Por todas essas causas, a luta tornou-se mais acesa, mais ardente, as tropas aguerriram-se e ganharam experiência.

A recente greve marítima teve um carácter fran-

camente novo; e a actual, que é sua derivada, ou continuadora, acentuou esse carácter.

A greve generaliza-se, tem uma forma decidida, praticam-se actos de sabotagem. Apela-se para a solidariedade na acção das outras corporações de officio e para a ajuda moral e financeira dos proletariados dos vários países.

Os grevistas falam francamente em *guerra do trabalho*; e com igual franqueza os directores da indústria declaram não ceder por uma *questão de princípio*. «Estamos chegados — proclama um deles — a um momento, na história da humanidade como na das nações, em que não é já possível continuar no sistema das concessões, mas sim entregarmo-nos à sorte das grandes batalhas».

E', pois, um grande episódio da luta de classes, da guerra social — perante a qual não recuam os que mais enérgicamente se opõem às guerras entre nações, como recentemente numa vasta manifestação operária de Londres. Nestas, trucidam-se massas de jovens pelos interesses de oligarquias financeiras e industriais; na guerra social, batem-se duas classes mundiais pelos seus verdadeiros interesses, irreduzivelmente antagónicos — até ao desaparecimento das classes rivais pela socialização dos meios de produzir.

\*

17 DE SETEMBRO

De todos os países da Europa é talvez Portugal o menos agitado.

Assim neste momento, em várias cidades de Espanha, rugem fragorosas greves gerais e o estado de sitio foi declarado nas Astúrias. Dos vagos e incompletos telegramas parece depreender-se que o movimento, partido de Bilbau, se estende por solidariedade a San Sebastián, Saragoça, Barcelona...

Estas perturbações económicas, que mostram a força do produtor operário e fazem estremecer até aos alicerces o velho edificio capitalista, repetem-se cada vez com maior frequência e intensidade, e desorientam por completo os dirigentes, que não as sabem deter ou evitar, nem mesmo compreender.

Ontem era na Inglaterra; hoje o grande abalo sacode a Espanha, e um pouco por toda a parte sentem-se tremores.

Não há muito tempo, restringia-se a greve a uma secção de fábrica, a uma officina, a uma indústria na cidade. Depois desenvolveu-se rapidamente, irresistivelmente a tendência para a generalização pelo rastilho da solidariedade e da comunidade de interesses.

Alastrou pela cidade, ganhou indústrias inteiras dum país, estendeu-se à nação, já galga as fronteiras...

Não tem ainda a amplitude da unanimidade —

não a terá talvez jamais, nem precisará, — não a ilumina ainda a intenção firme e definida de se apossar do instrumento de trabalho e de gerir a produção, mas a onda avoluma-se e rugue furiosamente...

E não num ponto sómente. Em França, onde há muito que se encarneira o mar social, o movimento popular contra a carestia dos géneros, guiado sobretudo pelas mulheres, longe de se extinguir, ameaça invadir Paris, onde se complicará com a acção e protesto dos inquilinos pobres, tende a divulgar-se por todo o país, repercute mesmo além-fronteiras...

Em sua defesa, tinham os assambarcadores alegado escassez natural, mas é o próprio govêrno que os desmente, quanto ao trigo, cuja última colheita foi superior à precedente. Nem valeu o argumento da alta dos salários, pois a agitação começou onde êles não teem aumentado, no Norte; e depois os operários pretendem que não lhes tirem de um modo o que de outro lhes cedem.

E por isso boicotam os careiros, ou vão-se aos mercados e estabelecimentos e repartem entre si os géneros, deixando o preço justo — como que a ensaiar-se para a forma social em que, senhores da produção, poderão também organizar a distribuição em proveito de todos, e não para ganho de poucos.

24 DE SETEMBRO

As comoções populares em Espanha sucedem-se cada vez com maior freqüência. Um ano depois da insurreição catalã contra a guerra e contra a exploração económico-religiosa nos conventos, era a greve revolucionária de Bilbao, com a solidariedade de Saragoça e Barcelona. Dois anos após o mesmo facto, dois anos após o assassinato de Ferrer, era de novo Bilbao a iniciar um movimento, que desta vez se propagava em várias direcções e assentava em Valência um dos focos principais.

Estes movimentos teem, em geral, uma origem económica, iniciam-se com a luta antipatronal duma corporação operária: foi o carácter dêste último e assim acabam de o fazer notar os dirigentes do partido republicano, em seu protesto contra o govêrno de Canalejas.

Mas, se teem uma origem económica, tomam com facilidade um aspecto político. Em muitas localidades são expulsas as autoridades, proclamada a Republica ou aclamada a Comuna. A' parte a activa minoria libertária e socialista, o proletariado espanhol é quase todo republicano. Em Espanha (cá e lá...) ainda vigora e faz efeito o verbo inflamado dos tribunos que fazem saúdes ao povo. O culto da frase e o democratismo retórico ainda ali estão nas suas sete quintas.

Parece, pois, que os chefes republicanos pode-

riam tirar proveito destes movimentos populares. Mas não tiram. No momento da acção mantem-se afastados e protestam platonicamente, reclamando a abertura do parlamento, onde se comprometem a fazer barulho tardio e inofensivo. Alguns vão até muito oportunamente veranejar para o estrangeiro. Durante o processo Ferrer houve-os que escreveram à maçonaria italiana para que esta não apoiasse a agitação em favor do pouco ortodoxo irmão, inimigo de todos os ídolos e idolatrias; e ainda os houve, de menor categoria, que foram falsíssimas e infames testemunhas de acusação contra o hereje, suspeito de anarquismo e sindicalismo. Hoje a sua memória é calorosamente reivindicada pelos corifeus do democratismo e da maçonaria!...

Aos chefes republicanos espanhóis agradaria uma revolução à brasileira, isto é, um simples pronunciamento militar, tranqüilo e sem abalos, mudando de improviso o cenário político, como nas mágicas. O povo não seria chamado senão para assistir surpreso ao espectáculo e aplaudir. Estas mutações, porém, são um tanto difíceis com as acauteladas monarquias europeias.

E' talvez indispensável o concurso popular e está o diabo! Ainda se fôsse possível uma revoluçãozinha à portuguesa...

— Mas aquilo em Portugal é outra coisa. Boa gente, os portugueses... Nadavam em plena ilusão democrática: para eles, a república era a salvação

completa, ou pelo menos uma ponte de passagem necessária, um cómodo patamar, com assentos, na escada da evolução progressiva...

«Não teem grandes centros industriais, nem forte e combativa organização operária, nem estão agueridos nas lutas económicas. Os grupos e partidos revolucionários incómodos não são ali influentes nem desenvolvidos. Havia «revolucionários civis» em abundância, mas dos bons, dos que, implantada a república, se fizeram espiões e polícias e se atiraram aos tímidos e respeitosos grevistas como Santiago aos moiros.

«Mas em Espanha? Os nossos revolucionários civis serão igualmente acomodaticios e fieis? Poderão eles domar e reter nos justos limites o proletariado industrial da Catalunha, de Valência, de Bilbau e de outros grandes centros operários, e o proletariado agrícola de Andaluzia? Em Portugal, após a república, houve numerosas greves: mas quantas e de que qualidade seriam elas em Espanha, santo deus? Sabe-se como principia uma revolução, não se sabe como ela acaba, com esta espécie de gente que nós temos em alguns pontos. Não se lembram eles, a cada greve geral, de proclamar a Comuna numa ou outra localidade?

«Deixámos escapar a república de 1873: não soubemos ou não pudemos conserva-la. Ai de nós! classes médias, burguesia democrática: é possível que tenhamos deixado escapar também a oportuni-

dade, o momento histórico preciso, exacto, propício, para a proclamação duma república bem nossa. Agora poderemos evocar o Génio popular, mas êste, apenas solto e excitado, é capaz de fugir ao nosso poder de mágicos da política — de futuros homens de Estado, presidentes, ministros, deputados... Eis decerto a razão por que alguns dos nossos, como Sagasta, Moret, Canalejas, Morote, se passaram oportunamente para a monarquia... Na verdade, aqui para nós, mais vale a monarquia, onde mesmo republicanos alguma coisa podemos ser, do que um regime de greves e cóleras desencadeadas e o rubro espectro da revolução social a encher-nos de pavores os nossos sonhos de glória e de poder...»

Assim pensarão talvez os dirigentes do republicanismo espanhol. Mas se porventura assim pensam acêrca dum movimento por êles preparado e iniciado, escolhendo o melhor ensejo, caindo de improviso e dominando logo a situação, em ocasião de relativa calma, que não hão-de pensar dos movimentos iniciados pelo operariado e com um profundo carácter económico?

Seria já o impulso tomado de baixo, e se os chefes republicanos interviesses, embora não fôsse ultrapassada a democracia burguesa, esta teria uma origem perigosa, um nascimento suspeito e ficaria excessivamente exposta e sujeita à vontade e às reivindicações do povo trabalhador.

Seria um república aceita das mãos do povo em

condições péssimas e comprometedoras. Políticos que se prezem, homens de ordem, homens de governo, não podem assumir tam graves responsabilidades. E' preciso dar aos conservadores do dominio de classe garantias de seriedade e de respeito pelo *statu quo* social. Viva a propriedade... de poucos! Cidadãos! sem o respeito religioso pela propriedade não há ordem, não há progresso possível! Guardai os bancos, ó admiráveis heróis famintos!

O povo trabalhador é, por conseguinte, abandonado a si próprio, às suas próprias fôrças, às suas aspirações, ao seu destino.

Pois, deus me perdoe, tanto melhor! Quando um dia a vitória lhe cair nas mãos, dela disporá a seu bel-prazer. Poderá talvez limitar-se a varrer a podridão monárquica e clerical — se já não o tiverem feito os próprios conservadores, como medida de salvação — mas poderá também encetar e mesmo levar a cabo a obra inevitável e urgente de expropriação dos bens e capitais activos (não o escusado dinheiro) monopolizados por uma classe, sob a garantia da fôrça e do engano.

As Comunas, que hoje esporadicamente brotam aqui e ali, em pequenas localidades, germinarão talvez vigorosamente por todo o solo da Espanha, que desde então pertencerá em comum, com os instrumentos de trabalho, com os já maravilhosos engenhos da mecânica, com as já exploradas e as

ainda inexploradas minas e matérias primas, aos verdadeiros produtores redimidos da escravidão do salariato e do Estado.

I DE OUTUBRO

Termina o conflito franco-alemão, quando estala a guerra italo-turca, por causa de um novo Marrocos, a Tripolitânia.

Não houve delongas, não houve demoradas negociações. Quando se quer decididamente empreender uma guerra é preciso agarrar no vôo o primeiro motivo, o primeiro pretexto aparecido ou provocado, e agir rapidamente, sem dar tempo ao adversário de se prevenir, nem à opinião antiguerreira de organizar uma resistência eficaz aos manejos e vontades dos tubarões interessados no conflito, sob a capa de civilização e humanitarismo.

A ideia dessa resistência não pôde, na Itália, propagar-se e desenvolver-se. Demais, os partidos democráticos tinham perdido muito, nestes últimos tempos, da sua força e do seu prestígio; nem eram absolutamente unânimes em condenar as conquistas coloniais, as guerras e o imperialismo. Os elementos verdadeiramente revolucionários não tinham grande influência determinante sobre as massas.

Por parte do operariado organizado, inquinado

na sua maioria de reformismo legalista, falou-se em greve geral contra a guerra. Mas pode uma greve geral, sem prévia preparação, antes após uma propaganda mais contrária do que favorável, ser posta em execução?

Segundo os telegramas, salvo numa ou outra povoação onde se esboça uma resistência do mesmo género da que há anos obstava à partida de tropas para a África, parece haver uma grande explosão do patriotismo italiano, certamente na pequena burguesia.

Até o papa manda rezar pela vitória das armas do rei... Deus costuma favorecer os exércitos mais fortes: era a opinião de Bonaparte e é também de certo a do papa e a do matreiro Giolitti, que se vale, não só dessa vantagem numérica, mas da oportunidade rara oferecida pela situação política na Itália, na Turquia e na Europa em geral...

E eis como o povo italiano vai fazer uma «conquista» que lhe há-de fartamente render... despesas colossais, agravamento de impostos e sacrifícios de vidas.

Digo o povo— não me refiro aos corvos e aos tubarões.

12 DE NOVEMBRO

Se a guerra social em França toma grave carácter, cavando-se cada vez mais fundamente o abismo que separa as classes antagónicas da sociedade desequilibrada de hoje, o conflito internacional está ainda desta vez evitado. Chegou-se a um acôrdo e combinou-se, ao que parece, entregar a um tribunal arbitral as divergências, que para o futuro possam surgir sôbre o caso.

A França tem pulso livre em Marrocos — salvo na parte que toca à Espanha, e a Alemanha vai continuar a obra de «civilização» francesa na parte do Congo que lhe é cedida. . .

Pobres marroquinos! Pobres congoleses!

E pobres tripolinos!

A estes estão os italianos a distribuir agora boas doses de «civilização» europeia.

O regime industrial moderno leva à expansão colonial — não, porém, em proveito dos conquistados, que dispensariam bem a «civilização» que lhes trazem, embrulhada em violências, roubo de terras, vexações fiscaes e exploração do trabalho; nem para vantagem dos pobres da pátria conquistadora, porque êsses, a respeito de lucros, só os encargos e os perigos da guerra de conquista — ao passo que, com um regime económico mais justo e produtivo, a própria pátria daria a todos mais do que o suficiente!

VI

20 DE OUTUBRO

Ha quem diga os rialistas inteiramente desfeitos e desmoralizados, dispersos e desarmados pelas autoridades espanholas, furiosos os míseros assalariados em vista das promessas não cumpridas dos chefes. Porque muitos d'aqueles guerrilheiros são pobres diabos inconscientes, que assentaram praça nas hostes de Paiva Couceiro, como poderiam ter aceitado um lugar de mineiro ou de polícia secreta, ou qualquer outro igualmente perigoso ou repugnante: unicamente para comer. «Ah! se eu assim comesse em minha casa — suspirava um *paivante* feito prisioneiro — não estaria agora aqui nesta situação.» No presente estado social, que não garante à grande maioria a independência económica, tudo se faz pela necessidade de viver, embora sem aquele nobre im-

pulso e aquele ardente entusiasmo que só a convicção sincera e profunda pode dar.

Nem todos os incursores, porém, são simples assalariados, e não o são certamente, por exemplo, dois filhos do ilustre Eça de Queirós! Causa certo assombro o facto, não é verdade? Como é que os filhos do autor da *Reliquia* e do *Crime do Padre Amaro*, de tantas obras de sátira e de ironia contundente, se acham entre os restauradores da ria-leza e da santa madre igreja? Que influência teve sobre os filhos o pai scéptico e frio, que não seria capaz de se mover pela república, quanto mais pela monarquia? Quando hoje se começa a sorrir da ilusão democrática e legalista da simples mudança de regime político, que educação poderão ter recebido aqueles dois rapazes, débeis sob o pêso de um nome consagrado, perdidos na infantilidade retardatória e ridícula duma contra-revolução?

Eça de Queirós era aliás um *snob* e um scéptico fatigado e doente. O seu scepticismo era bem diverso, por exemplo, do de Anatole France, risonho e amável, que duvida e sorri, mas não exclui o progresso, nem repudia o combate. Tudo bem pesado, o gesto dos filhos é a conclusão irónica e o comentário acre da filosofia oca e dissolvente do pai. Parece um fecho dos *Maias*, com o grutesco a mais!

7 DE NOVEMBRO

Morreu miseramente no sábado e miseramente foi a enterrar no domingo o escritor Silva Pinto.

Era um grande escritor? Afirmam que sim, dizem que era um mestre da língua, embora o reconheçam sobretudo um panfletário.

Eu, por mim, conheci-o mal. Li-lhe, há anos, num jornal do Porto, as suas breves crónicas diárias de Lisboa, sêcas, agres, rabugentas. E como o pessimismo desalentado me soa mal e o azedume me incomoda, como só amo os hinos à vida ou o scepticismo sorridente e benévolo, não quis saber mais, convencido ainda de que o cronista não tinha, a compensar suficientemente o árido amargor da sua frase, um sôpro vivificante e renovador de ideias largas e modernas...

Oiço agora que teve uma mocidade ardente e combativa, com as vibrantes seduções do ideal e os impulsos generosos do sacrificio; que era, no fim, uma alma de criança rabugenta como as próprias crianças que êle amava, a quem êle dispensava os melhores fulgores da sua bondade e da sua piedade. Oiço que o seu estilo se desconjuntou e descoloriu na mesquinha tarefa de comentar dia a dia, à sobreposse, pela obrigação cotidiana do ganha-pão, os raquíticos e fastidiosos sucessos do ramerrão político e social...

Quantas ilusões literárias perdidas dêste modo!

quantos sonhos de arte esvaídos! quantas almas azedadas!

Atemorizados ante o seu humor, os amigos começaram a fugir-lhe. Foram-se quase todos. Tornou-se um solitário, a desabafar amargamente.

E veio a expirar em casa de um dos seus dois únicos amigos, abandonado e pobre como Camões, horas depois de iniciada uma subscrição para lhe valer na sua doença e na sua penúria! O seu enterro foi uma cerimónia miserável e despercebida.

O homem que deixa uma não leve bagagem literária, crítico reputado e prosador de renome, não levou, triste e frio cadáver a caminho do cemitério, senão um reduzido grupo de colegas e os alunos da Escola de Reforma de Caxias, de que fôra director. Nada mais. Nem lustrosas librés, nem fulgentes uniformes, nem as altas personalidades políticas, nem as figuras consagradas da república das letras.

O mundo oficial boicotou o acto; a gente intellectual e literária eclipsou-se. Se eu tivesse adivinhado tais ausências... teria ido!

Hão-de supor talvez que estou também a redundar em pessimista amargo. Não, senhores. Eu estou a sorrir-me.

Estou a sorrir-me, imaginando o pomposo funeral que teria tido Silva Pinto, a despeito da sua mordacidade sarcástica e acidulada, se além de escritor tivesse possuído dinheiros e houvesse furado,

com galharda desenvoltura e desembaraçado appetite, por entre os ruidosos feirantes da política.

Os grandes homens, em regra, não estão no laboratório do sábio ou no gabinete do escritor: peroram na praça pública. E' aqui que se tecem coroas de glória e se organizam apoteoses, que as aclamações se colhem com menos talento do que o necessário para aperfeiçoar a peça de aço de um maquinismo, para discutir um problema social, para idear uma estrofe.

Pobres multidões! boas multidões! Elas vivem na ânsia de melhorar, e como há homens que sabem prometer, elas, que são ainda tam confiadas, sabem também ter esperança. São os políticos que se incumbem da felicidade de todos; por isso, em quanto os homens não sabem ocupar-se, êles próprios, de tam íngente tarefa, como não hão-de venerar os políticos, segui-los anelantemente, depositar neles a sua mais ardente fé? Onde menos se trabalha, onde menos se sabe actuar e coordenar as energias individuais e colectivas, é que a peleja política mais referve e estua. Erguem-se e tombam ídolos, que, embora caídos, ou porque caídos no conceito de uns, ganham e conservam a admiração de todos. Novas formas exteriores veem redoirar antigas substâncias. Os neologismos veem cair e modernizar os interesses velhos e os inveterados hábitos. Classes aparentemente soterradas, reaparecem com os mesmos poderes, mas outras máscaras.

E as boas multidões, na mesma ânsia, na mesma oposição, derribam ídolos, levantam ídolos, vivem da mesma esperança. Aclamações, apoteoses, delírio.

Conhecem o nosso muito illustre tribuno António José de Almeida, que de salvador de enfermos passou a salvador da pátria e foi ministro do governo provisório?

Este homem saboreou o mais intacto prestígio popular. Orador consagrado de comícios, verbo fluente e vigoroso, ideias não muitas nem profundas, mas tiradas fulgurantes e tropos magníficos, recebeu as mais entusiásticas ovações das massas. Fazia entrever paraísos radiantes.

Veio a República, subiu êle ao poder, dizem que quis opor a colegas seus um partido forte, e para isso fez a famosa «política de atracção», chamou a aderir ao regime novo as «boas vontades» do velho, favoreceu influentes da monarquia. Com outro chefe astuto e fino jornalista, o capitão-médico Brito Camacho, acaba de fundar uma *União Nacional Republicana*, para opor ao grupo *Democrático*, senhor de quase todo o partido republicano histórico, como se provou no recente Congresso. A *União* é uma excelente válvula de segurança para a *forma* republicana, porque será o escoamento de todos os descontentes. Mas o povo dos grandes centros não se rende naturalmente a esta razão, considera traidores os seus antigos generais, e já por três vezes

vaiou o tribuno outrora glorioso, que se consola recrutando nova e proveitosa clientela e vendo agora, pelo binóculo invertido do seu orgulho maltratado, reduzida as ridículas proporções de meia dúzia de maltrapilhos assalariados a incontável multidão que antes o vitoriara com delírio.

As aclamações delirantes vão agora a novos messias. Vão aos chefes popularíssimos da facção *democrática*; vão especialmente ao *estadista rotadíssimo à salvação desta pátria*, como disse no Porto à multidão extasiada um senador entusiasta.

O messias em questão é o dr. Afonso Costa, tipo bem acabado de político e advogado, sagaz manobrador de júris, e de partidos. É o grande homem do dia. O seu prestígio, além de outras origens, procede das suas leis anticlericais e da promessa, que êle parece representar, de vagas reformas sociais...

...E quando o exercício do poder lhe tiver embaciado a auréola aos olhos das boas multidões, sempre ansiosas, sempre na oposição, estas talvez ainda ajudem outros a trepar, sem que os velhos percam de todo as posições adquiridas e a grave e brilhante consideração das altas rodas, e sem que o seu cortejo fúnebre — que aos deuses apraza retardar o mais possível! — deixe de ter o luzimento do número e o aparato dos galões e das cartolas, e na descarga simbólica da tropa a imagem do muito ruido que fizeram.

14 DE NOVEMBRO

Julgado e condenado por um artigo justificando a resistência a violências policiais, Hervé, na sua autodefesa perante o tribunal, distinguiu entre as funções policiais de repressão política e as que se referem aos actos anti-sociais, aos chamados delitos de direito comum. Foi contra as primeiras que êle escreveu: o que êle reclama é que os agentes de policia se limitem a prender os malfeitores.

E exclamâ:

«Nesse officio de guardas da paz, quem poderia despreza-los? Eu não, em todo o caso, pois como colectivista (autoritário) — de nenhuma maneira libertário, como pensais — sou partidário, na sociedade socialista dos meus sonhos, duma forte autoridade social, e nem amanhã, em república social, nem hoje, em república capitalista, estou resolvido a deixar-nos molestar ou esfaquear pelos elementos mórbidos, os degenerados, os alcoólicos, os sádicos, as escórias sociais que qualquer sociedade, a actual sobretudo, arrasta como uma bala de canhão presa aos pés.»

Como pode, êle que foi professor de história e é propagandista do socialismo, êle que deveria conhecer a natureza de todo o poder político, como pode crer praticável a separação efectiva entre a acção repressiva da autoridade nos crimes comuns

e a que ella exerce, ainda com maior afinco e furor, contra os seus próprios inimigos?

Não é qualquer govêrno instintivamente levado a considerar os seus inimigos políticos, os revolucionários, como os piores bandidos, como elementos mórbidos, amantes da desordem pela desordem, seres perversos e perturbadores, muito mais nocivos à «sociedade» do que os mesmos culpados de actos anti-sociais?

Todo o corpo autoritário organizado, Estado ou Igreja, seja qual for a sua denominação, tende naturalmente, por necessidade de defesa própria, a dar a maior importância aos crimes de heresia política ou religiosa, arrogando-se o pretencioso direito de representar os interesses de todos e de cada um, e acobertando-se sob os mais especiosos pretextos de defesa social e garantia de liberdades.

E' profunda ingenuidade, portanto, reclamar a extinção desta função essencial da autoridade. Se alguma concessão pudesse ser feita por um govêrno, reduzir-se-ia a organizar uma policia politica especial — cujo fim muito particular seria sobretudo, como é de facto, promover e cultivar o delito político, inventar «complots» e atentados, para ter occasião de prestar serviços e justificar a sua existência; mas isso não impediria o govêrno de aproveitar, se de tal precisasse, a outra policia comum, como aproveita sempre o exército, embora êste seja teó-

ricamente criado para defesa da «pátria» contra o «inimigo exterior».

Não menos ingénua é a crença na necessidade e na eficácia duma autoridade e duma policia, sobretudo numa sociedade socialista.

Organizadas a produção e a distribuição dos produtos pelos produtores-consumidores livremente associados; proporcionando cada grupo produtor a toda a população da comuna o seu trabalho, em troca dos serviços dos outros grupos e sem necessidade de dinheiro; tendo cada um o seu bem-estar assegurado, mediante um esforço breve e variado (o melhor, o verdadeiro repouso está na variação) executado com o poderoso auxilio dos mais perfeitos meios mecânicos, pertencentes à colectividade; onde estaria então a causa da enorme maioria dos crimes? onde a justificação duma policia?

Sabem-no todos os socialistas e os modernos criminalistas, é verdade adquirida e comprovada pelas estatísticas: os crimes teem em grande parte por móbil o roubo, e em quase todos entra como predominante o factor económico. Hoje delinqui-se quase sempre em virtude do antagonismo de interesses, dos ódios que êle produz, das rivalidades que êle suscita, da ignorância e outros frutos da miséria; e rouba-se também porque há dinheiro e «valores» de fácil apropriação. Quando se assalta uma casa, ou um viandante, e se emprega, para roubar, o punhal, o revólver ou o veneno, é por-

que se procura dinheiro ou se farejam joias e riquezas portáteis, com grande valor comercial, facilmente transformáveis no oiro que proporciona todos os prazeres e abre todas as portas, ou garante a vida por algum tempo no ócio suberbo dos ricos, considerados e respeitados por todos, como se trabalhassem e fossem seres úteis. E que admira, se essa ociosidade, dada como prémio e honraria, não como opróbrio, é por muitos preferida, ao menos secretamente, ao terrível martírio da labuta permanente e escravizada?

Há as «escórias sociais», sem dúvida. Hervé fez notar que são sobretudo abundantes na actual sociedade. Com efeito, os elementos mórbidos, êsses mesmos tenderão a diminuir rápidamente numa sociedade em que tudo seja de todos e em que o homem seja um produto são, sãmente gerado e criado. O alcoolismo, a tuberculose e a sífilis são ainda males da miséria e do desequilíbrio social.

Mas admitindo que subsistam longamente todos os degenerados ou viciados que hoje as prisões, em vez de curar, ainda corrompem mais, justifica-se por causa dêles a existência duma corporação armada, encargo pesado para todos e ameaça gravíssima para a liberdade de cada um? Os guardas garantem-nos contra os criminosos; mas quem nos garante, a nós, contra os guardas? Quem nos põe ao abrigo dos seus abusos, se são êles que dispõem da força?

E protegem-nos elles eficazmente, verdadeiramente, contra os ataques dos desequilibrados? Além de tudo, há nisso até uma simples impossibilidade material. Nas actuais cidades amontoadas, concentradas, produto infernal da presente organização industrial e commercial, nessas mesmas seria preciso fazer polícia meio mundo, para defender o outro meio. Os crimes repetem-se, mesmo nas barbas da autoridade; e em compensação há províncias, regiões inteiras onde não circula um guarda, nem há o medo da lei, e nem por isso os delitos são mais frequentes. A vida social e a segurança dos individuos repousam sobre bases bem mais sólidas e profundas, felizmente!

A sociedade livre e igualitária do futuro não precisará de polícia. Se tiver de se defender contra qualquer inimigo, e se para isso precisar de se armar, todos sem distincção tomarão armas e se incumbirão da defesa. E as funções de vigilância ou sentinela, caberão a todos e todos as desempenharão por turnos.

Neste momento, o assunto que mais fortemente retém a atenção da gente politica e das massas cidadinas é a questão clerical, ou mais restrictamente, a questão dos bispos.

A lei que separou a Igreja do Estado, — ou que a este subordinou aquella, no dizer do deputado Jacinto Nunes, — não permite que se contribua para as despesas gerais do culto a não ser por intermédio de corporações que, além dèsse encargo, tenham o de assistência e beneficência e a este ultimo escopo dediquem pelo menos um tærço da sua receita — ou uma sexta parte, se tiverem ainda de prover ao sustento e habitação dos respectivos sacerdotes. Em numerosos artigos, fixam-semeticulosamente a composição e o funcionamento dessas cultuais, a administração e destino dos seus bens e

rendimentos, as suas atribuições e capacidades. Únicas fontes de receita admitidas: os peditórios nos actos de culto, o aluguel de bancos e cadeiras, de objectos cultuais e funerários, e a remuneração dos serviços religiosos segundo uma tabela máxime préviamente organizada e afixada. Das cultuais não podem fazer parte os padres; e os edificios ou templos que elas adquirirem ou construírem serão inalienáveis e reverterão, ao cabo de 99 anos, para o pleno domínio do Estado, sem indemnização.

Os senhores não vão naturalmente supor que semelhantes disposições foram do completo agrado do clero católico e sobretudo dos prelados. Não; as cultuais vieram até a constituir o principal motivo de opposição eclesiástica; e eis que últimamente os bispos saíram solenemente a campo, proibindo, em categóricas pastorais sem beneplácito — outra exigência da lei, — a constituição das cultuais por parte dos fieis e a anuência e subordinação às mesmas por parte dos clérigos, sob pena de scisma e excomunhão papal.

Já dêste modo procederam cinco mitrados e já quatro de entre elles — o quinto espera a sua vez — receberam a punição administrativa que a lei consente: interdição de residência por dois anos nos distritos onde moravam e perda dos benefícios materiais do Estado, sem prejuizo do processo judicial a que estão sujeitos.

A população democrática acha bem e acha

pouco. Reclama energia do govêrno, entende que a república é ainda benigna e enlucada, desejará uma attitude pombalina, rejubila porque sôbre os graúdos tomba pelo menos a amostra do castigo que costuma preferir os pequenos e, como no primeiro dia do anno os elementos clericais de Lisboa festejaram, no paço patriarcal de S. Vicente, o seu prelado desterrado, promete para depois de amanhã uma desforra retumbante em todo o país — uma manifestação que deve ser, com effeito, vasta e imponente, sobretudo nos centros populosos e industriais, muito especialmente em Lisboa e Porto.

A imprensa republicana, principalmente a do «partido democrático», não descansa na defesa e propaganda da lei de separação e da sua intangibilidade e no ataque da revolta prelatícia, lançando aos cidadãos a solerte e desconfiada advertência de bem prováveis e interessados manejos jesuíticos e rialistas... E, nesta hora de luta, nada de tergiversações nem de opiniões terceiras!

Ou pela lei de separação e pelo govêrno — ou pelo padre Cabral e por D. Manuel!... Cuidado com os «maus republicanos» e com os «cúmplices» que podem trair e perder a República! E do facto de esperarem os emigrados, da resistência à lei anticlerical, favor e ensejo para a contra-revolução, concluem os nossos democratas regalistas e pombalinos, extremamente fortes em lógica, que é necessário defender incondicionalmente o famoso

um têrço, mas metade dos meus proventos, despojar-me inteiramente mesmo... mas não quero ser coagida a uma falsa caridade... Quero eu mesma regular o destino do meu dinheiro...»

A Igreja não se sentirá muito à vontade para responder assim: embarga-lhe a voz a comprometedora recordação da sua história de supremacia teocrática... Mas os liberais conscientes e verdadeiros — não aqueles que submetem o liberalismo às conveniências e sectarismos de partido? Deverão ser «cúmplices» dos jesuitas negros ou vermelhos, ou «cúmplices» da liberdade?...

Imaginemos as associações científicas, educativas, artísticas, técnicas, operárias, filosóficas, partidárias — livre-pensadoras, socialistas, anarquistas, — fiscalizadas, administradas, regidas pelo Estado, com os seus rendimentos rigorosamente delimitados e restringidos, sujeitos a uma contribuição forçada para um fim que elas podem até considerar vão, hipócrita ou falso, privadas dos seus edifícios.

Intolerável abuso, não é verdade?

Bem sei: trata-se sómente da Igreja, e o Estado tem a santa intenção de impedir que ela enriqueça de novo e, pela posse da riqueza, alcance o poder e a influência política... Mas se essa riqueza há pouco expropriada não deteve a marcha das ideias que foram ter à revolução e à expropriação, porque não confiar a essas mesmas ideias, cada vez mais livres e fortes, o encargo de diminuir o número de

feis contribuintes e de impedir a reconstituição do antigo poderio económico e político?...

E depois, meus amigos, como e onde parará o Estado? Porque há-de escolher, encorajado e prestigiado na sua faina de fiscal, unicamente a Igreja como objecto da sua ingerência furadora e introneteada?

Porque em verdade vos digo que, se a história da Igreja está cheia de severas advertências, o passado do Estado não é menos inquietante.

\*

10 DE JANEIRO

Deu carácter à semana, poderia dizer à quinzena, a grandiosa manifestação anticlerical organizada, no domingo último, em Lisboa, Porto, Coimbra e muitos outros centros das províncias, pela Associação do Registo Civil e pela Maçonaria. A primeira é uma sociedade fundada há bastantes anos para pugnar pela supremacia do poder civil e pela vitória do laicalismo. Triunfante a República, alcançada esta vitória e afirmada aquela supremacia, a activa agremiação julga dever subsistir para velar zelosamente pela integridade e consolidação da sua obra. E o protesto dos bispos contra as cultuais e a manifestação do clero paroquial de Lisboa no paço patriarçal de S. Vicente forneceram-lhe um

esplêndido ensejo para exercer a sua actividade e demonstrar a sua pujança.

Assisti à manifestação realizada em Lisboa. Foi na verdade imponente. A mais numerosa e imponente que tenho visto, aclamadora e entusiasta como um bando de estudantes, tranqüila e grave como uma procissão...

Iam no cortejo todos os partidos da República e todos os centros políticos, inclusivè o centro «António José de Almeida» com o seu próprio patrono, cujo grupo, aos olhos malévolos e desconfiados dos adversários, não prima por uma excessiva e incondicional fidelidade a todos os pontos de Sua Intangibilidade a Lei de Separação.

Lá ia também, largamente representada, a Maçonaria Portuguesa, cujo vibrante e inquieto grão-mestre, o tribuno Magalhães Lima, havia de arremessar das janelas do ministério da justiça o flamante verbo às massas. E a tenebrosa e terrível Carbonária para ali tinha igualmente delegado um grupo numeroso, ostentando galhardamente as suas secretas fisionomias e autovivendo-se conscienciosa e complacentemente para as compensadoras admirações do presente e para as imorredoiras glórias do porvir. Houve quem perguntasse há pouco se a Carbonária, implantada a República, escopo da sua existência anterior, não daria por finda a sua missão; mas o seu chefe, que tem lugar no parlamento, defendeu ali vigorosamente a necessidade do seu

misterioso esforço e a continuidade da sua acção, que ontem era destruidora, hoje é conservadora. A Conspiração fez-se Policia — menos secreta embora. Todos os organismos sociais fortes e triunfantes sobrevivem à sua função e procuram derivativos de vida e novas razões de permanência.

No cortejo anticlerical iam ainda delegados de sociedades populares e de agrupações operárias e se muitas destas faltaram, não foi por simpatia à gente sacerdotal, mas porque julgaram a manifestação fora da sua alçada ou porque não quiseram, sob aquele como sob qualquer outro pretexto, fraternizar com classes que elas reputam irreconciliavelmente inimigas.

A burguesia endinheirada também se encorpou; e não era das menos numerosas a *Associação dos Lojistas*, marchando gravemente, com o seu rico estandarte, rubicunda e encartolada.

A imensa Praça do Comércio ficou coalhada duma colossal massa atroadora, que interrompia os seus clamores, os seus cantos e as suas músicas, para ouvir a palavra chamejante e cominatória dos seus tribunos e as promessas ardentes e categóricas dos seus ministros. A multidão vinha ali reclamar mão firme e pesada contra o clericalismo, vinha ali apoiar a obra e a atitude do ministro da justiça, exigir o respeito integral das leis anticlericais, requerer a supressão da legação junto ao Vaticano; e os ministros prometiam firmeza e proclamavam-se

fortes e animados pelo vigoroso aplauso da opinião.

E a força que esta lhe dispensa é na realidade considerável.

Ao lado da política anticlerical e republicana estão as forças mais vivas e activas do país, estão especialmente os centros populosos. Ao lado do gasto ideal monárquico-clerical quem está?

Quem está? a despeito dos inevitáveis descontentamentos e desilusões causadas pelo novo regime?

As devoções empoeiradas duma minoria hierática e impopular nas cidades e as simpatias imprecisas e desorientadas de algumas populações rurais — não de todas. Não dos camponeses alentejanos, por exemplo, dos que fazem agora as suas greves arvorando bandeiras verde-rubras e detendo o ímpeto da cavalaria com a figura da República...

Mas, embora numerosas, as populações retrógradas dos campos podem fornecer a um govêrno, que governe contra a opinião activa das cidades ou contra o proletariado industrial, soldados obedientes e passivos eleitores, submissos e arrebanhados, mas bem difficilmente constituirão forças vivas de acção de iniciativa.

As Vendeias não são de hoje. Além do mais, a imprensa e os meios de transporte impedem a formação e persistência dos fanatismos impenetráveis e insulados e dos focos insurreccionais.

A República anticlerical tem, pois, a força.

E ter um govêrno a força e o prestígio é talvez tam perigoso como ter a vida precária e periclitante. O abuso do poder é vizinho do desespero da defesa: tocam-se pelos efeitos.

...Jornada famosa, a de domingo, sobretudo ali, no Terreiro do Paço, negro de povo, retumbante de aclamações, com a assistência do Marquês, que, no seu medalhão, parecia sorrir com malícia satisfeita, sob a figura oxidada do pobre homem que lhe serviu de rei absoluto.

26 DE JANEIRO

Quando, após os sucessos de Barcelona, em junho de 1909, circulou pelo mundo a noticia da prisão de Francisco Ferrer, como implicado principal na insurreição popular, os que o conheciam, os que lhe seguiam atentamente a obra educativa, os que sabiam o escopo da sua actividade, a directriz do seu pensamento e as virtualidades do seu carácter reflectido, os que não o ignoravam quase sempre ausente de Espanha, pessoalmente pouco conhecido e sem influencia entre o proletariado barcelonês (um membro da comissão de greve nem de vista o conhecia), os que enfim tinham presente, em todos os pormenores, o anterior processo, cujo falso e infame pretexto fôra o acto de Morral, êsses não pu-

deram deixar de exclamar, confiados e optimistas:  
— Não é possível! E' mais um fiasco, que a «justiça» terá em breve de reconhecer.

O conhecimento minucioso dos factos veio depois amplamente confirmar esta convicção — e aumentar o espanto suscitado pela incrível teimosia dos inimigos da sua paciente e ponderada propaganda, que recusavam soltar a presa. E o assombro foi embrutecedor, inenarrável, quando o infame tribunal de guerra, sem provas, contra todas as normas da justiça, fechando os ouvidos à razão, sufocando a defesa, ousou pronunciar uma sentença de morte!

— Embora! — dizia-se ainda; — não ousarão ir até ao fim, o crime não será inteiramente consumado! Impossível! Arma-se uma comédia obscena para fazer brilhar a piedade régia...

E foi provavelmente esta ideia que entorpeceu, que contribuiu para entibiar a campanha internacional em favor do preso, em favor da justiça, em favor da vida. A multidão revoltou-se, colérica e impetuosa — mas quando o mal era irreparável...

Mesmo os que conhecem o valor e a natureza das instituições autoritárias, de exploração e de domínio, se deixam por vezes levar a bem simples candúras!

...E no entanto, após a tremenda indignação universal, após a ardente campanha de reivindicação e de justiça, eis que essas mesmas instituições,

eis que uma das suas cúpulas mais majestosas e suberbas, vem agora indirecta, mas solenemente proclamar a inocência de Ferrer!

Já a um particular é bem penoso o reconhecimento dum êrro: mas as instituições, as «justiças», essas sentem em regra uma ainda mais invencível repugnância em bater no peito um humilde e compungido *mea culpa*, porque essa confissão lhes vem empanar o brilho prestigioso e autoritário.

Esse caro raro deu-se todavia em favor da memória dum fuzilado... Não que fôsse desonra bater-se nas ruas entre o povo, sangrado e oprimido; mas porque infâmia e desonra foi, para os algozes, assassina-lo vilmente por ideias, sob o pretexto inventado de beligerância.

O Supremo Tribunal de Guerra de Madrid acaba de ordenar a restituição dos bens de Ferrer e da Escola Moderna aos seus herdeiros, reconhecendo que:

1.º — Ferrer em nada interveio nos factos de Barcelona;

2.º — Nenhuma das pessoas processadas estava às suas ordens;

3.º — Em nenhum dos 2.000 processos, causados pelos acontecimentos, se acharam vestígios da participação ou da instigação de Ferrer.

E os conventos perdem a acção de reivindicação que tinham tentado — o que torna mais significativa a vitória da verdade.

Invade-nos ainda hoje uma onda de cólera, re-memorando, depois disto, aquela dolorosa vergonha histórica! Vergonha inextinguível e mortal para a maldita reacção clerical e militarista! Vergonha para os interessados, para os fanáticos e para os cretinos que aplaudiram o crime hediondo! Vergonha e remorso para os ingénuos e retardatários que creram na honra e justiça dos algozes!

As instituições... essas não se corrigem, essas costumam morrer impenitentes.

O Centro Republicano Henriques Nogueira teve a ideia de comemorar solenemente há três dias, em plena vitória da República, o aniversário da morte prematura—repentina e misteriosa, diz o seu biógrafo—de um ilustre precursor do regime triunfante, o patrono do mesmo centro.

Quem foi Henriques Nogueira? Incumbiu-se de lhe esboçar o perfil moral e intelectual, na sessão comemorativa, o erudito sr. Teófilo Braga.

Henriques Nogueira finou-se há cincoenta e quatro anos, em pleno vigor da idade e na integral robustez das ideias. Rico, economicamente independente, pôde afirmar, ante a hostilidade do meio, um ideal político que tinha então o cunho sagrado e glorioso do arrojo intelectual e do indiscutível desinteresse. Num livro seu de 1851, quando ainda não

havia republicanos nem propaganda democrática, afirmou a possibilidade e a vantagem de ser desde logo implantado o regime que só meio século depois veio a ter realização prática.

E essa prática teria correspondido ao sonho?...

Como devia ser bela a República, então! Não havia partido republicano, nem estava próxima a hora do triunfo.

Henriques Nogueira morreu aos trinta e três anos. Dizem que no último período da vida sentiu dolorosamente a amargura que vem, para o sincero, para o apaixonado, da impenetrabilidade sarcástica e indiferente do ambiente hostil, mas nunca perdeu a sua convicção íntima e profunda. O desalento originado nas resistências estúpidas da atmosfera social é certamente cruel e torturante, mas não vale o desmentido brutal e grosseiro do facto, porque, no primeiro caso, ao menos existe a imensa e insuperável consolação de que se vive intimamente o ideal, de que se possui a verdade contra a fragorosa opposição exterior...

Belíssima idade, pois, e belíssima época, então!...

Depois veio a propaganda, veio o partido. Ao lado de um ou outro *snob*, de um ou outro dilétante, em cata de sensações e de *poses* distintas e raras, sem dúvida a grande maioria era de convictos e de entusiastas. As ideias afirmavam-se com todas as minúcias, sem dobras nem esconderijos, sem rebu-

ços nem considerações, com frescos radicalismos—súberbos, magníficos, cantantes, zombando alegremente das zombarias e encolhendo ombros desdenhosos às sensatas admôestações da gente prática.

O partido engrossou. Decorreram os anos, rolaram lustros. A' medida que se aproximava o crepúsculo matutino do triunfo, a ideia esbatia-se, esqueciam-se pontos comprometedores, encobria-se púdicamente, com o manto das conveniências e das adaptações, a nudez ofensiva de certos lugares recônditos. Começaram a vir, mais numerosos, os sedentos de popularidade, sempre proveitosa. E assim como, nos desertos áridos da África, batidos de luar pálido, acorrem os chacais ao anúncio de próximo cadáver, no encalço de possante carnívoro, assim acudiram ao partido os chacais da política, na expectativa da presa do leão popular, mas na esperança de lha empolgarem toda.

E quando enfim se consumou a vitória ansiada—oh! assombro!—eis que o partido era o país inteiro! Como a vitória convence!

Mas em quanto surgem, aos milhares, as caras novas a gritar, a jurar que sempre pertenceram a almas e corpos retintamente republicanos, mais republicanos do que ninguém, muitos dos que bem sentidamente o foram antes, abrem olhos espantados à realidade, e embora não a vejam pior, entram de clamar que não é sensivelmente melhor e

arrepelam-se todos porque lhes escamotearam o fulgente ideal que tinham ante a vista.

Isto é que é a República?! E os homens, que não voltam olhares saudosos ao passado, porque o conhecem triste e negro e esperam no futuro, porque o passado monárquico está liquidado e morto, bem morto, na alma popular, desatam entretanto a lamentar-se dolorosamente. Os trabalhadores, sobretudo. Fazem uma greve, empunhando bandeiras republicanas, uma autoridade superior reconhece-lhes no íntimo razão; mas as associações são-lhes fechadas, a tropa fuzila-os e prendem-se velhos republicanos operários, dos que lutaram e dos que se arriscaram.

E entretanto, no alto, digladiam-se os grupos e sub-grupos políticos, na rede emmanhada das suas intrigas e despeitos, e no ardor das suas impaciências.

Um jornal, e não dos menores, trombeteia que há sobreprodução de ambiciosos, crise de abundância de grandes salvadores desempregados. Todos se sentem com enormes aptidões governativas, todos teem pressa de as mostrar. Correram boatos de um golpe de Estado—ora por um grupo, ora por outro. Falou-se depois em queda do ministério, trabalhou-se para isso—e tiveram de contentar-se com o saída de um ministro. Paciência: será para outra vez.

Se Henriques Nogueira pudesse viver ainda...

É verdade que poderia encobrir a sua desilusão com uma desculpa: o seu ideal não está ainda de todo realizado. Henriques Nogueira era federalista, como o foi mais tarde o espanhol Pi y Margall. Federalismo político, sem dúvida: federação pelo alto, de governos territoriais, de circunscrições administrativas; não o livre federalismo que o operariado da vanguarda ergue hoje como uma bandeira, o federalismo económico, que parte do indivíduo e do grupo autónomo, essencialmente produtor.

Em todo caso, Henriques Nogueira queria a República e a República cá está...

Morreu com trinta e três anos, há mais de meio século! Feliz republicano! Bela idade e formosa época — para a República! Fizeste bem. Viver longamente não quer dizer viver muito, em intensidade. Tu tiveste a preciosa ventura de viver o teu ideal até ao fim, sem o ver manchado de suspeições e sem o presenciar triunfante.

## IX

4 DE FEVEREIRO

Fialho de Almeida deixou-nos páginas admiráveis, fortes e coloridas, sobre a faina rude e bestial do campesino alentejano, na região da grande propriedade, onde o salariado moireja para um opulento fazendeiro e onde a máquina fez a sua aparição. Foi esse proletariado agrícola que se associou e revoltou para conquistar uma pequena melhoria de condições; foi no Alentejo e por toda a região ribatejana que, em junho passado, a greve rural conseguiu um aumento de salários. Não cresceram muito — oh! não! — esses pobres salários, que se em Évora passaram a oscilar entre 400 e 700 réis por dia, conforme a estação, para os homens, fixando-se em 200 réis para as mulheres durante todo o ano, já em Santarém, por exemplo, não su-

biram senão a doze ou sete vinténs segundo o sexo, em qualquer época.

E depois, em Évora, o contrato não foi mantido. Deu-se uma quebra de compromisso — e foi contra ela que os trabalhadores rurais tiveram de retomar a luta. Fizeram-no com todas as formalidades legais. Concentraram-se na capital do distrito, mas mantiveram uma atitude passiva e sofredora ante as provocações e violências. O próprio governador civil reconheceu, particularmente, a profunda e elemental justiça da sua causa. E em quanto se segredavam de certos lavradores suspeições de manejo monárquico, fomentador de revoltas, com a ruptura do contrato, os seus servos da gleba afixavam, pelo contrário, a sua ingénua esperança republicana, no ágitas das flâmulas verde-rubras e no atroar cândido dos vivas.

— Viva a República! e as associações foram-lhes logo encerradas. Viva a República! — e a cavalaria afugentava da cidade grupos submissos, perseguindo-os durante quilómetros. Viva a República! — e os representantes dos grevistas, republicanos de velha data, vinham para as prisões de Lisboa. Viva a República! — e varados pelas balas da guarda republicana caíam um morto e vários feridos, um dos quais, em 31 de janeiro de 1891, enfrentara, em defesa da aspiração republicana, a mesmíssima guarda com epíteto monárquista.

O ministério aprovou. O parlamento sancionou.

Em vão vieram comissões de Évora. Em vão delegações operárias de Lisboa procuraram levar o governo a uma solução que evitasse a greve, não desejada pelos militantes das associações, cônscios das suas próprias responsabilidades e da insuficiência de organização. A excitação entre os operários mais compenetrados da revolta e do espírito de solidariedade era grande; e para ela contribuíra fortemente certa imprensa republicana que tinha esbravejado de indignação... política ante as arbitrariedades de Évora, para depois cair sobre o protesto da Lisboa proletária.

A greve irrompeu, como movimento de protesto, em Lisboa e arredores, em Setúbal, estendendo-se pelo Ribatejo, repercutindo-se em Coimbra. Isto foi em 27 de janeiro; e logo no dia seguinte pareceu encontrada uma solução razoável: o governo mandava reabrir as associações, promovia a soltura dos presos sob fiança e o aceleração da investigação judicial e consentia que a Évora fôsse uma comissão operária certificar-se das medidas tomadas e inquirir se a autoridade exorbitara... Livre o governo de confiar mais no que lhe viera dizer o seu enviado especial ou no relatório que esta comissão publicaria.

Partiu a comissão na manhã de 30. Pois bem: nesse mesmo dia — mudança repentina e imprevista. Sobre consulta da autoridade militar, era a esta entregue o governo da cidade de Lisboa e aqui

suspensas as garantias! A comissão que fôra a Évora via-se presa no regresso; e às duas da madrugada de 31 — data gloriosa da revolta do Porto! — as tropas republicanas de todas as armas alcançavam, como desforra de outra histórica madrugada de vencidos, uma brilhante vitória sôbre os grevistas. A Casa Sindical, onde estes esperavam ansiosamente a comissão e o fim da greve, era sitiada, e centenas de presos levados entre baionetas para bordo dos navios de guerra.

Descobrira-se que a greve era... uma tentativa rialista! E para o provar melhor... faziam-se na cidade rugas a elementos desordeiros e tarados e prendiam-se monárquicos que sorriam...

O parlamento sancionou. Concedeu o govêrno militar e o estado de sítio por 30 dias e decretou, retroactivamente, o julgamento sumário dos presos em tribunais militares! E ia decidir o adiamento das sessões por um mês, se não começasse a surgir a visão do êrro com o correlativo arrependimento. Corre até que o chefe do Estado recusou a princípio firmar a lei de excepção, declarando por fim fazê-lo «constrangido» (*sic*), por não ter o direito de veto e não querer, com o abandono da sua função, agravar ainda as circunstâncias.

Mas tem ao menos o govêrno indícios seguros de conspiração monárquica na greve? Nenhuns! Convidado a apresenta-los no congresso — ó manes de Offenbach, valei-nos! — disse que houvera vio-

lências, que os rialistas se tinham alegrado, que a União dos Sindicatos estava «luxuosamente» instalada, e que tinha ramificações.

As violências, em Lisboa sobretudo, foram simples arranhaduras. Como estivemos longe das grandes greves lá de fóra! Os agentes provocadores e os doidos, se os houve — todos os partidos os teem — não tiveram influência. A União estava no velho palácio do marquês de Pombal: renda mensal — 75.000 réis, paga por umas quarenta associações. Os móveis são os antigos. As despesas da greve não foram tais que não coubessem nos recursos dos numerosos sindicatos, ou na habilidade administrativa dos operários, pobres de dinheiro mas ricos de iniciativa e actividade, habituados a grandes esforços com minguados fundos. Os militantes operários, que tantas vezes sacrificam os seus interesses às suas convicções, não são homens que se vendam. Dos monárquicos separa-os um abismo de ideias e *de classe*. Nem aqueles poderia ser favorável o ensejo, armado e prevenido o govêrno. E se os sindicatos, as federações operárias teem ramificações, que dúvida! — também as teem os partidos políticos, teve-as o partido republicano!

Tão estranhos foram os sucessos e os actos do govêrno, que muitos julgam poder afirmar e afirmam saber que o ministério quis aferrar o pretexto para se precaver contra um golpe de Estado preparado pelos radicais... E outros ajuntam que

houve por isso imposição das legações estrangeiras. Já leram *L'Île des Pingouins* de Anatole France? Pois há lá situações análogas...

Entretanto, em quanto Machado Santos — pai da República zelando a honra da filha — clama aflito que se tenha juízo! que se tenha juízo! que não se indisponha contra o regime o melhor fermento da massa operária, tantas vezes inerte! a imprensa republicana em geral, sob o olhar vigilante da censura prévia militar em Lisboa, apoia o governo, mas sente-se mal, procura terra firme, não vendo talvez ainda o fiasco monumental, a verdade que é preciso reconhecer, o erro que é preciso confessar...

... Ou, em breve o silêncio constrangido da vergonha.

#### 11 DE FEVEREIRO

A República precisa de contar com as cidades; e para isso não pode, muito especialmente, irritar e magoar o proletariado industrial, ou o que vale quase o mesmo — a minoria activa que lhe serve de fermento.

Dessa minoria, que trabalha pela organização e educação do operariado para que este possa um dia abolir as classes sociais pela apropriação e exploração colectiva do solo e de todos os meios de

produzir e pela administração directa da produção, e que, entretanto, nada reclama do Estado além do respeito das liberdades essenciais e das vidas dos trabalhadores, — dessa minoria nada tem a República que recear por em quanto.

Embora isto pareça à primeira vista um paradoxo, essa minoria que ao democratismo opõe o sindicalismo, isto é, que ao governo dos representantes e delegados, forçosamente incompetentes em cada questão especial, opõe a gerência directa pelos próprios produtores, pelos interessados, pelas competências técnicas, e a livre federação dos grupos produtores. — é contudo mais republicana do que os próprios republicanos oficiais e officiosos!

Efectivamente, estes últimos, por despeito ou por desilusão, podem facilmente recair nos braços da monarquia, da qual aliás muitos deles vieram sem grande esforço nem profunda mudança. Para os sindicalistas não há despeitos nem desilusões possíveis: da República nada esperavam, nem para satisfação pessoal, nem para emancipação do trabalho; ou só esperavam precisamente os salutares efeitos do desengano da maioria trabalhadora. E como este desengano levará ainda longos e pacientes anos de regime democrático, regressar à monarquia, à outra forma política espúria da sociedade burguesa, seria para o sindicalismo um verdadeiro e sério retrocesso: seria um novo período de esforços e energias populares roubados à organização operária in-

dependente e a acção de classe pela esperança democrática do povo e pelo fogo tribunicio dos demagogos.

O governo talvez não saiba ou não queira ver estas coisas, e está perfeitamente convencido do que afirma: que as greves podem ser aproveitadas pelos rialistas! que as lutas económicas são «desordens» nocivas ao país e ao regime! e que os actos de «energia» dão prestígio ao poder, cá dentro e lá fora! Dizem-no, sem pestanejar, os que, pela violência, tanto concorreram para o alargamento do conflito e irritação dos ânimos, em quanto noutros países, na Inglaterra, Bélgica, etc., em frente de greves bem mais tempestuosas, se faz uso de bem maior prudência e sangue frio!

4 DE MARÇO

Dos presos por motivo da greve geral de janeiro, poucos restam na cadeia — e esses poucos por pleno arbítrio autoritário, pois que sôbre eles não pesam nem mais responsabilidades nem mais acusações do que sôbre os outros já soltos.

Já quase ninguém acredita que os tribunais marciais venham a funcionar, e é possível que o governo retenha ainda alguns «prisioneiros de guerra», fingindo a continuação dum misterioso inquérito,

para fazer acreditar que houve fundamento para suspeitas e não revelar todo o desastre e toda a miséria do seu fiasco — ou do seu estratagema político.

Interpelado pelo único deputado social-democrático, o presidente do ministério disse que nunca afirmara ter sido a greve feita ou dirigida pelos monarquistas; só tinha declarado que estes se abrigaram por trás dos grevistas, para explorar os sucesos e agitar a sociedade portuguesa. Evidentemente, isto não é verdade; a nota officiosa, públicamente afixada nas esquinas em 31 de janeiro, não deixava dúvidas: na narração da greve e seus incidentes, metia a prisão do ex-ministro monárquico José de Azevedo, «autor de cartas de graves responsabilidades», e concluía que «tudo indicava que o movimento... era sustentado pelo dinheiro dos reaccionários monárquicos.» E as declarações feitas no parlamento, para obter a sanção das medidas tomadas e os tribunais militares, foram ainda mais categóricas.

Mas este lamentavel recuo do governo e da sua imprensa dá a medida da sensação que eles parecem ter do seu êrro e revela a ansiedade com que elles procuram o perdão e o esquecimento.

\*

O governo não teve remédio senão engulir o melhor do que tinha dito e do que tinha feito para não agravar mais o seu tremendo fiasco por motivo da greve de Lisboa. Morreram, antes de funcionar, os tribunais militares para grevistas; e no discurso ministerial que justificou o recuo, falou-se de «movimento anárquico», mas nem pio sobre o dinheiro e as manobras de rialistas — infames calúnias que no entanto tinham valido para arrancar ao parlamento a sanção apressada e solícita das medidas de exceção!

Naturalmente, não se confessou francamente a asneira cometida (ou os motivos verdadeiros e ocultos das medidas). Pode fazê-lo porventura um governo? No fundo, o governo pedia para si, à opinião pública, o perdão e a amnistia; mas tomavam-se exteriormente ares de generosa complacência. A República sabe perdoar e esquecer — embora tivesse tido todas as razões para agir com aquela brutalidade que os senhores viram...

E aqui, para cobrir a retirada, repete-se a narração oficial dos acontecimentos. Mentiras já desfeitas — ou incidentes inevitáveis e estranhos. Não há greve sem êles, e se os querem tomar como pretextos para sangrentas repressões, sejam francos e declarem desde já terminantemente proibida toda e qualquer greve. Que violências houve? Espio-

lhando bem, os ministros apenas podem referir, para explicar as extraordinárias medidas de exceção, próprias para uma guerra civil com barricadas e centenaes de mortos, algumas ocorrências tam numerosas como em tempos normais, algumas ameaças sem execução, algumas excitações sem efeito, alguns petardos de origem ignorada! Arbitrariedades, prepotências, má vontade, desvairamento, atitude ridícula — tudo isso esteve do lado da autoridade, em Évora primeiro e em Lisboa depois, e nada o fará esquecer, por mais esforços que façam.

No seu discurso «de defesa», o ministro da justiça tem uma passagem... surpreendente: ousa negar à greve do sul motivos sérios!

Por faltar à greve generalizada do sul — de protesto e de solidariedade — uma «reivindicação económica» particular, o movimento não tinha razão de ser! A causa económica tinham-na os grevistas de Evora, tinham-na portanto os de Lisboa, solidários com aqueles. A solidariedade faz progressos entre os trabalhadores; estes já não se encerram nas suas fábricas, nem nas suas corporações de officio.

Isso bastaria para justificar a manifestação efectiva de solidariedade, sentimento muito gabado, em discursos académicos, pelos parlapatões, que depois o censuram quando aplicado pelos operários.

Mas havia ainda associações encerradas (aber-

tas, sim, como diz o ministro, mas depois de declarada a greve de protesto), havia presos, havia violências da fôrça armada, havia feridos, havia um assassinato! Amplos motivos para uma explosão de cólera! Liberdade de associação e de reunião, liberdade de greve, direito à vida — o que há de mais essencial e mais sagrado para os trabalhadores, tudo em jôgo! O que elles, se não são inconscientes e desunidos, não podem absolutamente, sob pena de aviltamento, deixar tocar sem o mais vibrante protesto, que dará sempre resultados, como todas as revoltas, como a greve de janeiro, a despeito da sua aparente derrota.

Em todo o mundo os trabalhadores defendem ciosamente, à custa de sacrifícios, aqueles direitos elementares, que só pelo facto se conquistam e pelo facto se mantem. Em todo o mundo o fuzilamento de trabalhadores levanta as mais irreprimíveis indignações. Quem não se lembra das imponentes greves gerais, abrangendo não uma provincia mas o país inteiro, proclamadas em Itália, apesar do reformismo predominante das suas organizações, por causa de crimes como os de Évora? E na Argentina, não se decidiu uma vez que a greve deveria estalar, sem mais acôrdo, a cada notícia de assassinato de trabalhadores?

## X

24 DE FEVEREIRO

Prepara-se na Inglaterra, uma grande greve em tôrno desta reivindicação dos cavouqueiros da hulha: a supressão do trabalho por tarefa e a substituição dêste pelo trabalho por jornada, com um mínimo de salário.

A greve deve estalar no primeiro de março, se até lá não sobrevier uma solução conciliatória. Até hoje as negociações não tem dado resultado; as concessões oferecidas pelos proprietários das minas foram pelos trabalhadores julgadas insufficientes e illusórias. A intervenção do govêrno inglês — bem mais hábil nestes assuntos que os dos outros países — tem sido perfeitamente vã e friamente acolhida pelos dois partidos em presença.

Será pois inevitável a guerra?

Porque se trata de uma guerra. Uma guerra de

classes, uma guerra social, não provávelmente tam sangrenta como uma guerra entre nações, mas igualmente ameaçadora de conseqüências certas ou imprevistas, próximas ou remotas. Uma guerra em que os exércitos inimigos combatem realmente por interesses definidos e bem seus.

O ministro Edward Grey qualifica a greve projectada «a maior catástrofe nacional da história de Inglaterra». O primeiro ministro Asquith, convidando os representantes dos patrões e dos operários a uma conferência, escreve: «A paragem completa do comércio dos carvões, prolongando-se, faria parar de todo a indústria. O govêrno britânico não pôde deixar produzir tal calamidade sem pelo menos ter feito todo o possível para a impedir.»

Naturalmente, naquele *possível* não estão incluídos os meios violentos e arbitrários: encerramento de associações, prisão de delegados operários, estado de sítio, etc. Isso seria precipitar e agravar os acontecimentos — e nem o govêrno inglês é tam estúpido como os outros, nem a Inglaterra é terreno propício a essas extravagâncias autoritárias.

E no entanto, ao lado da *calamidade* em perspectiva, bem ridícula e pobre coisa, mesmo proporcionalmente, foi a recente greve geral de Lisboa, que tantas atrapalhações causou e em tam grutesca postura colocou os nossos grandes *homens de Estado!*

Imagine-se: Importa juntar ao milhão de minei-

ros, que compõe a classe, 850.000 operários empregados nos teares de lã e algodão; 70.000 operários de caldeireiros e oficinas de aço; 60.000 operários mecânicos, 243.000 homens, empregados na construção de vagões e locomotivas, 236.000 operários de engomação e tinturaria, 112.000 homens e mulheres empregados nas fábricas de bolacha, etc. Tudo isso terá de fazer greve quase logo, por falta de carvão.

Em resumo: serão ao todo mais de cinco milhões os trabalhadores parados, os que, com as suas famílias, sofrerão as conseqüências da teimosia patronal. Os mineiros, é certo, teem em caixa 55 milhões de francos; mas se a sua resistência se prolongar, aquela reserva não durará muito, e a situação pode então tomar um carácter extremamente agudo.

Mas há mais. A Federação dos trabalhadores dos transportes resolveu não descarregar o carvão importado e auxiliar de todos os modos a greve mineira, se esta vier a declarar-se. Como se sabe, esta Federação iniciou e venceu a última grande greve inglesa.

Por outro lado, reuniu-se a comissão executiva da Federação internacional dos mineiros, e os delegados franceses e belgas fizeram a promessa formal do seu apoio. Na Bélgica, ainda há pouco terminou a por vezes violenta greve do Borinage. Em França, o último congresso mineiro, celebrado há

dias, deu à comissão federal a faculdade de escolher a oportunidade para a greve há tanto tempo reclamada. Na Alemanha, a «União dos mineiros» declara muito provável uma próxima greve geral, e é já viva a agitação na importante bacia do Ruhr. O conflito pode, pois, galgar as fronteiras, assumindo proporções vastíssimas.

A greve é, sem dúvida, uma arma de dois gumes. Fere os próprios que a manejam. Fere também a classe pobre. A colossal greve inglesa, porventura internacional, que se vê no horizonte, está bem nesse caso.

Mas os trabalhadores não teem outra arma. Fartaram-se de esperar. Fartaram-se de confiar em panaceias legislativas e em promessas de patrões e de políticos. Sofreram as mais cruéis desilusões. Viram o ruir das utopias democráticas de govêrno. Verificaram o vazio e a ineficácia das reformas legais.

E por isso vão à guerra. Vão à guerra e recebem golpes, naturalmente. Mas também os vibram. Mostram ao mundo desatento, com uma sacudida brutal, a fôrça da sua união, a importância do seu papel social e a justiça da sua causa. Tomam êles próprios consciência do seu valor e do seu poder. Exercitam-se e dignificam-se.

Provam que a solidariedade não é só uma bela palavra, mas realidade viva, um laço indestrutível que liga, na dor como no prazer, os homens todos.

Dizem aos próprios pobres, aos seus irmãos no trabalho e na escravidão do salaríado, que ninguém pode impunemente desinteressar-se dos outros, que toda a sociedade sofre quando sofre uma parte dos seus membros. E pondo em crua evidência o antagonismo de interesses entre proprietários e salaríados, e os males resultantes das suas lutas, levam a conceber e a desejar a harmonia dos interesses e a fusão das classes inimigas na classe única dos produtores úteis, livres usufrutuários das terras, das minas, dos instrumentos de trabalho, dos meios de transporte.

\*

4 DE MARÇO

O que naturalmente prende mais neste momento a atenção de todo o mundo em geral e do mundo proletário em particular é a colossal greve inglesa, a grande «guerra do carvão», o imponente conflito social, já impetuosamente iniciado.

Conflito que não é pura e simplesmente nacional, porque, sem contar com a solidariedade operária internacional, que pode fazer alastrar a greve pelos países hulfíferos, há várias nações cuja indústria depende em parte do carvão inglês, e assim, se fôr demorada a solução, a luta terá larga repercussão pelo globo e causará mil greves forçadas.

E demonstrará à evidência, não só o valor dêsse «pão da indústria» que é o carvão de pedra, não só a primacial importância de certas greves e de certas corporações operárias, como os mineiros, para a determinação da greve geral, que é a arma suprema e o meio último do sindicalismo revolucionário, mas ainda e sobretudo êste facto simples e intuitivo, tantas vezes esquecido no entanto: que a vida social depende do rude labor do proletário, que o nosso irregular mundo social assenta, com todo o seu pêso, sobre o esforço manual do pobre, o qual retira todavia do produto comum o quinhão mais magro e a ingratitude mais dura.

E contudo... e contudo nem o próprio grevista compreenderá bem, ainda desta vez, — é o mais provável — a significação grandiosa do seu acto, o valor enorme da sua função social e todo o alcance, todas as conseqüências desta realidade brutal: a dualidade mortífera e absurda da nossa sociedade capitalista, o facto de existir, de um lado, a posse exclusiva, a propriedade dos meios de produção — feita esta a sabor e no interesse principal dos proprietários — e, do outro, a posse nua e única dos braços para o trabalho assalariado, monótono e extenuante.

16 DE MARÇO

As declarações ontem feitas na Câmara dos Deputados pelo ministro dos Estrangeiros, também chefe do gabinete, sobre a aliança anglo-lusa e a segurança das colónias portuguesas, são consideradas como absolutamente sensacionais e fazem as delícias e originam o entusiasmo dos patriotas.

O ministro, respondendo a uma interpelação, limitou-se a esclarecer e a proclamar solenemente coisas antigas mas pouco conhecidas, porque as coisas menos divulgadas são as que se passam no mistério das chancelarias e das quais dependem, segundo parece, formidáveis acontecimentos históricos e ingentes abalos nacionais.

Com todas as nações vizinhas, na metrópole ou nas possessões, está Portugal em excelentes e sólidas relações de amizade; e a velha e tradicional aliança anglo-lusa, que vem de 1373, renovada, alterada e ampliada em tratados numerosos e sucessivos, subsiste em todo o seu vigor. Dessa aliança resulta o compromisso recíproco de auxílio material em caso de guerra, espoliação ou conquista; e se Portugal, pequeno leão caduco e desdentado, não pode improvisar um apreciável poderio militar, pelo menos há-de fortificar e valorizar os seus portos de abrigo, as suas bases navais espalhadas pelo mundo, para não valer como zero na soma com a sua colossal aliada.

Quanto ao ainda vasto império colonial lusitano, nada há que temer: os boatos que por êsse mundo correm, alimentados pela imprensa clerical ou imperialista, são puras fantasias. Entre a Inglaterra e a Alemanha — declara-o êle com o assentimento dos gabinetes de Londres e de Berlim — não existe o tam falado acôrdo de 1898 sôbre os domínios africanos de Portugal. «Cumprimos os nossos deveres de potência colonial», «às vezes com sacrificios bem penosos», e a República abre francamente as suas colônias à iniciativa, indústria, comércio e capitais estrangeiros.

Quem o ignorava ainda, ficou sabendo que ao pobre e pequeno Portugal incumbe o dever, para merecer a protecção da sua desproporcionada amiga, incumbe o dever de, não *improvisar*, mas desenvolver a sua fôrça militar e naval e entrar em largas despesas com a fortificação e valorização dos seus portos continentais e coloniais. Uma agradável perspectiva de militarismo e armamentos, de dividas e de encargos — para aumentar o pêso já sentido.

E se vier a estalar uma grande guerra europeia, se tiverem realização as profecias pessimistas relativas ao grande conflito latente entre as duas poderosas rivais no domínio do mercado mundial, a Inglaterra e a Alemanha, êste pequeno país, hoje pouco fadado para as aventuras guerreiras das grandes potências industriais e militares, ricas de di-

nheiro e de soldados e capazes de colher o fruto da vitória, ver-se-ia provavelmente arrastado na voragem, donde não sairia em todos os casos senão doente e magoado.

Refere um conto infantil que um fortissimo gigante celebrou aliança com um pequenissimo anão. E foram à guerra. E o anão voltou estropiado e arrendido, ao passo que o aliado recolheu são, contente e carregado de despojos. Os republicanos, na opposição, sabiam de cor esta história, e quase todos consideravam nefasta a aliança anglo-lusa, da qual o anão lusitano não havia retirado senão dissabores e prejuizos, de vez em quando safanões dados pelo próprio gigante, que assambarcava as vantagens todas.

Mas é da sabedoria das nações que das ingenuidades de opposição à alta sciência do Poder e à soberana Razão de Estado vai um abismo tenebroso.

A aliança anglo-lusa é, pois, indispensável.

A quê? A existência da República? Para que a democracia, que se diz pacífica, tenha de depender da pesada carga e do perigo certo constituídos pelo militarismo, e da eventualidade temível duma guerra calamitosa e inútil?

Para garantir a independência de Portugal, hoje, na época da expansão colonial e comercial das potências, que já não desejam, porém, anexações de países civilizados, pelo temor das complicações políticas, dos encargos financeiros, das resistências

nacionais, a agravarem as questões internas e sociais?

Para manter o domínio colonial?

Eis uma questão sagrada, que ninguém, nenhum político ousa encarar de frente neste país. A necessidade, mais política do que económica, de conservar a todo o custo o império colonial português é um dogma intangível para todos os homens que pretendam governar esta ponta da Europa, como ainda há dias o disse em Paris o nosso messias mais acreditado, o dr. Afonso Costa. E' preciso conservar, com «sacrifícios bem penosos», para os capitais estrangeiros sobretudo, as «nossas» belas possessões.

Ora não faltam opiniões autorizadas que afirmam convir enormemente à Inglaterra o *statu quo* colonial português: livra-se dêste modo dos mais pesados encargos, evita a partilha e colhe os melhores frutos.

O velho leão lusitano, para ter o orgulho de conservar, ao menos nominalmente, os restos do seu desproporcionado império colonial, não precisaria portanto de celebrar alianças desiguais. Escusaria de um tratado político, com graves e perigosas cláusulas; um simples convénio comercial lhe bastaria.

O pequeno Portugal arrastado na voragem guerreira!...

Esperemos que as próprias classes dirigentes das grandes potências recuem ante a aventura duma guerra europeia, terrível incógnita sob o ponto de vista tanto militar como económico, como social; mas esperemos sobretudo no esforço organizado e consciente dos trabalhadores, os maiores e verdadeiros inimigos da guerra.

O governo real das nações reside nas oligarquias financeiras, a cujo serviço estão, como simples comissões executivas nacionais, os ministérios e os parlamentos. Se a essas oligarquias, aliás internacionalmente entrelaçadas, convém a guerra, a guerra faz-se: é uma questão de pesarem mais ou menos estes ou aqueles interesses, e uma questão de oportunidade. Há poderosas indústrias (sobretudo as metalúrgicas) que vivem dos armamentos, das guerras e expedições; há classes que ganham mesmo com a derrota da «pátria» e até fornecem capitais e armas ao inimigo. Demais, o actual regime industrial necessita a exportação (isto quando na pátria o consumo não foi satisfeito integralmente, por faltar à maioria uma suficiente capacidade de aquisição!), necessita a expansão colonial, a conquista de mercados — perene fonte de disputas.

Só o trabalhador perde sempre com as guerras — física, económica e moralmente.

Saberá êle impedi-las?

Vejamos a actual grande greve mineira, absolutamente geral na Inglaterra, com carácter violento

e tendência à extensão na Allemanha, onde há dois dias havia já cerca de 300 mil grevistas, com eco em França, onde rebentou uma curta greve de ensaio e aviso.

Não há muito que tal movimento simultâneo era considerado utópico. Impossível também ser feito para abolir o salário por tarefa, que os próprios operários preferiam. Pois a greve geral com tal escopo é um facto positivo. Há pouco, chegavam os patrões hulheiros a provocar greves, ou não as receavam, porque tinham grandes *stocks* e queriam vendê-los a bom preço. Mas desta vez os operários dos transportes declararam que, por solidariedade, não mexeriam nos *stocks* de carvão. Êste acôrdo era utopia: é hoje realidade.

E sabem o que, para uma guerra, seria uma greve nas minas e transportes? A immobilização das esquadras e dos exércitos. Porque não hão-de realizar êsse acôrdo e êsse escopo os trabalhadores, tam profundamente feridos pela guerra nos seus interesses vitais?

A greve geral ataca directamente o verdadeiro poder da sociedade capitalista, o fautor real das guerras — a oligarquia financeira e económica, — tem a virtude educativa dos esforços colectivos, que dispensam os messias, e atinge o alvo eficazmente.

## XI

31 DE MARÇO

Como um jornal do Porto transcrevesse de uma fôlha estrangeira uma notícia que os patriotas consideraram afrontosa dos brios nacionais e ofensiva da independência da pátria, alguns grupos decidiram castigá-lo com um certo número de pedradas; e já que estavam com as mãos na massa, dispensaram o mesmo tratamento a outra gazeta, suspeita de moderantismo excessivamente complacente com a reacção monárquico-clerical, e ainda à casa particular do seu director ausente.

Em Lisboa também houve quem sub-repticiamente penetrasse na redacção do *Dia*, cortasse a canalização do gaz e pegasse fogo às colecções de jornais; mas êste facto é dado como suspeito pela imprensa democrática, que não o acha próprio do povo exaltado, mas sincero e franco.

O que, porém, a mesma imprensa não condena com a severidade suficiente e com a necessária independência é a intolerância dos grupos lapidados. Essa intolerância fanática recebe o nome benévolo de intransigência apaixonada em favor da... liberdade, e o que era ontem atacado é hoje defendido, porque a posse do poder ocasionou uma inversão de valores.

E' possível que os jornalistas republicanos sintam no fôro íntimo a contradição, sendo levados a poupar o povo pelas necessidades partidárias, porque os que vivem da popularidade são ao mesmo tempo seus escravos; mas é ainda provável que tenham perdido de vista a noção de liberdade, que porventura nunca conceberam muito claramente.

Não o prova a irreflexão com que alguns justificam os seus actos com os actos análogos da monarquia? Quando, por exemplo, algum preso político, talvez inocente, se queixa de certos rigores carcerários, respondem-lhe: «o mesmo fez a rialeza». Mas então porque a atacavam em nome da liberdade? Que diferença há, pois, sob tal ponto de vista, entre os dois regimes?

A liberdade, ao que parece, é sómente a nossa; sois livres de pensar como nós. Torquemada não raciocinava de outro modo: julgando-se muito sinceramente senhor da Verdade, admitia a liberdade de a dizer, mas nunca a liberdade do êrro — que êle próprio definia. Todos os que sujeitam a res-

tricções o conceito e a prática da liberdade de pensamento procedem como êle, à parte os meios e instrumentos modificados pela civilização.

Vós sois livres de manifestar a verdade. Qual verdade? A nossa, naturalmente, a que nós definimos, a oficial, a de quem possui o poder. O êrro será castigado. Qual êrro? O que nós condenamos, o que nos ofende. Nós mesmos, juizes em causa própria, é que o determinamos.

Há só uma verdade absoluta, e é que tudo é relativo: mas esta verdade é a que menos convêm aos partidos de govêrno.

Recentemente o fino e amável rabelaiseano Anatole France, expondo mais uma vez em público o risonho scepticismo actuante do bom médico e cura de Meudon, repetia a bela lição dessa filosofia da dúvida, da tolerância e da acção tam simples e tam adequada às conveniências da vida social.

A dúvida é a virtude mais conforme à felicidade e à natureza humana, não a dúvida doentia e angustiada, mas a dúvida serena, equilibrada e higiénica.

Dessa dúvida nasce a tolerância, mas não provêm a inacção.

Nós vivemos, e viver é agir: se a dúvida é uma virtude necessária, a acção é uma necessidade inelutável.

E' preciso agir, e não às cabeçadas, em plena hesitação, sem norte, mas reflectidamente e sôbre

um plano previamente concertado, embora gradualmente modificado pela experiência.

A tolerância é o laço que une, a fórmula que concilia a virtude salutar da dúvida com a suprema necessidade da acção, segundo as normas duma convicção formada e experimentada.

Duvidar, tolerar, agir. Ter a tolerância que deriva da dúvida e ter a ousadia das grandes empresas, a coragem de experimentar hipóteses, no laboratório ou na vida, essa ousadia, essa coragem que a necessidade de agir nos impõe.

As massas, educadas pelos pedagogos com o guizalhar de fórmulas vãs, não têm o conhecimento nem a intuição desta sã filosofia.

Não sabem ouvir sem pestanejar, antes com atenta curiosidade, as opiniões contrárias, por mais absurdas que estas pareçam; actuam por impulsos e correm atrás de fantasmas.

No caso que motiva esta crónica, não havia aliás uma situação desesperada e anómala a explicar excessos intolerantes.

A República não me parece que corra o menor perigo: conta com a fracção mais activa e mais importante da opinião e tem inimigos de bem reduzida força moral e material.

A República tem vida: mais uma razão para a completa tolerância da parte dos seus defensores.

A tolerância que deve distinguir todo o homem

de pensamento e acção e a generosidade do vencedor não são de modo algum incompatíveis com o ardor pela defesa dos direitos próprios.

Esta devia ser, ingenuamente o suponho, a doutrina propagada por toda a imprensa, sem medo de afrontar a popularidade.

Mas há... os interesses partidários, e por isso é preciso dar sempre razão ao povo exaltado, dizer que no fim de contas os culpados são os jornais lapidados, que abusam da liberdade e provocam as iras e justas indignações do povo calado e paciente. Que tenham cautela com a língua; e quanto aos atacantes, fizeram sem dúvida mal, não porque tenham esfarrapado a liberdade, mas porque servem os desejos de gazetas ávidas de *réclame*...

\*  
7 DE ABRIL

Estes floridos dias da semana santa católica foram de uma verdadeira, suave e assoalhada primavera. E por isso os crentes e os descrentes andaram satisfeitos e bem dispostos, tolerando-se mutuamente com benevolência, enchendo uns as igrejas por motivos nem sempre religiosos, reunindo-se outros em sessões de propaganda livre-pensadora e harmonizando-se todos, com santa paz, na contem-

plação das lindas moças que passam e na mastigação não menos doce das amêndoas e confeitos.

Sobretudo onde não houve procissões.

Porque da Chamusca, por exemplo, onde apesar de proibida, saiu a procissão nocturna do *Ecce Homo* — dos «fogaréus» — desordenadamente e em som de revolta, daí, da famosa terra ribatejana dos bons melões, a risonha tolerância teve de fugir, velando de pura vergonha a face lacrimosa.

Dos sucessos, naturalmente, são dadas duas versões opostas:

Segundo uns, a provocação partiu dos anticlericais do Centro Republicano. Foram estes que com grande antecedência, manobram para obter a proibição da antiqüíssima e tradicional solenidade religiosa, fazendo público alarde da sua influência.

Foram êles que, em tal sentido, escreveram ao ministro, o qual baseando-se num artigo da lei de separação, telegrafou ao administrador do concelho lembrando-lhe a conveniência de negar licença para a procissão, se presumisse perturbações da ordem.

Irritados então com a recusa peremptória da autoridade, os católicos arrombaram as igrejas e puseram na rua o cortejo cultural, tocando os sinos a rebate e soltando com louvável imparcialidade vivas à República e ao Senhor da Misericórdia.

Tudo correu relativamente bem, a autoridade desistiu de empregar a fôrça; mas em frente da sede do Centro Republicano, viram às janelas da

casa os sócios de chapéu na cabeça, provocadoramente. Protestaram. E então, sem-firte-nem-guarde, os anticlericais arremessaram uma bomba fraca e logo a seguir dispararam uma quantidade de tiros de pistola. Resultado: um morto e vários feridos. O homem, que foi morto com cinco tiros, estava tranquilamente ao lado do Centro. Dos feridos, um só entre os anticlericais, e êsse mesmo provavelmente por balas dos seus próprios correligionários.

Segundo outros, a provocação partiu dos clericais. Foram estes que, acintosamente, só para contrariar a lei de separação, que apenas em casos excepcionais permite o culto público depois do sol posto, e para combater os republicanos, embora o ano passado, antes de vigorar a disposição referida, tivessem espontâneamente efectuado a procissão de dia, juraram que êste ano haviam de a realizar de noite, fazendo público alarde da sua fôrça. A imprensa democrática aconselhou calma, prudência e tolerância. E por causa dos ares turvos é que a situação foi exposta ao ministro, cujas providências foram moderadas e sensatas.

Os desordeiros, não tendo podido impor-se a autoridade, forçaram as igrejas, tocaram os sinos a rebate, apesar do luto ritual, e puseram o préstito religioso na rua, soltando morras à República.

Em frente do Centro Republicano, a cujas janelas os sócios assistiam tranquilamente ao desfile, os clericais, que traziam de longe pedras pois ali não

as havia, romperam o ataque, à pedrada e a tiro. E foi então que os anticlericais lançaram primeiro duas inofensivas bombas de foguete para amedrontar, e depois tiveram de se defender contra um assalto furioso. O individuo que foi morto já tinha subido à varanda do Centro, de revólver em punho, e as balas que o vararam vieram talvez de baixo, entre as muitas que crivaram as paredes do edificio.

O que estas duas narrações teem de comum é apenas a circunstância de se contrariarem até nos mínimos particulares. E deste modo um cidadão honesto e desapaixonado não sabe a qual dos dois grupos deve dar razão, resolvendo provávelmente reserva-la para si, depois de a recusar a uns e outros.

Tam opostas como as narrativas dos acontecimentos são as conclusões tiradas, mostrando que a boa e ecléctica lógica serve amavelmente todos os paladares.

— Resultado da proibição do culto público, declaram uns.

— Efeitos da permissão de procissões, afirmam outros.

E estes últimos fazem indiscutivelmente um raciocínio perfeito. Os católicos, dogmáticos e absolutos, exigem que todos se curvem, na rua, aos seus ídolos. Querem coagir todos a um sinal exterior de respeito, que, por não ser sincero, exprime para quem o exige uma prepotência inútil, para quem o

presta uma humilhação, e para todos uma hipocrisia. Incapazes assim de respeitar a liberdade alheia, as suas manifestações públicas, são um grave perigo para a ordem, pois nem todos estão dispostos a submeter-se a vexatórias imposições e a prestar culto forçado a ídolos que consideram grotescos, como não o renderiam os católicos a ídolos de outras religiões. Se os crentes tomam como ofensa que a passagem de suas imagens alguem se conserve coberto, os livres pensadores poderiam igualmente julgar ofensivo o culto público e ofensivo o facto de se descobrirem os crentes.

Mas não é, em todo caso, deplorável que, por motivos de ordem, tenham de ser vedadas manifestações que deveriam ser livres como as dos livres pensadores?

E estão estes bem certos de que todas as culpas de tal situação recaiam sobre os religiosos intolerantes, senhores da verdade absoluta? Não haverá neles também um bom resto dessa educação e dessa mentalidade que combatem?

Os clericais ostentavam um capricho, lançavam uma provocação e um desafio? Mas para que responder? Pode porventura um livre pensador, sem contradição, aceitar a luta no terreno do desafio e do capricho? A melhor resposta à procissão e ao desafio seria um claro e sereno manifesto de propaganda ou outra qualquer manifestação pública.

As procissões poderão provocar desordens? Eis uma razão empregada, *mutatis mutandis*, por todos os governos clericais para impedir todas as manifestações públicas do livre pensamento! Mas como prever com certeza as futuras alterações da ordem e em nome dessa arbitraria previsão cercar uma importante liberdade?

Os católicos, como todos os desgraçados que se supõem senhores da verdade absoluta, querem na rua impor as suas crenças e o respeito pelos seus ídolos a quem quer que passe. Seja! Mas uma liberdade só pode ser eficazmente defendida quando é violada; e se por exemplo, em virtude dos frequentíssimos tumultos causados pela discussão nas assembleias de naturezas diversas, fossem proibidas todas as reuniões, que seria desse precioso direito?

Os fieis da Chamusca podiam muito bem afirmar que se tratava de uma suposição gratuita, que as procissões anteriores correram sem novidade, que só a proibição irritou os ânimos, e dizer que, se os adversários presagiavam motins, é porque tinham intenção de os provocar...

Os anticlericais lutam contra a Igreja e a religião em nome e em favor da liberdade de pensamento, e a essência desta é a tolerância, que eles devem ensinar pela palavra e pelo facto. Mais do que tolerância ainda: devem usar benevolência — a benevolência do médico e do enfermeiro.

Se é excessivo exigirem à sua consciência a si-

mulação impossível e degradante de um culto, não é muito pedirem ao seu ardor sincero de propagandistas e educadores o sacrificio de certos impulsos e a paciência necessária ao ensino.

Sim, cada um tem o direito de repelir imposições dogmáticas e de, por exemplo, a passagem de uma procissão, não exteriorizar um respeito que não sente e um culto humilhante que detesta. Mantenha firmemente esse seu direito incontestável e defenda com afinco essa liberdade. Mantenha-o mesmo diante de outras imposições e de outros cultos — como o da bandeira e hino nacionais...

Mas o propagandista deve sacrificar um pouco do seu orgulho ao tacto e paciência que a propaganda exige, como o operador que sofre sorrindo os insultos do paciente. O fanático, o possesso da horrível mania da verdade absoluta é uma espécie de doente. Uma coisa é sustentar um direito ante uma imposição, outra é ir em busca dessas imposições — ir para a janela, de chapéu na cabeça, com gesto de domador...

Não é um absurdo, repitamos, aceitar a luta no terreno dos desafios e dos caprichos, a golpes de influências políticas e de provocações? Não é um contra-senso o irrespeito acintoso e procurado? Porventura isso convence?

Que há ali, no meio daquele violento tumulto de tiros, pedradas e clamores? Um grupo de pacientes apóstolos ante a exaltação fanática de into-

lerantes, ou dois bandos de sectários que se digladiam com fúria, sob duas taboletas diversas?

«Ai de nós! muitos anticlericais são clericais do avêso; mas não nos lamentemos muito, porque o progresso faz-se assim, aos tombos e através de imperfeições!»

## XII

28 DE ABRIL

Chegou ao Brasil a notícia telegráfica do grande morticínio executado pelas tropas do tsar sobre os trabalhadores das minas de ouro do distrito de Vitime, govêrno de Irkutsk, Sibéria Oriental, nas margens do rio Lena?

O telégrafo costuma ser mudo ou extremamente lacónico sobre estes factos, para se ocupar largamente dos menores gestos de Suas Inutilidades os chefes e governantes.

Aquelas minas pertencem a uma sociedade constituida e dominada pelo célebre financeiro cosmopolita barão de Gunzburg, que com a aquisição do capital-acções da antiga sociedade «Lena» teve em vista levantar-se do desastre sofrido num jôgo de bôlsa. O barão reservou para si todas as acções privilegiadas e colocou no conselho de administra-

ção o irmão do ministro Timiriazeff, o importante metalurgista Putiloff e alguns lordes ingleses.

O negócio ia bem, quando estalou a greve dos mineiros do Lena, infamemente explorados, passando uma vida de indizíveis privações, habitando em miseráveis choupanas. Que pediam os grevistas? A jornada de oito horas, já bem pesada para tão exaustiva labuta, um aumento de salário e o pagamento em dinheiro, em vez das senhas que os negociantes só aceitavam com um desconto variável.

Em 15 de março eram os grevistas apenas 900, mas alguns dias depois eram já 6 ou 7 mil, mantendo uma atitude pacífica.

As acções da Companhia começaram a baixar, mas os directores, em vez de ceder, espalharam o boato da próxima cessação da greve e mostraram-se intratáveis. Os grevistas foram intimados a abandonar as suas miseráveis habitações, propriedade da Companhia, — medida, porém, que, pela sua crueldade excessiva e perigosa, a própria autoridade não ousou executar, apesar de se ter posto imediatamente ao serviço do capital, com a força armada.

Entretanto, a despeito dos falsos boatos optimistas, as acções continuavam a descer. Havia 500 mil títulos parados. Era preciso elevar a todo custo as cotações desses valores nas praças de Paris e de S. Petersburgo. Urgia sufocar a greve.

E então, na noite de 17 de abril, foram presos

os membros da comissão de greve e 40 entre os mais activos grevistas, para serem deportados. No dia seguinte, três mil grevistas foram reclamar a liberdade dos companheiros detidos. O capitão Ireschenko disse-lhes que se dispersassem ou mandaria fazer fogo. Mas só as primeiras fileiras ouviram a intimação, não podendo obedecer-lhe porque eram empurradas de trás.

Após a primeira descarga, os operários deitaram-se por terra, mas em seguida, enfurecidos pela inesperada e feroz agressão, levantaram-se de novo e correram sobre a tropa, que os deteve e dizimou com três outras descargas. No solo jaziam 390 trabalhadores, entre mortos e feridos.

A sensação produzida na Rússia por este morticínio é enorme, sobretudo nos meios operários, onde foram declaradas várias greves de protesto e de solidariedade, como a de Lisboa pelos factos de Évora, greves «sem uma reivindicação económica», como diria, entre admirado e severo, um gracioso ministro nosso.

A própria Duma, tão anódina e moderada, se comoveu.

Possa ao menos contribuir para a queda do abominável e monstruoso tsarismo o sacrificio daqueles desgraçados trabalhadores, vítimas das combinações gananciosas de financeiros, que queriam fazer subir cotações!

E não seria também para encarecer acções, avo-

lumar o dividendo, que se levou o *Titanic* ao naufrágio e se perderam mais de mil e quinhentas vidas?

Sabia-se a rota semeada de geleiras: tinham sido vistas na tarde que precedeu a catástrofe: um navio, que se cruzou com o *Titanic*, avisara-o da proximidade do grande glaciário fatal. Mas era necessário dar a vitória à Companhia, bater o *record* da velocidade. O capitão tinha um prémio por cada hora a menos sobre o tempo estabelecido. «Não nos deixavam sequer fumar um cigarro» — depõe agora um maquinista sobrevivente.

Mais. O navio tinha o maior luxo e conforto, tudo fôra previsto para atrair os passageiros e sobretudo a clientela rica. Mas os meios de salvação eram escassos. O vigia declara que, se tivesse um óculo de alcance, teria visto o glaciário a tempo: não o tinha. O colossal transatlântico não possuía projectores eléctricos. Isso é para os couraçados, para a obra de destruição e de morte, não para a de salvação e de vida.

Os escaleres eram insuficientes, não chegavam para um têtço da população de bordo: a companhia desprezara êsse pormenor dispendioso e pouco lucrativo.

E esta insuficiência dá ensejo a revelar-se nos seus efeitos a funesta divisão da sociedade em classes. Um oficial, por antifrasedo chamado Lightholder, escolhe para os barcos primeiramente as mulheres,

mas repele as criadas do navio, as que iam ali para ganhar o pão. Salvam-se mais de metade dos passageiros de primeira e segunda classe, mas pouco mais da quarta parte dos de terceira. O director da Companhia, que ia a bordo, não consente em ficar para o fim; a sua vida vale milhões. Educados, afeiçoados por um meio social, onde a divisão em classes e os privilégios produzem a luta interhumana, alguns passageiros perdem a dignidade e querem conquistar a preferência pela brutalidade feroz.

Pessimistas, com ares profundos, dizem-nos que o homem é radicalmente mau e egoísta.

E nós respondemos que êle não é bom nem mau, é como o fazem as condições de vida, e o seu egoísmo pode tomar mil aspectos e modalidades, dos mais sórdidos e animalescos aos mais sublimes, e afinar-se pela solidariedade e pela educação do sentimento. E a imane catástrofe do *Titanic* não nos desmente, antes pelo contrário. Sem dúvida, naquela hora trágica, em face da morte, à qual o misticismo deu um carácter obscuro e apavorante, o instinto de conservação assumiu em muitos uma feição de brutalidade e de demência.

Mas quantos actos sublimes de serenidade e de altruísmo! Onde os há mais belos do que o dos músicos que morrem tocando para animar os naufragos e o do telegrafista cuja tarefa impassível só a morte vai interromper? Como o homem seria

bom, se não existissem tantas causas de rivalidades e de ganância, de baixaza e de violência!

No morticínio do *Lena* como no naufrágio do *Titanic* vê-se claramente o interesse das Companhias, o interesse particular, contra o interesse geral.

Os meios de produção e de transporte são possuídos por alguns seres, que naturalmente cuidam sobretudo do seu interesse próprio. A riqueza social é assim administrada, não para bem de todos, mas para vantagem de poucos. O escopo da produção e de todos os serviços de utilidade pública deixa de ser o bem-estar e a segurança de cada um para consistir apenas no lucro dos proprietários.

Quando é que os homens verão a necessidade da administração directa das coisas pelos próprios produtores e consumidores?

\*

30 DE ABRIL

A bordo do *Olympic*, vapor pertencente à mesma carreira e à mesma Companhia que o *Titanic*, declarou-se uma greve enérgica.

Qual o motivo?

A insuficiência das medidas de segurança tomadas pela Companhia para as travessias futuras. Aos vinte escaleres existentes tinham sido adicionados

24 barcos *Berthon*, mas a equipagem, contra a opinião das autoridades do *Board of Trade* e dos directores da sua união, julgou-os pouco seguros e exigiu a sua substituição por escaleres de madeira. Desde a catástrofe do *Titanic*, os marinheiros e maquinistas navais teem discutido nos sindicatos a questão do número de barcos salva-vidas a bordo dos transatlânticos.

Os trabalhadores do mar defendem a sua vida com o mais incontestável dos direitos. Impondo-lhes o dever profissional que fiquem para o fim num desastre marítimo, para organizar o salvamento de todos, é legítimo exigirem que os meios de salvação cheguem também para elles, que se cuide também da sua segurança.

E se ninguém pode negar-lhes tal direito, se ninguém melhor do que elles o pode zelar e tutelar, quem poderá igualmente pôr em dúvida a sua competência e a sua qualidade para apreciação das condições de segurança e de trabalho? Não são elles os mais directamente interessados na segurança do navio e nas medidas de salvação, elles que ali expõem e consomem diariamente a sua existência?

Não teem elles, pois, o clarissimo direito de fiscalização e administração?

Tal é o mais evidente sentido desta greve significativa, seja qual for o resultado.

Mas há mais. O interesse da equipagem coincide perfeitamente com o dos passageiros, com o do pú-

blico. Os grevistas, defendendo a sua vida e segurança, defendem ao mesmo tempo a vida dos viajantes e emigrantes.

O naufrágio do *Titanic* não se teria dado sem o *record* de velocidade exigido pela concorrência entre Companhias; mas, dado o sossóbro, teriam sido salvas todas ou quase todas as vidas, se os meios de salvação tivessem sido preferidos aos atractivos para a clientela rica, se os directores e accionistas... fossem marinheiros, trabalhassem e viajassem a bordo e não tivessem o interesse do lucro e do dividendo.

Foi também para fazer subir, nas praças de Paris e de S. Petersburgo, a cotação das acções da Companhia das Minas de ouro do Lena, na Sibéria Oriental, que se exigiu fôsse estrangulada a greve dos desgraçados mineiros do remoto distrito de Vitime.

Neste infame morticínio e na calamidade do *Titanic* manifestou-se à mais viva luz o conflito de interesses que resulta da constituição capitalista e autoritária da sociedade: o interesse das Companhias, dos capitalistas, dos proprietários dos meios de produção e de transporte, contra o interesse do público, contra o interesse do produtor e do consumidor.

## 1 DE MAIO

Eis a «festa» do 1.º de Maio, isto é, a manifestação proletária que a inconsciência de uns, a astúcia e velhacaria de outros e a cumplicidade de todos reduziram, em tantas partes, a uma absurda «festa do trabalho», como lhe chamam os burgueses complacentes.

E na verdade compreende-se perfeitamente que os burgueses e seus servos — os governantes e jornalistas assalariados — festejem o «trabalho honrado, as mãos calosas do trabalhador honrado e digno, meus senhores» (murro no peito e ênfase na voz). Pudera! Eles vivem dêsse trabalho... dos outros, dele tiram todos os seus fartos proventos, e não é muito que, por gratidão, agradeçam o beneficio recebido, ao menos com flores de estilo e elegantes figuras de retórica, tanto mais que assim contentam e lisonjeiam os ingénuos que os mantem.

Mas que os trabalhadores a façam, essa «festa do trabalho»! Qual trabalho? Será êsse trabalho bestial, roubado, escravizado, monótono, feio, estúpido, que o salariado suporta submissamente, dolorosamente, na oficina ou na fábrica, na rua ou no campo, num antro insalubre ou sob a fúria das intempéries, durante longas horas e sob olhares vigilantes?

Será êsse castigo, essa pena, essa escravidão a

que o escravo moderno se submete sob a ameaça da fome, sob o insulto do contramestre, sob o chicote do feitor, sob o sabre do esbirro?

Será essa labuta, essa faina, essa fadiga que o servo do capital executa com instrumentos alheios, sobre terras e matérias primas de que os parasitas se arrogam a posse, impondo a todos um pesado tributo, que os engorda, e falando-nos de supostos direitos, unicamente sancionados por uma ignorância tradicional e pela violência das armas?

Não, companheiros, não podeis festejar o que não existe. O trabalho, fecundo dispensador de vida e de beleza, equilibrado e harmónico, voluntário e escolhido, de todos e para todos, livremente organizado por acôrdo livre entre os seres humanos ao mesmo tempo produtores e consumidores, simultaneamente trabalhadores e donos de tudo, sendo de todos as terras, os materiais, as máquinas, e para todos os seus frutos, êsse trabalho verdadeiro não existe, companheiros. E vós só o podereis festejar quando o tiverdes conquistado.

E é dessa conquista que se trata — tanto no primeiro de maio como nos outros dias.

Se festejais o trabalho, tendes a simpatia dos jornalistas das grandes empresas, que vos dedicarão um desenho alegórico e uma página de prosa retumbante e oca, com os mesmos fins e as mesmas vantagens duma página de anúncios; tendes a benevolência dos governos, que decretarão feriado

oficial o dia da festa; tendes o amor garantido dos parlamentos, que vos felicitarão e vos concederão «amnistias», próprias para descalçar botas apertadas e evitar explicações sobre prepotências; tendes a protecção complacente dos patrões, que fecharão amávelmente as suas portas, em sinal de aprovação ao vosso regozijo!

Trata-se duma conquista, camaradas, e se não vos sentis bastante fortes para impor aos patrões êsse magro descanso de um dia, desertando as oficinas, pois bem! ide trabalhar, mas nada mendigueis, não associeis os vossos inimigos de classe a uma manifestação que deve ser de luta e de protesto.

Assim foi ela na sua origem. Foi um protesto contra os longos dias de trabalho e um ensaio de greve geral. Os trabalhadores norte-americanos deram-lhe um carácter revolucionário, os mártires de Chicago deram-lhe o baptismo do seu sangae. Há 20 anos teve os governos e a burguesia de sobresalto.

E os trabalhadores franceses, e sob o seu exemplo muitos outros, tratam de restituir ao 1.º de Maio o carácter de reivindicação que teve primeiramente, associando-o a conquista das 8 horas e desembaraçando-o de estreitas ligações partidárias, para o tornar movimento de toda a classe.

## 4 DE MAIO

A imprensa de todos os países tem-se ávidamente ocupado dos chamados «bandidos automobilistas» ou «da rua Ordoner» e descreveu últimamente a luta selvagem entre o refractário Bonnot e os dinamitistas «defensores da ordem».

É um *fait divers*, que, por mais sensacional que seja, não valeria talvez a honra duma crónica honesta e de ideias, se nele não andassem envolvidos o prestígio e a concepção dum ideal nobilíssimo, se não se desse a circunstância de se dizerem anarquistas Bonnot e os seus sócios, e se a policia e a imprensa de negócios não aproveitassem tal circunstância e o estado do espirito público ludibriado para molestar opositores incómodos e caluniar métodos de acção política e social.

Tem porventura alguma relação com as teorias anarquistas a série de assaltos à mão armada, o assassinato de empregados de banco? Ninguém o poderia sustentar a sério.

O anarquismo combate precisamente a ideia de autoridade, por pensar que todas as formas de governo assentam sobre a violência e são por isso malélicas e nocivas. Aspira a uma sociedade, funcionando pelo acôrdo voluntário, prevenindo os delitos pela abolição das causas económicas do crime — propriedade privada e dinheiro, resolvendo os

conflitos e tratando os raros seres anormais pela vigilância directa das associações e de todos, e pelos cuidados e intervenção da família, dos amigos, dos voluntários competentes.

Doutrina política por si só, o anarquismo tem como base económica necessária o socialismo, que reivindica a posse comum, colectiva, *social*, do solo e de todos os meios de produzir, porque a sua detenção nas mãos de poucos dá a estes o direito terrível, a possibilidade de viver do trabalho alheio, de fixar o salário e a vida, de dar ou negar o ganhão, de regular a quantidade de produtos, de especular com a raridade da mercadoria, de ganhar com a carestia; porque, em suma, a apropriação individual das riquezas sociais, produzidas por todos, leva à espoliação permanente do trabalhador e conduz ao absurdo de uma produção determinada, não pelas necessidades verdadeiras de cada um, mas pelo interesse de lucro dos possuidores, interesse que está precisamente na limitação dos produtos.

Ainda sob o ponto de vista moral e filosófico, o socialismo anarquista, preconizando a moral da solidariedade, a cooperação inter-humana na luta contra as forças brutas da natureza, é a mais formal condenação da violência e do roubo e tem como essência a tolerância mútua e o respeito à vida, justificando por isso mesmo o emprêgo da força apenas como resistência ao mal e defesa contra a prepotência.

Pode semelhante doutrina autorizar actos de banditismo, embora não sancionados pela lei?

Seria absurdo pensa-lo. Os actos de banditismo não se filiam, aliás, em doutrina alguma: são produtos da nossa organização económica defeituosa, frutos do nosso ambiente social desequilibrado, são determinados pelo espectáculo da miséria e do luxo, do pêsso do trabalho extenuante e mal pago e do brilho do ouro que tudo proporciona. Com as mesmas ou menores qualidades de energia e de coragem, Bonnot poderia ter matado e saqueado a coberto da lei e com a admiração dos militaristas, ou poderia ter explorado sertões, realizado inventos perigosos, afrontado riscos em proveito de todos e com a admiração de todos.

É certo que alguns autores de actos anti-sociais, como satisfação íntima e justificação a seus próprios olhos, procuram cobrir as suas acções com um sistema doutrinário; mas então a ideia é forçadamente adaptada aos actos. Assim Bonnot teria aproveitado do anarquismo uma pequena parte critica, a que incide sobre a legitimidade da propriedade e da lei; mas as conclusões não eram as do anarquismo — eram as do meio social em que vivia. «Pois que a propriedade é um roubo, garantido pela lei; pois que o mundo está baseado sobre a exploração e a violência — façamos como toda a gente e não sejamos vítimas!».

Mas não é este o raciocínio, a lógica de todos

os refractários anti-sociais? Interrogai o negociante, o bolsista, o usurário, o fabricante de falências, o falsificador de géneros, o envenenador público ou o especulador de ruínas e de misérias, e se estiver num momento de sinceridade, dir-vos-á ao ouvido: «Histórias, meu amigo; neste mundo todos roubam o mais que podem, e quem não rouba e se deixa roubar é porque é tolo!».

É porventura isto algum sistema novo ou é a moral resultante da luta inter-humana?

Demais, um ideal determina até certo ponto os actos do indivíduo; mas se contraria fortemente o meio social, este vence muitas vezes, as contradições são inevitáveis, e a ideia só orienta os actos dentro de estreitos limites. Os anarquistas bem o sabem. Eis porque elles, reconhecendo a ideia o poder de indicar o sentido da acção colectiva, entendem que só o desenvolvimento constante desta acção, cada vez mais ampla e solidária, é que poderá transformar o ambiente social, as bases económicas e políticas da sociedade; e eis porque elles reclamam a extinção, não legal e teórica, mas efectiva dos privilégios, isto é, que aos homens sejam tirados os meios de explorar e dominar os outros, — meios directos como o poder político, ou indirectos como a posse individual e exclusiva da terra e dos instrumentos de trabalho.

O exemplo do cristianismo é elucidativo. A sua base teórica é a paz, é o amor entre os homens, e

mais do que isso: a resignação e a passividade. Propagado a princípio entre escravos, teve êxito, porque os escravos eram passivos por hábito e não constituíam um poder; mas quando se tornou doutrina de senhores e de césares, quando sobretudo foi sistema oficial de uma grande potência económica e política, a Igreja, — não lhe restou o menor vestígio de coerência. A doutrina foi mesmo retorcida em favor do privilégio. Exploração, domínio, violências — tudo foi santificado. O céu foi comprado; os grandes, sujeitos ao inferno em teoria, dominaram na prática; e os exploradores, como sempre, como hoje, encobriram as espoliações com a distribuição trombeteada de migalhas.

Que era feito do cristianismo?

E no entanto ainda há simplórios ou hipócritas que, lamentando a corrupção da época, atribuem o mal ao abandono do ideal cristão, único capaz de regenerar o mundo! Como se a ideia, só por si, subsistindo as condições materiais, de facto, económicas e políticas, possuisse tam divinas virtudes! E como se o cristianismo não tivesse já tido tempo e ocasião de operar êsse milagre!

### XIII

31 DE MAIO

Declarou-se a greve dos empregados da Companhia dos eléctricos. É ainda em parte uma consequência dos acontecimentos de janeiro. Em 3 de fevereiro, a Companhia, aproveitando o estado de sítio e o terror lançado pelas violências do governo, despediu alguns dos seus salarizados, por ela tidos como promotores do movimento. Últimamente expulsou outro, acusado de indisciplina. Foi a gota que fez transbordar o cálice: após várias tentativas para obter amigavelmente a readmissão dos demitidos, o pessoal dos carros eléctricos e ascensores declarou-se em greve unânime.

E como se pôs em movimento, entendeu dever ajuntar à sua reclamação principal, exigida pela necessidade essencial de solidariedade e união entre operários, diversas reivindicações, entre as quais

a ideia infeliz de um «tribunal arbitral para resolver *qualquer* conflito entre o pessoal e a Companhia», com um árbitro de desempate teóricamente *estranho* a ambas as partes, e outras de carácter económico, bem mais importantes, como as oito horas de trabalho e nova tabela de salários.

\*

A arbitragem, no seu verdadeiro sentido, seria, na verdade, um meio razoável de resolver um grande número de conflitos, no caso de serem satisfeitas certas condições de voluntariedade e de independência nos litigantes e nos árbitros.

Numa sociedade livre e igualitária, da qual tivesse desaparecido a coacção económica e política, a arbitragem poderia, como opina Krapótkine, desempenhar um papel importante e benéfico. Então todas as condições a favoreceriam.

Possuindo e gerindo todos em comum, sem delegações de poder, a terra e os meios de produção, abolida a escravidão do salariato e suprimido o domínio político, a arbitragem seria feita entre pessoas em igualdade de condições, independentes, equivalentes, por árbitros imparciais e sobre matérias secundárias, visto que as condições essenciais da vida a todos estariam garantidas. Os árbitros seriam espontaneamente propostos e aceites, e as suas decisões, não impostas pela violência, que se-

ria destruir a natureza pacificadora da arbitragem, mas cumpridas voluntariamente.

Pode verificar-se isto actualmente? A resposta é fácil: não pode, a não ser, em casos aliás raríssimos, entre membros da mesma classe. Entre o patrão e o salariado que dele depende, entre o capitalista, que monopoliza os meios de produção, e o proletário, que possui apenas os seus braços e vive dia a dia, entre o governante, que dispõe do poder e o governado, que lhe está sujeito, não se verificam as necessárias condições de independência e de igualdade para a arbitragem. O patrão, o detentor da força económica e política apenas aceita a sentença arbitral quando a luta lhe seria mais desvantajosa ou só em quanto não está, momentaneamente, disposto para lutar.

A imparcialidade dos árbitros, mesmo quando estes não são impostos por lei, é difícil de encontrar e impossível de garantir num meio como o actual, em que são contraditórios os interesses, em que todos são ávidos pelo dinheiro para viver ou para dominar, em que se compra tudo, mesmo as consciências.

Demais, os conflitos entre o patrão e o operário versam sobre interesses vitais primordiais, e os que nos querem *impor* a arbitragem são os primeiros a repudiá-la nesses casos. Quem a aceitaria sobre a própria vida? Que país a consentiria para decidir da sua independência?

A arbitragem, hoje, não é um meio sincero e pacificador de resolver conflitos; é um meio hipócrita de mascarar a exploração e de oprimir e roubar tranquilamente. Não é um ramo de oliveira: é um prato de lentilhas...

Admitindo ainda que os operários consentam na arbitragem em questões que para eles não podem sofrer discussão, os factos demonstram que os patrões só se submeterão à arbitragem quando sintam uma derrota na luta e a sentença prometa ser uma vantagem.

Mas pronunciada a sentença, por hipótese favorável aos operários, quem garantirá a sua aplicação? Ninguém, salvo os próprios operários, com a greve, com a luta. Tendo voltado os operários ao trabalho, os patrões, aberta ou clandestinamente, exercem as suas vinganças, retomam o que fingiram ceder e deixam a sentença quase sempre por aplicar, e os ferrocarrileiros de Lisboa teem disso um exemplo prático, à sua custa. Mais valeria que os operários continuassem a luta porque o que ganhassem saberiam que o deviam ao seu próprio esforço e não teria a aparência de um presente; e havendo derrota, melhor veriam as causas da sua fraqueza, que tratariam de emendar.

Fala-se amiúde de arbitragem legal, de arbitragem obrigatória...

Não só o verdadeiro árbitro, o de desempate, nas comissões de arbitragem, não é decerto esco-

lhido entre os operários, não só os árbitros não podem dar garantias seguras de imparcialidade, não só a sanção legal não é penhor certo de aplicação... contra os patrões — mas o intento desta medida legal é embaraçar o direito de greve, pôr um freio ao movimento operário, à resistência dos explorados, com a armadilha legal duma mentirosa pacificação.

E' certo que a luta de classes é um facto que despedaça todas as legalidades e que os conflitos económicos, fruto natural do presente estado de coisas, saltariam por cima de todas as leis e arbitragens imagináveis; mas a arbitragem seria um novo estôrvo, uma nova máscara hipócrita encobrindo a realidade da situação, um novo instrumento de defesa capitalista, sobretudo considerando que entre nós não está ainda muito desenvolvido o movimento operário.

\*  
A liberdade de trabalho é decantada em todos os tons pela imprensa burguesa e nenhuma outra liberdade lhe merece como aquela tam patéticos e indignados acentos.

Querera ela, com efeito, a emancipação do trabalho e do trabalhador, o trabalho verdadeiramente livre? Pedirá ela, como nós, o fim da *coacção indirecta* que pesa sobre o trabalhador, pelo facto de serem monopolizados os meios da produção? Que-

rerá ela acabar com o regime da propriedade e do salariato, para que o trabalhador não seja forçado, sob pena de morrer de fome, a vender os seus braços a trôco duma misera parcela do seu próprio produto? Reclamará ela a extinção da *coacção directa* exercida sobre o trabalho e sobre o trabalhador pelos códigos, pelos cárceres e pelos sabres?

Não; a liberal imprensa burguesa é mais modesta: reivindica apenas a liberdade de... traição em tempo de guerra, a liberdade de furar e inutilizar o protesto proletário.

E para isso entoa-nos chistosos estribilhos sobre a detestável ociosidade e a necessidade inelutável do trabalho. Para esses senhores, o grevista é um vadio, e na própria sociedade futura o trabalho há-de ser para todos, sob pena de «destêrro para as florestas»...

Ora é precisamente porque o trabalho não é hoje para todos, caindo o seu pêso sobre aqueles que dos seus frutos menos gozam, é precisamente por haver ociosos e inúteis que mandam e exploram, que o trabalhador se serve da sua única arma, da greve, da cessação dêsse mesmo trabalho do qual vive a sociedade.

E pelo futuro, nada recebem... Desaparecidos os vadios que hoje exploram o trabalho alheio e que, senhores dos meios de produzir, governando a produção ao sabor do seu interesse particular, ganham com a carestia e com a miséria, estorvam

por isso a produção necessária, limitam o consumo pelo salário, desdenham o aperfeiçoamento técnico e a suavização da faina e desprezam a comodidade e a saúde do trabalhador, objecto abundante e barato no mercado, — desaparecidos esses parasitas maléficos, a outra espécie de ociosos pouco mal poderá fazer, sem os meios de explorar e de governar. O meio renovado tenderá a eliminar, deixando de os produzir, esses lastimosos doentes

Pois quê! Hoje o trabalho é uma labuta bestial de escravos — ao passo que a ociosidade e o parasitismo são recompensas cheias de privilégios e honorarias. O trabalho, a despeito das hipócritas bajulações de certa vagabundagem demagógica, é uma situação inferior e desprezada — em quanto a vadiagem rica é aureolada e venerada. E no entanto a grande maioria tem um invencível apêgo à faina!

Arrebenta-se toda a vida, desde as primeiras forças da infância aos últimos lampejos da velhice, estúpidamente, monótonamente, sem prazeres nem distrações, com magros intervalos para o sono e para a escassa ração, mediante uma paga infame, tanto menor quanto mais pesada é a lida, ante o espectáculo da riqueza respeitada e da prosperidade construída sobre a miséria de muitos, com a sedução das comodidades e vantagens obtidas pelo dinheiro. E no entanto bem poucos se eximem a essa dura escravidão!

A família operária é cada vez mais desfeita pela

indústria. Os filhos crescem ao-deus-dará, pela rua, na mendicidade e na depravação, tendo já sido gerados e dados à luz em péssimas condições. O alcoolismo, a tuberculose e a sífilis, males de miséria, a insuficiente alimentação, arruinam, deprimem, matam prematuramente. As grandes aglomerações urbanas, produto da indústria capitalista, são focos de infecção física e moral e de provocações ao crime. A existência do dinheiro, joias e valores de fácil apropriação, cornucópia de prazeres e de ócios, facilita o roubo punido pela lei, o parasitismo ilegal. A prisão, com o rancho assegurado, universidade do crime, é preferível à miséria e à desocupação. E no entanto bem poucos são os que a afrontam! Agora imaginemos uma sociedade livre do parasitismo: explorador e opressor, doirado e incensado. Fez-se uma profunda revolução contra ele, em honra e favor do trabalho, base da vida social. A ociosidade é uma tara, uma doença, uma infâmia, uma desonra, uma inferioridade; o trabalho manual um dever moral ao qual ninguém pode eximir-se, sob qualquer pretexto. Aumentou consideravelmente o número dos produtores úteis. A máquina suavizou a tarefa, reduziu-a, deixa largo tempo às ocupações do espírito. Porque o instrumento de trabalho já não pertence a um patrão nem faz concorrência a salarizados: está a serviço dos produtores livres, pertence-lhes, e são eles próprios que dirigem a produção e governam no seu trabalho. Os

grupos produtores são abertos, são livres; livres as vocações; livre a escôlha do trabalho; variadas as ocupações. Não há dinheiro, não há «valores» portáteis, as joias perderam o seu valor comercial. Produz-se para consumir, não para vender, e são atendidas as necessidades de todos.

Que ser humano, regularmente são, havia de preferir a um exercício agradável e salutar, útil a todos igualmente, a situação precária e vergonhosa do doente lastimável, vivendo da caridade pública, ou a do ratoneiro a surripiar miseramente, nos armazéns da comuna, o pão de cada dia?

E em todo o caso, se a sociedade emancipada tivesse de se defender contra êsses vadios (encargo que não confiaria certamente a determinadas pessoas, pois há funções, sobretudo as de defesa social, que não podem abandonar-se a uma corporação especial e fixa) teria para isso muita mais razão do que a de hoje contra os vadios pobres e tarados, porque, se para todos será o trabalho, igualmente para todos serão os frutos do trabalho. E o inimigo que ela teria de combater seria ridículamente mesquinho ao lado do parasitismo que hoje nos subjuga e sangra: os parasitas do futuro limitar-se-iam a comer uma parte dos frutos da comuna, sem pagar a sua quota-parte de esforço; mas os parasitas de hoje não só consomem e desperdiçam a melhor parte dos produtos e da riqueza social, mas governam e dirigem a produção, empre-

gam muitas das fôrças produtoras em obras inúteis e nocivas e impedem de produzir de modo suficiente o útil e o necessário.

A diferença é colossal. E a vantagem é toda para os ociosos do futuro, que sempre teriam mais direito de falar de «liberdade de trabalho» do que os mantenedores e apologistas do actual parasitismo privilegiado.

\*  
25 DE JUNHO

A greve do pessoal dos eléctricos de Lisboa foi sufocada pela violência, desta vez sem estado de sítio, para não dar escândalo. Isto parece ter entrado de vez nos hábitos dos nossos governantes republicanos. Querem dar garantias de fidelidade à burguesia, sua classe, e como o *chantage* da contra-revolução e o papão Couceiro já não pegam, resolvem empregar a maneira brutal para acabar com as greves, agitações e «impaciências.»

De mais a mais, o actual gabinete de concentração é um «governo de fôrça»... contra os operários, e para êle e para a sua fôrça tinham apelado instantemente os patrões e seus lacaios com figura de trabalhadores, lobos disfarçados em ovelhas.

O pretexto, naturalmente, foi a famosa «liberdade de trabalho». Haveis de supor que a liberdade de trabalho é defendida pelos grevistas, que recla-

mam maior soma de bem-estar para os trabalhadores e a redução da arbitrariedade patronal na oficina e na gerência dos serviços. Mas não: para os burgueses a «liberdade de trabalho» é a traição à classe operária, a escravização do trabalho e do trabalhador.

Para defender essa «liberdade» o governo mandou prender nas suas casas os militantes operários dos sindicatos e os membros da comissão da greve.

Foi para a defender que as autoridades encerraram a associação onde se reuniam os grevistas, aquela onde estava instalada a cozinha comunista dos mesmos, e a casa da união dos sindicatos.

Para a defender, essa famosa «liberdade», é que foram presos e mandados para Lisboa, metidos no Limoeiro e depois num navio, dois operários que andavam, havia quinze dias, pela província em propaganda associativa.

Foi ainda para a defender que a tropa e a policia prendiam ou acutilavam todo aquele que soltasse um viva à greve.

Foi em suma para a defender que a autoridade tirou aos grevistas o meio de se reunirem e concertarem, lançou entre êles a desorganização e o terror, matou a resistência.

Tudo, é claro, a par da afirmação constante da imparcialidade do governo, do seu respeito religioso (jesuitico, na verdade) pelo não menos famoso direito de greve, o tal que não entrou na Constitui-

ção, por ser tam sagrado e elementar como o direito à vida e o de respirar...

Tudo depois de se ter escrito e declamado que era intolerável a arrogância da Companhia, provocadora e irritante a sua attitude de intransigência e de desprezo.

Tudo depois de darem os grevistas as mais demoradas provas de paciência e de pacifismo e de mostrarem, com uma solene demonstração de forças, na véspera das medidas violentas, que tinham consigo a enorme maioria da corporação.

O govêrno alcançou assim uma brilhante vitória. E' verdade que lançou o ódio e o desespero em muitos corações, mostrou mais uma vez aos trabalhadores que todos os governos são fieis servidores do capitalismo, mas em paga conquistou simpatias e apoios valiosos.

Fica com os fura-greves, amarelos e lacaios, — traseiros prontos a todos os pontapés.

Fica com a burguesia, que nunca se bate, mas está sempre preparada para gozar os frutos de todas as situações políticas.

Fica com a tropa, à mercê dos manejos dos militarões profissionais, mas que acaba também por beber a inspiração no meio popular.

Quanto ao operariado — que saboreie estas lições de coisas, que aprenda à sua custa, que se organize e instrua sem descanso e que sobretudo não desanime por tam pouco.

As derrotas são inevitáveis, mesmo num estado adiantado de organização operária, mas sobretudo quando o operariado ainda não conseguiu impor-se ao respeito do patronato e da sua comissão executiva — o govêrno.

Ora êsse respeito e essa organização forte não se obteem senão pela acção. Sirva de ensino a Inglaterra. Na inacção, ou há desorganização de forças ou há agrupamentos inertes, mantidos à força de pequenas vantagens que sufocam a primeira necessidade do proletariado — a luta de classes, a resistência aos patrões, sem a qual todas as vantagens são inteiramente illusórias e enganadoras.

E além de tudo, circunstâncias há em que é impossível deixar de aceitar a batalha: é quando por exemplo está em jôgo a solidariedade operária. Foi o caso desta greve: a Companhia, aproveitando traiçoeiramente o estado de sítio, despedira alguns empregados no começo de fevereiro, fazendo o mesmo a outro ultimamente, e os companheiros protestaram. Então não há derrota que humilhe. Pretende-se então limitar a autoridade patronal, reivindica-se então implicitamente o direito a intervir directamente na administração do serviço, o direito à posse dos instrumentos de trabalho. O dominio absoluto do patrão é negado, afirmada a solidariedade operária; proclamada a dignidade do trabalhador.

Apesar de tudo, apesar da derrota, apesar dos erros e defeitos da greve, o exemplo fructifica e o protesto subsiste e perdura.

A burguesia, isto é, a classe das diferentes espécies de capitalistas, proprietários, patrões, gerentes e políticos, dispondo do solo e de todos os meios de produzir, governa e dirige os homens e a produção. Ela escraviza o salariado, privando-o dos instrumentos de trabalho, reduzindo-o aos seus braços nus, constringendo-o assim a alugá-los em troca dum salário insufficiente para o consumo necessário e para a reserva. Ela domina e maneja o seu instrumento politico de repressão e espoliação, o Estado. Ela regula a produção segundo os seus próprios interesses e caprichos, não conforme as necessidades verdadeiras de todos os consumidores. Ela fixa os salários dos trabalhadores e os preços das coisas.

Dêste modo, qualquer reforma que não toque nas engrenagens essenciais do sistema capitalista é impotente para melhorar sensível e duradoiramente a situação dos trabalhadores; e se o proletariado se contentasse com essas reformas superficiais, não faria senão girar eternamente num circulo sem saída, começar e recommençar mil vezes os mesmos esforços e esperanças. A burguesia tem sempre

meios — o aumento dos preços, das rendas e dos impostos, o desenvolvimento da maquinaria, sua propriedade exclusiva, etc. — para neutralizar e destruir as pequenas vantagens materiais conquistadas pelos operários, tirando com uma mão o que com a outra foi obrigada a ceder.

Tratando-se de reformas legais, nem sequer esse trabalho terá, geralmente: bastar-lhe-á não as aplicar, na parte em que possam incomodá-la ou prejudicá-la. Para as iludir e fazer esquecer pelos próprios interessados, tem um poder económico e politico mais do que sufficiente, sobretudo onde não existe uma resistência popular solidária e organizada, onde não há o exercício vigilante e permanente da acção directa proletária. Demais, quando para acalmar descontentamentos e revoltas a burguesia concede uma «lei operária», é principalmente para, sob a capa de illusórias e fugitivas melhorias, fazer aceitar a consagração de interesses seus, desenvolver a fiscalização do Estado, aumentar o número de funcionários e de impostos (que tudo sai do trabalho), travar e dirigir a acção operária independente. Em cada «lei operária» há, sob a magra isca, um sólido anzol de aço.

Infinitamente superiores às reformas legais são os melhoramentos conquistados pela acção directa do operariado — superiores sobretudo sob o ponto de vista moral. Superioridade tanto maior quanto mais *espontaneamente* são concedidas as leis pseu-

do-operárias, presentes gregos de que os troianos devem sempre desconfiar.

Mas essas reformas, obtidas pela acção directa da classe operária, são incapazes de alterar eficazmente as condições económicas e políticas da sociedade. Admitindo embora a luta diária sob todos os seus aspectos — greves de produtores para elevação de salários e redução de horas de labuta, boicotagem, sabotagem, acção dos consumidores e inquilinos contra a alta de preços e de alugueis, diminuição voluntária dos nascimentos, emigração, etc. — todos os resultados obtidos são sempre escassos, frágeis e precários dentro da sociedade burguesa. As suas crises periódicas, os seus craques financeiros, a emigração dos capitais em busca de salários mais baixos, enfim, o seu próprio funcionamento *normal* torna insubsistentes quaisquer tentativas de sólidas reformas económicas.

Demais, essas reformas não podem ser tais que não deixem ganho aos detentores da riqueza social, e modo de viver ao exército imenso dos parasitas da produção. Os capitalistas, os governantes, os defensores diplomados ou armados do privilégio burguês, o exército incontável dos intermediários, a burocracia, os executores de tarefas inúteis ou nocivas, tudo isso vive à custa do trabalho útil, às vezes com o maior esplendor. E o dano capital do sistema vigente é a absoluta incapacidade e insuficiência do seu modo de produção, apesar dos poder-

rosos meios já existentes, apesar da forças e riquezas inertes.

Só a revolução social, que suprima a propriedade privada e o Estado, nos poderá dar a solução eficaz. E' preciso expropriar a impotente burguesia do solo, sub-solo e todos os meios de produção, fruto do trabalho indestrinçavel das gerações passadas e presentes. E' preciso pôr êsses meios de produzir à disposição de todos. E' preciso dar a todos a liberdade de consumo, organizando os próprios trabalhadores a produção e a troca segundo as suas necessidades reais, não para lucro de poucos. E' preciso que ninguém tenha meios de explorar e dominar os outros, de viver do trabalho útil dos outros. E' preciso abolir o dinheiro, que permite a acumulação e o roubo.

Tais são as verdades que o socialismo vem demonstrando e propagando há longos anos.

Mas deverá concluir-se daí que são inteiramente vãs e desdenháveis quaisquer reformas parciais e transitórias, estéreis de todo os esforços dia a dia empregados pelo proletariado, essa acção constante traduzida principalmente em greves?

Os socialistas democráticos que, visando à conquista dos poderes públicos para transformar por meio deles a sociedade, encarreiraram cada vez

mais, apesar do seu antiparlamentarismo do começo, pela via burguesa do parlamentarismo, era natural que contrariassem o exercício diário da acção de classe do proletariado.

Os operários não precisavam de agir directamente; os seus representantes tomariam conta dos seus interesses. Votar bem era o suficiente. Do mesmo modo, depois de conquistados os poderes públicos, de cima é que seria organizada a sociedade, de cima é que viriam as medidas salvadoras.

Assim os operários não precisavam de se habituar à acção. Quando muito, deviam agir muito circunspectamente, muito disciplinadamente, sob a chefia dos seus pastores e sobretudo para reforçar a obra destes, dar-lhes força e prestígio. Nada de comprometer a acção legal dos deputados, e sobretudo a sua... eleição. A greve era afinal uma arma de dois gumes; que feria o manejador e o inimigo, ao contrário da arma eleitoral e parlamentar... que não tinha gume algum e não feria quem quer que fôsse.

Mas, se era natural que assim falassem e procedessem os socialistas democráticos, pondo de acôrdo os seus métodos com o seu escopo, para os anarquistas que não confiam na Providência-Estado, que não querem libertar o povo trabalhador, mas que êle próprio se emancipe, que pretendem que os produtores organizem directamente a pro-

dução, que a vida social seja obra directa de todos, para os anarquistas a questão era outra, bem diferente o método a seguir.

Infelizmente, após a guerra franco-prussiana e a derrota da Comuna de Paris, quando uma onda reaccionaria invadiu a Europa, após sobretudo a dissolução da Internacional e em face do carácter refractário e pesado dos meios operários e suas organizações, os anarquistas apartaram-se em grande parte da massa proletária e da sua vida de cada dia, encerrando-se na torre de marfim da ideia.

E, se é certo não terem muitos perdido a percepção clara da realidade, nem quebrado a continuidade teórica do socialismo anarquista, tal como nos viera de Bacunine e da Federação Jurassiana, sistematização e interpretação das necessidades populares, também é verdade que começaram a formar-se as capelinhas doutrinárias, onde se pratica uma espécie de masturbação intelectual e se prega aos convertidos uma espécie de teologia e de misticismo contemplativo.

Fabricaram-se silogismos até ao infinito. Nasceram as discussões abstractas sobre os mais miúdos pormenores da doutrina, como em Bizâncio. Acharam-se, em problemas secundários e derivados, sucedâneos para a propaganda e acção principais do socialismo anarquista. Magnificou-se, como Tolstoi, como todos os reformadores religiosos, o poder do verbo, o eficacia da pura educação. Desprezou-se a

organização das massas, a vida das massas, o movimento operário; e chegou-se a fazer sobre as greves a mesma explicável crítica social-democrática e... burguesa. Em muitos, o anarquismo, quase desprovido da sua segura base essencial, que é o fim socialista, aproximava-se mais ou menos do liberalismo individualista da burguesia.

Em suma, como o gigante Anteu da fábula, que perdia a sua força ao perder contacto com a mãe-terra, o anarquismo, perdendo contacto com as massas, definhava e degenerava.

Apareceram, pois, anarquistas que, apartados do povo, se limitaram a uma propaganda teórica sem alcance e sem presa e a exercer, de fora, uma crítica acerba e enervadora da acção proletária, que mais suspeitos e insulados os tornava.

Mas havia ainda outros revolucionários que, embora com uma concepção menos infantil dos métodos de acção, embora partidários da organização operária, achavam que se deviam gastar todos os esforços em preparar a greve geral expropriadora e a revolução social, desdenhando as impotentes greves parciais e as fatigantes escaramuças de cada dia! Como se fôsse possível organizar e educar as massas, atingi-las pela propaganda, preparar aquela mesma revolução sem a acção directa e continua dos trabalhadores pelos fins imediatos, sem as miudas escaramuças!

O renascimento da acção económica de tendên-

cia revolucionária e autonomista e a entrada dos anarquistas, que não tinham perdido a noção do método, nos sindicatos profissionais, vieram porêr reatar a límpida tradição socialista-anárquica, restituir ao gigante insulado a sua bela virilidade juvenil, reduzir a justas proporções a crítica feita e seleccionar o trabalho mental elaborado, aproveitando-lhe os progressos e eliminando as excrescências e infiltrações estranhas.

E ficou de novo assente o valor da acção operária cotidiana.

Embora insuficientes e precários, os melhoramentos dia a dia conquistados e mantidos pelo exercício continuo da acção directa, não são, mesmo sob o ponto de vista económico, inteiramente nulos e para desprezar. Mesmo em regime capitalista, a situação do trabalhador oscila dentro de certos limites: o máximo, determinado pelo ponto em que deixaria de haver lucro para o proprietário, isto é, pelos interesses e pela força da classe burguesa; e o mínimo, determinado pelo ponto em que o proletário já não poderia trabalhar nem viver, isto é, pelo estalão de vida e pela resistência da classe trabalhadora.

Se o trabalhador se adapta a viver mal e com pouco, se não resiste à exploração patronal, é reduzido à condição mais miserável, a ponto de perder muitas vezes a vontade e a energia de se revoltar; se, porêr, não pode sujeitar-se à situação

do bruto, se tem necessidades de civilizado e se para as satisfazer resiste e organiza a resistência, promovendo ao mesmo tempo o aumento de produção pelo aumento do consumo, é possível que o patrão recupere por um lado o que por outro perde, mas isso não é sempre imediato (sobretudo por causa da concorrência interpatronal), e em todo o caso o operário eleva o seu estalão de vida, adquire hábitos que não querará perder e que defenderá com tanta mais energia e consciência, quanto mais se tiver acostumado à luta contra o explorador e à solidariedade com os explorados e quanto mais nessa gymnástica e nessa experiência tiver aprendido a conhecer a causa dos seus males.

Basta notar a diferença, não apenas de salário (pois os salários podem ser diferentes, mas igual o seu poder de compra), mas também de condição material, moral e intelectual, entre os operários do mesmo officio de diversas regiões e entre os de diversos officios da mesma região; basta notar como a ignorância, a miséria, a desorganização e a apatia são inseparáveis e proporcionais entre si, para ver que a situação do trabalhador não é sempre a mesma, que ela é mudável dentro dos limites do capitalismo e que nessa mudança influi como importante factor a resistência operária, tanto mais eficaz quanto mais colectiva e organizada, em vista da impotência da acção individual, insulada e dispersa. Nos países de imigração cosmopolita, vemos

trabalhadores de certa procedência, habituados a comer e vestir miseramente e a amontoar-se em pocilgas insalubres, oferecerem-se mediante condições que nem o próprio patrão ousa propôr; e o operário acostumado a uma alimentação mais humana e substancial, a maior asseio e conforto no vestuário e na habitação, em face dessa concorrência, ou se rebaixa, aceitando o mesmo estalão de vida, vencido pelo número, ou abandona a região, ou trata de arrastar a resistência a massa aviltada e de leva-la a maiores exigências e a melhor vida.

A estatística das greves, dando-nos apenas a quantidade, não a qualidade nem os efeitos, é uma indicação incerta e enganadora. Assim, das 1.443 greves que houve em França em 1911, terminaram 167 pela vitória total, 563 por um triunfo parcial e 613 por uma derrota. Mas como averiguar, ante esses Algarismos, se uma vitória parcial não foi no fundo completa, sabido que os grevistas em geral pedem mais que o que tencionam obter? Como verificar que uma derrota, registada como tal, não foi de facto um triunfo, sabido que os patrões se empenham em vencer para manter sobretudo o prestigio patronal, mas cedem depois disfarçadamente para evitar a renovação da luta? E como saber se uma vitória não equivaliu a uma derrota, ou foi pior do que ela, sob o ponto de vista moral, pelo espirito com que foi conduzida, pelos métodos empregados e pelas ideias que deixou nos operários?

Em todo caso, a estatística mostra-nos que, conforme os métodos de acção, a percentagem das vitórias, como no exemplo acima, pode ser superior à das derrotas. Quando, aliás, as greves fossem todas malogradas, nem por isso estaria provada a sua inutilidade, porque às greves sucede como às insurreições: mesmo vencidas produzem efeitos salutarres, e o maior mal é a inacção. Mas a estatística é sobretudo expressiva mostrando-nos que cresce a proporção das greves de solidariedade, e que a acção operária vai encarreirando para a conquista das reformas mais dignas e duradoiras, como são a redução de horas de trabalho, o melhoramento da hygiene nas fábricas, a diminuição da autoridade patronal ou sub-patronal, o respeito da dignidade do trabalhador, etc.

Um ponto importante a considerar nesta questão é que o aumento do custo da vida, em vez de ser consequência das reclamações operárias, é pelo contrário determinante delas. O custo da vida sobe principalmente pelo jôgo das instituições capitalistas: o aumento do parasitismo, da especulação e do assambarcamento, a formação e desenvolvimento dos *trusts*, etc.; e o movimento operário de resistência, como por exemplo nos Estados Unidos ficou demonstrado pelos números, não faz mais do que seguir, de bastante longe, essa ascensão. A acção operária é, na verdade, de *resistência*, de *defesa*; o proletariado vê-se estrangido a agir e sem de-

mora. Sobem os preços e tem de reclamar melhor paga; inventam-se e aperfeiçoam-se máquinas, e urge que exija menos horas de labuta. Sem essa luta forçada, seria reduzido à última expressão da miséria e do aviltamento; e os progressos da indústria e da mecânica, em lugar de lhe trazerem uma participação, escassa embora, nas vantagens da civilização, seriam para êle um mal crescente, pois que essas vantagens não se lhe applicariam automaticamente. Os patrões, à medida que enriquecem, não fazem concessões espontâneas: procuram cada vez ganhar mais, reduzir os gastos, aproveitar cada vez mais o braço de ferro para dispensar o braço humano, e só cedem ante o medo da revolta e a resistência que encontram.

Certamente, a situação geral dos trabalhadores não é profunda nem estávelmente transformada com os melhoramentos, e o regime capitalista continua a ser êste absurdo regime que restringe a produção para dar proventos a poucos em vez de aumentar para dar pão, vestuário e alojamento a todos. Mas entretanto a revolução social não se faz; é preciso prepara-la. Ora a massa não sendo sacudida primeiramente pela acção com fins imediatos, não aprendendo nessa acção, de grande valor moral e educativo, a lutar, a conhecer e encarar de frente os exploradores e seus sustentáculos, a apertar os laços de solidariedade entre oprimidos, a discutir as questões de comum interesse, não só

não estará organizada e preparada para a revolução social, mas não ouvirá sequer a propaganda mais simples nesse sentido e muito menos a que lhe servem certos adversários da organização de classe e das greves, toda transcendente e própria para intelectuais ou semi-intelectuais, que a discutem tranquilamente ao café, e para os quase indiferentes que mal a lêem e que a desprezam ao primeiro abalo da sociedade.

E esse é o principal valor da acção operária, sobretudo da acção colectiva, sobretudo da greve, que chama todos a agir, que desperta em todos o interesse directo pela luta, que suscita as mais belas iniciativas. Assim como a queima constante de castelos feudais e arquivos preparou, realizou, caracterizou a revolução francesa, a acção económica continua do operariado prepara e caracteriza a revolução social; e ao contrário das reformas legais ou das concessões patronais aparentemente espontâneas, desenvolve-se a si mesma e faz fermentar a massa.

Aos revolucionários, vivendo a vida do povo e no seio dele, cumpre pelo exemplo e pela palavra alargar o movimento operário, propagar os métodos conducentes à realização da emancipação integral e, aproveitando todas as efervescências, todas as circunstâncias, todas as ocasiões em que os «ouvimos estão abertos», apontar a solução radical do problema económico e político — expropriação da

burguesia, abolição das instituições governamentais, socialização dos meios de produção.

O papel dos anarquistas, com a sua ideologia, a sua preocupação constante do alvo a atingir, é de primeira importância dentro das organizações operárias, onde elles devem esforçar-se por conservar os movimentos livres e evitar na medida do possível os cargos que, por menos directivos que sejam, impõem circunspecção, refreiam a propaganda franca e forçam a uma certa politica de equilibrio.

Essa acção livre e independente é de primeira importância porque a organização e movimento operários, com todo o seu valor, tem igualmente as suas taras e más tendências.

A luta económica é a luta essencial, a caminho duma transformação social fundamentalmente económica.

O movimento operário cotidiano tem um enorme valor de educação e preparação, colocando o salariado em face do patrão e seus apoios, no verdadeiro terreno da luta de classes; e não o pode ignorar quem deseja que a massa o acompanhe à conquista da emancipação integral e se emancipe a si própria.

A organização operária reúne forças de combate e de reorganização social, e é terreno extremamente propício à sementeira das ideias que tendem à abolição das classes, à supressão do parasitismo e da autoridade.

Mas o movimento operário pode também perpetuar-se ou degenerar num mero movimento de reformas transitórias, tomadas como fim; e a organização sindical está sujeita aos assaltos dos politicantes, bem como à centralização e ao funcionalismo exagerado e abusivo, disfarçados com o pretexto de união e de simplificação administrativa e fatores de inércia e de moderantismo.

Os exemplos do trade-unionismo inglês e do norte-americano são suficientemente ilustrativos.

Velem os bons semeadores pela sementeira.

#### 9 DE JUNHO

Há quase uma semana que se declarou a crise ministerial, e ainda não se chegou sequer ao princípio de uma solução. Ninguém tem pressa de governar com um parlamento dividido em quatro facções, pouco dadas a acordos estáveis e seguros.

O ministério ainda em função morreu mesmo com uma boa maioria a seu lado e após duas votações favoráveis, dando a ilusão graciosa de ter arrepentado com uma indigestão de confiança.

Aprovada a Constituição, eleito o presidente da República, transformada a Constituinte em Congresso ordinário e dividido este em fracções nitidamente separadas e opostas, a vida dos ministérios tem-se tornado difícil e precária.

O gabinete de João Chagas, extra-partidário, mudou um ministro e durou poucas semanas. O

ministério demissionário teve como o anterior uma recomposição e viveu sete meses, em custoso equilíbrio, dado cem vezes por morto.

Agora fazem-se e desfazem-se dezenas de combinações, algumas das quais são dadas à publicidade para logo se esvaiem. Teem-se anunciado tentativas de todos os géneros, teem-se aventado prognósticos de todos os feitios.

Tudo isto porque o parlamento, eleito antes de bem separados os partidos, não pode fornecer uma firme e abundante maioria.

Nós temos o regime parlamentar. E' o parlamento que elege o chefe do Estado e indica os ministros. Mas o parlamento, expressão da «soberania popular», deve auxiliar com uma compacta maioria, bem homogénea, o partido do governo.

E se a manifestação da «soberania popular» não dá semelhante resultado? Se ela se fracciona, ou se fraccionam os eleitos por sua conta e livre alvedrio em numerosos grupos importantes e divergentes?

Pois bem: a essa «soberania popular» é preciso dar um geito, indicar-lhe representantes com chancela, encarrêira-la com maior ou menor doçura ou mesmo com certa brutalidade, levá-la a exprimir a vontade... do poder, de modo que o parlamento, que elege o presidente e indica os ministros, seja feito à imagem e semelhança do governo.

○ Eis porque os grupos disputam entre si as pas-

tas mais políticas — interior, fomento e justiça. E eis porque o partido democrático é acusado de ter provocado a saída do dr. Silvestre Falcão, que lhe era suspeito, para se apoderar do ministério que «faz as eleições», e de, contra os outros partidos, não querer ainda as eleições administrativas, porque, mal preparado e organizado nas provincias, não tendo os trunfos do poder na mão, iria ao encontro duma derrota nociva aos seus interesses partidários e às suas ambições de governo.

Obtido um parlamento com uma minoria reduzida e uma maioria homogénea, funciona harmoniosamente e sem atritos o parlamentarismo, o qual, como é sabido, é exactamente o contrário de ditadura... Se não, não faltará até quem pense em golpes de Estado e dissoluções... para consultar de novo a nação e obter dela uma resposta mais conforme e ajuizada.

Repitamos, para fixar ideias: é esta sábia engenhoca política, sem a qual se mostra aos olhos de todos, nua e crua, essa coisa horrível que se chama ditadura, é esta máquina genial que recebe entre os povos cultos o nome apropriado e sério de «parlamento».

O parlamento português, na actual conjuntura, só tem êsse defeito: não ter sido criado por um partido preponderante. Nasceu antes da organização definitiva dos grupos políticos e está muito dividido. Muitos opinam por isso que a Constituinte, finda a

sua missão, deveria ter-se dissolvido. O Congresso que está não é, porém, pior do que qualquer outro parlamento. Nem melhor, nem pior.

Tem-no acusado de esterilidade. E' falso! respondem os legisladores. «Não temos nós feito discursos e decretos por uma pá velha? Não temos nós trabalhado dia e noite? Não foi já uma vez prorrogada a sessão e não acaba ela de o ser novamente até 10 de julho?»

Esterilidade! Mas que queriam então que um parlamento fizesse? Que criasse o mundo? Impossível! Já está criado. O que êle pode fazer é leis, e o Congresso Nacional republicano tem feito muitas. Que mais querem? Essas leis fazem muita vista em teoria, e depois na prática dão muito pouco? Mas êsse mal não é particular ao nosso país e ao nosso parlamento...

O único defeito dêste é estar retalhado em grandes pedaços descombinados e não deixar por isso governar longa e tranquilamente.

E vai daí a ficção parlamentar fica toda abalada e põe-se a ranger desagradavelmente. E' só isso.

\*

7 DE JULHO

A supressão da legação portuguesa junto do Vaticano, que os deputados tinham aprovado por uma

pequena maioria, graças a uma manobra partidária, não foi mantida pelo Senado, apesar dos esforços de alguns anticlericais sinceros; e o Congresso, em sessão conjunta, deu razão aos conservadores senatoriais.

O facto desagradou profundamente aos elementos anticlericais, mesmo de tintas politicas; e grande foi o assombro da gente cãndida ao ver votar contra a supressão o partido que do anticlericalismo de Estado faz o seu cavalo de batalha e o seu chamariz politico.

Justificando-se numa sessão pública, o chefe do partido disse que a legação junto do Vaticano é um posto de guerra e não de paz! E' também uma arma de combate, um posto de observação. Como o papa se enfurece contra a República, esta deve ter ali, em Roma, um posto para responder!

A assembleia parece ter ficado satisfeita com as explicações; mas nem por isso a razão alegada deixou de ter, na imprensa, o comentário que salta aos olhos. Que a legação, como arma de combate e sentinela, é inteiramente impropicia. O Vaticano era impenetrável mesmo no tempo de boas relações e de fidelíssima rialeza, mesmo para a gente da casa, como o padre António Vieira—e iria abrir-se a um inimigo, consentir de bom grado dentro de portas o ministro da República, ainda por cima publicamente declarado como sentinela vigilante do adversário!

Conservar a legação em homenagem à missão histórica do «venerando Sacerdócio Católico», como dizem os positivistas comteanos, ainda tem uma certa lógica; mas para anticlericais que não sentem êsse respeito e que consideram o Estado como neutro e a Igreja Católica no mesmo pé que as outras, tal motivo não serve, e a necessidade de um «posto de guerra» não resiste à mais ligeira crítica.

O Vaticano é que não tomou o voto do Senado e do Congresso como acto de guerra; manhosa-mente, considerou-o como homenagem aos sentimentos católicos da grande maioria do povo português, como reconhecimento da fôrça e prestígio desses sentimentos e da empresa que os explora. Assim o declaram, sorridentes, os seus órgãos. É natural, ao passo que seria igualmente natural que a República, servindo-se dos mesmos argumentos justificativos da separação da Igreja do Estado, suprimisse a legação junto da Santa Sé, não para ofender sentimentos quaisquer, mas em obediência aos princípios separatistas e de neutralidade perante todas as Igrejas.

O dr. Afonso Costa parece ter dado razão à interpretação vaticanesca, quando disse:

«Porque é que a Roma clerical não tem suprimido a sua nunciatura no nosso país? Sentindo-se tam ofendida, porque não pôs ainda escritos à sucursal? Porque não quer afrontar a consciência dos

católicos. Se ela fôr suprimida quer dar-nos a responsabilidade desse acto.»

Ele tambem quer dar a Roma essa responsabilidade; quer que seja o papa o primeiro a suscitar a ruptura. Então será enérgico.

Mas, santo deus! essa responsabilidade está tomada! Está tomada com a lei de separação — ou de quase-separação, — da qual a extinção do ministro da República junto da Santa Sé seria uma simples consequência! Esta extinção não poderia ofender a consciência católica mais do que a lei separadora, e sobretudo mais do que os seus fortes ressaibos de regalismo; e as razões dessa extinção e as da separação seriam as mesmas. O Estado é leigo, é neutro em matéria de crenças.

A República conserva a legação, acrescentou-se, como conserva o direito de fiscalizar os documentos da Igreja, como conserva o *beneplácito*, a intervenção na nomeação dos párocos, etc. Pois não devia conservar coisa alguma dessas. Êsse argumento de homem de Estado não serve para um homem de liberdade; um mal não se justifica com outro mal. Aquelles «direitos» de fiscalização são abusos da autoridade, mais ameaçadores para a liberdade de todos do que para a Igreja. Esta depressa se desembaraçará deles, explorando-os ainda como odiosas perseguições, embora não efectivas; mas o Estado seguirá os mesmos processos contra os que não possuem tam abundantes meios de defesa.

Diz-se, não sei com que fundamento, que o dr. Afonso Costa afirmou uma vez que, graças à sua lei, terá desaparecido a religião dentro de duas gerações! Seria uma bem pueril ilusão.

Um pertinaz trabalho de propaganda e educação, valendo-se da força adquirida, poderá obter esse resultado, que uma revolução económica e social, expropriando a Igreja dos seus privilégios, base do seu poderio, da mesma forma que os outros detentores da riqueza social, precipitaria enormemente. Sem isso, ou só com a educação e em quanto ela não toma largo incremento, a Igreja pode contar largos dias de vida, com suficiente força e influência para ir reconquistando as boas graças da autoridade e o esquecimento de certas asperezas legais, e em todo caso, com meios de ir vivendo, com certa comodidade, da generosa boa fé de muitos pobres e bastantes ricos...

Secando-se a teta do Estado, o officio sacerdotal não será buscado por certa gente com queda para o empregozito público, haverá talvez menor oferta de braços, sobretudo a princípio, mas a selecção de padres far-se-á no sentido da esperteza, do desembaraço, do *jesuitismo*... Os padres hão-de mexer-se mais, desenvolver maior actividade, empregar maior soma de astúcia e de expedientes. E da própria lei de separação tirarão proveito, tanto maior quanto mais duras forem as suas disposições, porventura não applicadas de facto... Farão luzir a

auréola do martírio, apelarão para as boas almas compassivas, porão a render as perseguições e fiscalizações da lei.

Mas se já o estão fazendo! Não o fazem por acaso aí? Não foi o velho padre brasileiro, que esperava quieto a cônica e o ordenado, substituído em grande parte pelo «jesuita» aventureiro e fura-vidas, fanatizador de cidades e fomentador de recrudescimentos de fé?

Em França, succede o mesmo. E lá, graças à resistência da Igreja, tampouco é applicada a legislação anticlerical: regulamento dos inventários, fiscalização do culto, etc.

E' até muito expressivo o que succede com o clericalismo francês. Privado do orçamento dos cultos, o clero lançou-se mais activamente na luta social, applicando maior atenção ao movimento operário; e apesar de repetidos fracassos, já conseguiu alcançar resultados como a organização inquietante da União Católica dos Ferros-viários, com os seus 420 grupos e os seus 500 padres dirigentes! E' neste terreno, é no operariado que a Igreja conta erguer uma nova força social sua, que ela possa oferecer, mediante condições, aos poderes económicos e políticos da burguesia, isto é, ao Patronato e ao Estado.

O «grande» Couceiro, tam hiperbólicamente glorificado como invencível capitão e domador de pretos, neste patusco país onde todo bicho careta é pelo menos herói e semideus, realizou mais uma tentativa de restauração monárquica.

O resultado era de prever, e a teimosia dos clericais e rialistas talvez se explique em parte pela necessidade de justificar despesas e subscrições, e em parte por um mal averiguado fenómeno de psicologia política, que entra também na história da velha agitação carlista de Espanha.

O facto actual, comum a todos os povos de civilização europeia, caracterizada pelo vigente regime de produção, é que a burguesia prefere a república. E se não a proclama em todos os países, socialmente mais adiantados do que o nosso, é precisamente porque teme que a vitória lhe seja arrancada das mãos pela parte avançada do proletariado industrial. E' porque pelo menos receia que, tendo de apelar pouco ou muito para o povo, por mais cuidadosa e disciplinada que seja a revolução, esta ultrapasse os limites de antemão marcados, e surja ameaçadora e firmemente plantada a questão social.

Nesses países, vai se contentando com assemelhar a monarquia o mais possível à democracia, divergindo aquela desta apenas no facto de ser hereditária ou electiva a função, toda representativa

e ornamental, de chefe do Estado, pois já nem sequer o sufrágio universal é carácter distintivo das repúblicas, que aliás não o teem todas; e exerce sôbre o Estado a mesma fiscalização e o mesmo poder, bem pouco contrariado pelas camarilhas.

Onde, porém, a burguesia pôde passar incólume o cabo tormentoso da transformação política, que limpou duma vez a máquina do Estado das sobrevivências anacrônicas, entregando-a de todo aos políticos da sua classe, onde ela pôde tentar tranquilamente a aventura, graças á inexistência dum proletariado organizado de tendências socialistas, então toda ela adere gostosamente ao regime novo abandonando as místicas saudades do passado aos palacianos e aos clericais.

A contra-revolução passa dêste modo a representar o que há de mais odioso e antipático a todas as forças vivas, a todos os elementos activos e influentes das populações modernas: às classes médias, que são democráticas e anticlericais por interesse e por sentimento; e ao operariado industrial, que, estando ainda por completo na fase democrática ou tendendo já para o ideal do federalismo económico, sente em ambos os casos, além do ódio de classe, uma invencível repugnância por êsse passado morto e putrefacto.

Tendo, pois, a opinião—a opinião que conta, a que tem a força—do seu lado, e tendo também do

seu lado o poder do Estado, a República nada tem que recear.

E esperemos que este último escabujamento seja a liquidação definitiva da conspiração monárquico-clerical e do irritante espantinho do Couceiro.

Porque, se a burguesia republicana tem empenho em que cesse uma situação de boatos perturbadores, de descrédito e de despesas, o operariado, que começa a ocupar-se dos seus interesses próprios não tem menor vantagem em ver-se livre dêsse derivativo dos seus esforços e dêsse objecto de especulação política.

A incómoda situação parece felizmente que terminou.

28 DE JUNHO

A presa de maior vulto dos tribunais marciais, pouco atreitos, em verdade, a complacentes branduras, tratando-se especialmente de rebeldes, é o flamante e nobre oficial austriaco D. João d'Almeida, que fazia parte da coluna de Couceiro. Este nobre senhor, altamente convencido da imensa estúpidez da plebe vil, tentou intrujar os dois soldados de cavalaria que o fizeram prisioneiro, falando-lhes numa «língua estrangeira»... Refere-se dele um outro grande gesto. O oficial, que procedia a

chamada dos presos suprimiu-lhe o fidalgo «dom», democratizando-lhe o nome num vulgaríssimo «João d'Almeida». O fidalgo miguelista não respondeu; e a segunda vez, com ar orgulhoso e antigo, exclamou:

— Aqui não há João d'Almeida; há Dom João d'Almeida, que sou eu!

O oficial sorriu, encolheu os ombros e consentiu...

Vê-se que o bom senhor é lido na história da Revolução Francesa; mas veio tarde. São outros os tempos, outro o ambiente, outro o quadro histórico. O sublime de então é hoje grotesco. O bom cavaleiro andante da Mancha, em épocas adequadas, teria sido um famoso Roldão; no tempo de Cervantes, foi apenas D. Quixote, com Rocinante, Sancho Pança e Dulcineia. Não há cómico mais perfeito e irresistível do que o contraste entre a personagem e a época. Pobre D. João!... Na Revolução Francesa, perante Fouquier-Tinville, ainda terias suscitado cóleras e admirações; hoje responderam-te alguns sorrisos de piedade e a indiferença.

Acusado de dois crimes—rebelião armada e assassinato de um guarda fiscal—só o primeiro lhe foi dado como provado, valendo-lhe a respeitável pena de seis anos de prisão maior celular, seguidos de dez de degrêdo, ou na alternativa, a de vinte anos de degrêdo em possessão de primeira classe.

—Não cumprirá a pena toda; está aqui está em

liberdade! dizem alguns com indignada suspeita, murmuram outros com benévola piedade.

E é na verdade possível que, dentro de poucos anos, restabelecida sólidamente a calma e convencidos os contra-revolucionários, em sua maioria, da inutilidade dos seus esforços, postas em acção certas influências e pressões, seja feito generosamente o largo gesto de perdão...

Quantas outras esperanças, além desta, não se agitarão talvez no coração dêste pobre D. Quixote miguelista!...

A sua atitude no tribunal foi adequada ao seu orgulho de fidalgo, à sua mentalidade arcaica e porventura àquelas esperanças. Recusou defender-se, negou-se a escolher advogado: não reconhecia o tribunal, Portugal está fora do direito das gentes... Frases que, como a sobranceira reivindicação do seu «dom», não despertam ecos indignados, nem pasmos laudativos: estão fora da moda, como o seu autor e as ideias que êle representa.

Este caso não deixa de ter interesse e de sugerir reflexões pouco habituais. Eis aqui um homem, miguelista de nascença, que, para não jurar a bandeira azul e branca, a da monarquia constitucional, emigra aos 14 anos. Aos catorze anos! Exteriormente, o seu acto parece o de um antimilitarista revolucionário, de um internacionalista; e D. João d'Almeida, se não fôsse fidalgo e miguelista, se não se tivesse expatriado precisamente

para se alistar num exército estrangeiro, teria sido considerado e insultado como um vulgar antipatriota.

Mas o antimilitarismo e o internacionalismo exigem uma reflexão e um estudo que não veem geralmente aos 14 anos; êsses revolucionários lutam sempre contra o meio e quase sempre contra as ideias e tradições de família. D. João d'Almeida, pelo contrário, não precisou de ideias: achou-as feitas, seguiu cegamente tradições, rezou maquinalmente o padre-nosso que lhe ensinaram desde o berço... Encerrou-se numa espécie de mundo à parte, numa torre vetusta e heráldica e a vida real foi-lhe desconhecida...

Naturalizado austríaco, ocupado em subir postos nas tropas de Francisco José, o fidalgo miguelista de Lisboa, além de ignorar tudo da vida social moderna, engrenagens, condições e tendências, vive apartado do seu país, do país que o seu senil partido queria reconquistar... Se depois de um desastre (queda do cavalo, creio), que o forçou a deixar o exército, e, segundo o defensor officioso, lhe alterou um tanto o juízo, vem a Lisboa, é para logo se convencer de que só com Deus é a bandeira branca do miguelismo Portugal se levantará...

Tal é, em breves traços, a psicologia, a mentalidade de um dos principais chefes da restauração monárquica em Portugal! Não há talvez entre os contra-revolucionários, tipos tam completos como

êste; mas do modelo aproximam-se, por um lado ou por outro, quase todos. Aproximam-se até aqueles que, tendo partido duma aldeia para o Brasil, ignorantes das condições das sociedades modernas, alheios a todo o movimento de ideias, estranhos ao jôgo das causas que mudam as formas políticas, desconhecedores da situação das fôrças reais da sua «pátria», achavam tam fácil restabelecer o trono como foi lançá-lo por terra. Antes, nem sequer queriam admitir a possibilidade duma república portuguesa. Após os primeiros telegramas sôbre a insurreição de outubro, não dizia no Rio, a um jornalista, um graúdo português, todo seguro de si, que a louca aventura seria prontamente sufocada e que, caso triunfasse por um momento, o povo, o país em pêso logo a esmagaria?...

Há mesmo pessoas, por vezes inteligentes, que, sem sair daqui, parecem contudo viver... na lua—num mundo ideal estranho, todo de ilusões ou de preconceitos anacrônicos.

Não falemos já dos aventureiros e despeitados, dos que no fundo não acreditam na restauração nem esperam vitória alguma—a não ser a permanente e rendosa vitória da sua finura sôbre a simplicidade dos seus adeptos.

De vez em quando, um jornal republicano lamenta amargamente que haja quem «não trepide em insinuar que nada ou quase nada devem a República as classes proletárias, que tanto concorreram para o seu advento e para a sua implantação», insinuação essa destinada «a separar da República as simpatias do operariado.» Assim dizia, há dias, por exemplo a *Republica*.

Se a acusação parte de monarquistas, é na verdade uma grosseira e desautorizada manha de opposição. Quanto a nós, nunca tentámos despersuadir o operário de que tem sumo interesse e vantagem na conservação da República, e no momento presente deveras nos regozija a vitória republicana, aliás certa e esperada, sobre a reacção aristocrático-clerical.

E no entanto pensamos firmemente que a República nada devem e nada podem dever os operários; que estes dela nada podiam esperar directamente, e que em República é absurdo pretender a «solução do problema social.» Se preferimos a República à monarquia, é pelo que ela é e vale realmente, não pelo que ela... não pode ser.

Com efeito, a República é uma forma política retintamente burguesa, destinada a defender, garantir e alargar os interesses da burguesia; ou melhor, é a verdadeira forma política das classes médias triunfantes. Hoje pode-se dizer que, nas nações de civilização capitalista, já quase não existe a monar-

quia. O regime monárquico constitucional é uma transacção entre a democracia burguesa e a forma própria das aristocracias passadas.

Nesse regime transaccional, trata a burguesia de neutralizar o mais possível as sobrevivências aristocrático-clericais e monárquicas, impondo a sua preponderância de classe e realizando a democracia de facto em quanto não a realiza no aspecto exterior.

Em qualquer caso, sob qualquer das modalidades exteriores da forma política, a burguesia dominante tem necessariamente no poder a preocupação exclusiva dos seus interesses de classe. E quando, ou para engodar o povo trabalhador, fazendo-o servir aos seus fins, ou para mascarar a sua dominação, ou para acalmar e canalizar movimentos operários, finge cuidar do problema da miséria e da questão social, não é senão para apregoar, engrandecer pomposamente anódinas reformas de superfície ou simples leis escritas, cuja primeira e essencial intenção é «regulamentar», isto é, circunscrever, canalizar e embaraçar vantagens e direitos duramente conquistados pela acção directa dos interessados.

Que oferecem, que podem dar os regimes burgueses, republicanos ou monárquicos? Leis, que não são factos, e que, sendo factos, não alteram em substância a organização capitalista, não tocam nos privilégios económicos e políticos da burguesia.

«Legislação social» teem-na, com fartura, repú-

blicas e monarquias constitucionais, algumas destas mais até do que as primeiras; mas, salvo as vantagens resultantes da prosperidade industrial e da acção incessante dos trabalhadores, o proletariado nem por isso ali melhora de condição, e os seus esforços mantem-se continuos, apesar de todas as leis «operárias», e não raras vezes contra elas.

Essas reformas legais (cujos encargos recaem totalmente sobre o produtor salariado e que muitas vezes não fazem senão aumentar o funcionalismo e os impostos) quando porventura reconhecem uma legítima e persistente reclamação operária, não são de aplicação certa e constante quanto ao tempo, nem de vigência geral quanto ao território: ficam letra morta ou recebem execução onde e quando o operariado organizado sabe e pode impor os seus direitos. E' história diária e nunca desmentida.

E depois, por cima de tudo, nenhuma reforma que respeite o vigente regime de propriedade, que deixe subsistir o salariado e a divisão da sociedade em classes económicas, poderá ser a «solução do problema social», nem a classe que detém o poder económico e político se despojará a si própria ou se deixará facilmente expropriar dos seus privilégios, certos e seguros, por mais que lhe falem de socialização dos meios de produzir e de reorganização da sociedade para maior proveito de todos.

O que o operariado pode esperar de melhor e de mais positivo em sociedade burguesa, da parte

dos poderes públicos, é o respeito do seu trabalho de organização e de educação, e a liberdade de reunião, de palavra e de associação (liberdade aliás bem mesquinha, pela privação dos meios económicos), é o direito de greve, não sofismado por intimidantes medidas militares, pela pena de morte aplicada em plena praça sem julgamento, pelas violências desorganizadoras sob pretexto de garantir os fura-greves, por impraticáveis disposições regulamentares.

Ora isso mesmo, precisa o proletariado de o conquistar e de o manter pelo seu esforço permanente e infatigável, não bastando que o consigne uma lei.

Os republicanos ostentam, como concessão magna, o direito legal de greve, vedado pelo código penal da monarquia. A proibição legal não impedia entretanto que elle fôsse exercido de facto. E se é verdade que era reprimido, que faz agora a República também?

O abalo produzido pela insurreição de outubro, as promessas que os republicanos tinham sido forçados a fazer ao povo, a ingénua ilusão popular de maior liberdade, a declaração solene do direito de greve, tudo isso, é certo, contribuiu para o recrutamento das greves após a proclamação da República. Mas eis logo os nossos republicanos aflitos, de mãos na cabeça, ei-los a fabricar um regulamento «draconiano» que, se fôsse aplicado, torna-

ria sempre fatal a derrota dos grevistas, ei-los a empregar os meios de coacção e de intimidação em todos os movimentos importantes.

A República, regime burguês, defenderá sempre a sua classe, com manha ou com energia, em Portugal como em todos os países onde ela vigora. E no dia em que a luta de classes se tornar aqui mais intensa e insofismável, ela não hesitará, se preciso for, em lançar mão de todos os processos da ditadura franca, contra a classe dominada e explorada.

Mas, seguros disto, nem por isso nós e todos os que a nossa propaganda atinge deixamos de preferir firme e decididamente a República, o pleno regime das classes médias.

Abolida a monarquia, eliminados os resíduos aristocráticos e clericais, anacronismos odiosos para todos os elementos vivos das sociedades modernas, a luta social simplifica-se, aparecem as classes nos seus terrenos próprios: a burguesia com a sua forma política, e o proletariado com a sua organização de classe e a sua salutar experiência democrática, valendo mil vezes a pura e simples propaganda teórica.

Bem sabemos que aos republicanos não agrada esta expressão brutal dum facto. Desejariam que se continuasse a dizer e a pensar que a República é regime do povo e para o povo, instrumento magnífico e inesgotável de reformas eficazes, embrião

de novas sociedades, e não apenas a máquina mais aperfeiçoada da denominação burguesa, contra a qual agem e se desenvolvem os elementos preparadores e constitutivos duma renovação social.

Mas o interesse do operariado está no despedaçar de todas as máscaras e hipocrisias.

Concluiu ontem, tendo durado uma semana, o leilão das joias da falecida D. Maria Pia de Saboia, a avó do destronado rei D. Manuel. Dessas joias, hoje espalhadas pelas joalharias de Lisboa, Madrid e Paris, pelas mãos de cortesãos ou de amantes de relíquias, algumas tinham feito parte da *corbeille* de noiva da faustuosa princesa, que as pusera *no prego* para levantar algumas daquelas fortes somas que eram constantemente indispensáveis à sua insaciável voracidade de dinheiro.

Piedosa e serviçalmente, alguns dos seus fieis, murmuram, em guisa de desculpa, que os empréstimos eram levantados, sacrificadas as joias, para fins de caridade generosa e larga... Mas toda a gente sabe que os gastos caritativos da rainha perdulária constituíam uma das menos importantes ver-

bas das suas despesas de luxo, eram uma das manifestações menos dispendiosas das suas régias larguezas... A beneficência entra obrigatoriamente nas «despesas gerais» de todos os ricos e poderosos, como prémio de seguro contra as cóleras de baixo, e como imposto sumptuário que, à maneira de todos os impostos, vem a incidir sobre os que trabalham e produzem.

Embora vendidas em hasta pública, algumas, segundo se diz, por preço inferior à base de licitação ou aos lanços obtidos na primeira praça, as joias produziram um pouco mais de 351 contos em moeda portuguesa.

Trezentos e cinquenta contos em joias — a preço de leilão! E por entre o povo e pelos jornais, circula o velho comentário sobre o irritante contraste entre a miséria e a opulência, entre os que até do indispensável carecem e aqueles que mesmo do supérfluo dispõem. Quantas famílias úteis não viveriam num ano com o produto daqueles resplandecentes mas dispensáveis adornos dum ser parasitário e improdutivo?...

Mas o comentário corrente é superficial.

O grande mal do vigente modo de produção não é dar demais somente a poucos: o supérfluo dessa minoria, repartido entre os pobres, não daria ainda o necessário a estes.

O maior mal do actual regime é fundar-se precisamente sobre a carestia, sobre a raridade dos pro-

ductos; é confiar a direcção da produção a uma classe, que a governa no seu interesse particular; é restringir o consumo pelo salariato; é produzir a miséria de muitos para obter o lucro e a riqueza de poucos.

Não se produz para satisfazer as necessidades de todos: produz-se para ganhar e para vender. O que regula a produção não é o consumo livre, é o restricto poder de compra do assalariado, privado da terra e de todos os meios de produzir. Quem dirige a produção não são todos os produtores-consumidores: são alguns homens apenas, são os que possuem as coisas e por elas as pessoas, são os que para ganhar e especular precisam constantemente da carestia e do assambarcamento.

E no entanto, para cómodamente alimentar, vestir e alojar todos os homens, faltarão porventura as terras desocupadas, as matérias primas, as máquinas e os materiais? Não é verdade que a miséria e a desocupação aumentam justamente quando há «excesso de produção»? que esta tem de parar ou afrouxar a marcha, porque se produziu demais, não para as necessidades reais, mas para o poder de compra do trabalhador? Não é certo que se aconselha e se pratica a destruição dum parte dos productos, da plantação e da colheita, ou se impõem medidas restrictivas da produção, para escassear e valorizar o restante, ao passo que as coisas destruidas ou restringidas faltam à maioria?

O vício da presente organização social é patente e reside na posse exclusiva da terra e instrumentos de trabalho por uma classe.

Mas as joias da rainha sugerem outra ordem de considerações. O regime de propriedade individual não impede sómente a produção abundante e a distribuição equitativa: desvia as forças produtoras para o trabalho inútil ou dispensável, quando não nocivo, sacrificando-lhe a produção do necessário. Quanta há tanta miséria por êsse mundo fora, quanto trabalho útil não é representado pelo valor daquelas pedrarias?...

A classe detentora das riquezas, na pesada e complicada engrenagem política defensora dos seus privilégios e criadora de outros, na satisfação dos seus caprichos, próprios da dominação e da ociosidade, na ânsia de ganhos fáceis e rápidos, na excessivamente complicada organização das trocas, emprega a maior parte do esforço humano por ela governado. O trabalho verdadeiramente útil e necessário cai sôbre os ombros duma minoria, condenada a longas horas de bestial labuta.

E se aos braços desocupados e mal empregados juntamos as máquinas, então imaginaremos quantas forças se poderiam aplicar ao desenvolvimento da riqueza para todos e ao alívio do trabalho! Hoje, as máquinas são temidas pelos próprios trabalhadores, pois para êles são muitas vezes a desocupação. Os patrões também favorecem muito lentamente o

maquinismo, porque os braços humanos são baratos; porque o patrão, sendo quem dirige, não é quem trabalha; e porque, neste regime, a produção não pode ser aumentada indefinidamente. Mas se os meios de produzir pertencessem a todos e a produção fosse dirigida pelos próprios produtores?

«O dinheiro é a mola real desta vida», diz-se; «o dinheiro abre todas as portas», acrescenta-se. Tudo com êle se adquire, o pão e os livros, o vestuário e o saber, as consciências e os palácios, a arte e o calçado, o prazer e os eleitores, uma mobília e um noivo, o braço do operário e as carícias das mulheres — honras, protecções, fama, amizade, tudo!

E ao mesmo tempo que se proclama, com um terror supersticioso, a onnipotência do dinheiro para a conquista das riquezas, reconhece-se com a alma dilacerada que êle deixa sôbre a vida um profundo sulco de desgosto, que êle derrama uma nódoa sôbre todos os prazeres e estende uma nuvem sobre todas as alegrias.

Pelo dinheiro, jovens, mortificados de desejos, deixam passar tristemente a mocidade, e quando enfim conseguem apoderar-se da inebriante taça do amor, é com uma prega ao canto da boca que a

levam aos lábios. Passou o tempo e veio tarde o gôzo, que só o dinheiro permite.

Quantas aspirações mortas, quantas vocações sufocadas, torcidas, desviadas, quanta obra perdida! Arte, sciência, filosofia: o dinheiro é o vosso inimigo!

Com uma moeda entre os dedos, um senhor faz consumir numa fadiga bestial, durante horas e horas, dezenas de seres humanos, famintos de algumas rodellas de cobre.

O dinheiro! Disseram-no destinado a facilitar as trocas, e êle tornou-se instrumento de tirania: disseram-no capaz de determinar o valor e de utilidade para a economia, e isso significou dividir o trabalho em leve e pesado, agradável e fastidioso, pobre e ignóbil, útil e inútil, e isso permitiu a acumulação e deu-nos o avarento! Acumular, pagar, pôr a juro, transmitir: eis o segredo da tirania!

«O dinheiro abre todas as portas. O dinheiro dá-nos tudo—a terra, o próprio céu!» E o homem lança-se atrás do ídolo, atrás do bezerro de oiro, olhos injectados de sangue, louco, cego, tropeçando, aos encontrões. E uns fazem-se avarentos, possessos da terrível loucura do «vil metal», outros, os que o tiveram sem esforço, ignorando as lágrimas e o sangue com que está cunhado, põem-se a lançá-lo ao vento, num esbanjamento de fôrças, que — estranha contradição—se torna útil!

«O dinheiro abre todas as portas!» E os homens precipitam-se desvairados em sua perseguição, batendo-se, ferindo-se, odiando-se, e deixando ao lado, sem os ver, o amor, a paz e a alegria, e deixando ao lado, sem a ver, a vida toda.

Torna-se uma ideia fixa; praticam-se todas as infâmias, explora-se, rouba-se, assassina-se, desce-se ao fundo da terra, entra-se no antro da fábrica, executam-se todas as fainas de escravo, sempre com os olhos fixos nele. Para se conquistar isso que dizem ser a mola da vida, arruina-se a própria vida!

Nessa correria ofegante—atrás de quê?—duma mentira, é a própria vida que os seres não vêem! A seu lado estendem-se vastos campos incultos para o pão, erguem-se montanhas de granito para as casas, oferece-se o ferro para as máquinas! A natureza sensual, rica, amorosa, abre os seus braços para o homem, solicita-o, convida-o:— «Aqui me tens! Fecunda-me! Sou tua! Serás rico, imensamente rico; livrar-te-ei da preocupação do dinheiro, porque no meu seio poderás sorver toda a vida, repartida entre a sciência, a filosofia, a arte e o trabalho! Ama-me. Fecunda-me. Sou tua!»

Mas êle não ouve, não vê, não compreende; tam habituado está a repetir a si próprio que o dinheiro é tudo, que é com os olhos espantados, a boca rasgada numa expressão de pasmo, que êle te fixa, se tu o seguras por um braço e lhe gritas:

—Que procuras tu? Em que consumes a vida estúpidamente? Comes o dinheiro? O dinheiro veste-te?

Louco! conquista a natureza, e não o dinheiro. Dela obterás todas as riquezas; a abundância que buscas tem-na ela a teu dispôr: porque não lha arrancas? A abundância dá-te paz, harmonia e amor.

Vai com os outros homens, em livre acôrdo, à conquista do bem-estar e de gozos; mas não corras atrás duma quimera, lança-te nos braços da realidade: a natureza, a boa amante. Porque tens fome, se ela te dá o pão? Porque andas nu, se ela te oferece o linho? Porque te fatigas tanto, porque te extenuas, se ela tem o ferro para as tuas máquinas? Porque moras numa pocilga, se ela te dá a pedra? A natureza não é de poucos: é de todos. E para que havia de ser de um impotente que a deixa estéril, se o seu seio fecundado pode a todos dar vida? Vai arrancá-la aos que a monopolizam!

Louco: livra-te da tirania do dinheiro e de quem a impõe. A mola da vida não é o dinheiro: hoje a vida está mal assente, e daí o desequilíbrio. Deve assentar sôbre o trabalho, que é o beijo que tu dás à natureza para a fecundar, e que não é essa pena de escravo que o dinheiro te causa, gerando o ódio. E a natureza ajuda-te na tarefa com as forças do raio e do vapor, com os milhões de braços

de ferro das suas minas. E's imensamente rico: porque te obstinas em viver como pobre? Abre os olhos para a vida que te rodeia!

Braços abertos, lábios ardentes, olhares voluptuosos, a natureza oferece-se: a natureza é tua! Porque não a gozas? Porque não a fecundas?

\*  
 Numa «Crónica do Porto, publicada no *Diário de Notícias* de 21 de julho, o sr. João Grave traça-nos o retrato dum seu amigo, real ou imaginário, pessimista amargo, «adversário da riqueza», que gasta o seu tempo a invectivar pelas esquinas, durante horas e horas, entre baforadas de cigarri-lhas, os ricos e a riqueza, «promotores da desordem sociológica do nosso tempo», e a rugir contra as desigualdades e iniquidades da fortuna, que são, no seu dizer, «obscenidades do destino».

Tal como nos é descrito, êste pessimista supersticioso é um vulgar descontente com as cruezas da «sorte», sem critério renovador nem doutrina social alguma. Pois é nele que o escritor parece querer combater o socialismo!

Para isso, começa por aproximar os desabafos do infeliz da doutrina de renúncia do cristianismo primitivo. E ei-lo bravamente a desfazer nessa nefasta teoria de morte de que o socialismo — seja

qual for a sua modalidade económica, comunismo ou colectivismo, ou o seu método político, anarquismo ou democratismo — é a negação mais categórica e mais completa.

Os desabafos do pessimista e a renúncia cristã, que o cronista julga formarem a essência das reivindicações modernas das «classes produtoras e exploradas», com que argumentos os critica êle? Com argumentos socialistas!... Caso alegre, não é verdade? Assim, escreve:

«Porque a ventura do homem anda, desde as mais remotas idades, intimamente ligada à sua liberdade — mas, não a liberdade expressa nas legislações. Para ser feliz, o homem carece de ser livre de leis, de regimes, de admirações, de convencionalismos. Precisa, enfim, de ser independente, não se vendo obrigado a recorrer ao auxílio de ninguém — indivíduo ou corporação — para ganhar a sua subsistência, levantando a fronte com altivez, não se vergando a cultos de qualquer espécie, não adulando quem quer que seja, reagindo continuamente contra todas as dependências, não se submetendo a determinadas imposições, afirmando incessantemente o seu carácter, o seu modo de pensar, as suas ideias, sem procurar colorilas ou desfigura-las no intuito de captar as simpatias dos dominadores. Ora, esta esplêndida independência só a riqueza lha dará. A infelicidade, o tumulto, a desordem actuais derivam, portanto, de um facto económico.»

Não poderia esta passagem ser firmada por um socialista libertário?

Ah! sim, com efeito, o mal-estar e a desordem actuais derivam de um facto económico: da miséria. Não é porque há ricos e riquezas que se tem o espectáculo doloroso de tantos males remediáveis: é porque há pobres, e é porque há exploradores e explorados, parasitas e produtores.

E' porque os ricos, detendo a terra e os instrumentos de trabalho, teem assim os meios de explorar e dominar, de escravizar a grande maioria; é porque os pobres, privados dos meios de produzir — não só dos que são obra da natureza, como o solo, mas também dos que são obra colectiva e indivisível das gerações, como as máquinas — estão por isso «dependentes» da minoria de monopolizadores da vasta riqueza social.

E' ainda porque essa riqueza social é restringida, diminuida, embaraçada pelo regime de produção capitalista — produção regulada por uma classe em seu proveito exclusivo, determinada, não pelas reais necessidades de todos, mas pelas limitadas possibilidades de compra do salariado, dirigida no sentido, não de satisfazer os consumidores, mas de enriquecer os detentores, cujo interesse está precisamente na falta e na carestia, na rarefacção e no assambarcamento, na abundância de braços desocupados e de estômagos famintos, de terrenos inculcos e de máquinas inactivas.

E' em suma porque a actual organização da sociedade é absolutamente incapaz de fazer aproveitar a todos a riqueza que é obra de todos os vivos e herança indestrinçável das gerações passadas, é impotente para desenvolver êsse precioso património comum, proporcionando-o ao número e às necessidades das populações.

E é precisamente porque queremos a liberdade, não legal, mas expressa em possibilidades materiais; é porque queremos o homem independente de facto, sem necessidade de vender os braços a um patrão e de se sujeitar às leis duma minoria; é porque pretendemos que ninguém, pela coacção directa da violência física ou pela pressão indirecta da fome, tenha de se fazer escravo, e ninguém possa subtrair-se à obrigação natural do trabalho, é porque aspiramos a essa liberdade, a essa independência, a essa riqueza para todos, que nós queremos arrancar a uma classe o monstruoso e mortífero monopólio da fôrça económica e da fôrça política, socializando os bens, isto é, restituindo a cada um o direito de usar livremente dos meios de produção, e deixando à consciência das inelutáveis necessidades naturais e ao livre acôrdo entre sócios iguais, entre os comproprietários de tudo, a organização da produção e de toda a vida social.

Naquela passagem estamos, pois, de acôrdo com o sr. João Grave, que logo em seguida escreve, porém:

«O colectivismo quer desapossar o homem de toda a propriedade para fazer brilhar na terra a luz da equidade sem névoas. Ilusão, que apenas levará para uma confusão e para um sobressalto social incomparavelmente maior do que o existente. A ânsia da fortuna activa maravilhosamente o progresso da humanidade, estimula as iniciativas, cria os famosos arrojos. O que é indispensável para a concórdia humana é descobrir a maneira de tornar toda a gente proprietária. A fórmula é esta:—Enriquecei e vivereis contentes e satisfeitos no El-Dorado de que falava o sarcástico Voltaire!»

Não, não é o socialismo que pretende tirar ao homem a propriedade: é pelo contrário o individualismo burguês que dela priva de facto a enorme maioria dos seres humanos. O socialismo quer restitui-la a todos, para os tornar livres e independentes.

E onde está o estímulo para o trabalho nos ociosos que podem viver do suor alheio e nos desgraçados que moirejam de sol a sol, bestialmente, no inferno sem esperança do salariato? Quem pode enriquecer, salvo raríssimos trabalhadores, que conseguem evadir-se do salariato, fazendo-se a seu turno exploradores e parasitas?

E' preciso «descobrir a maneira de tornar toda a gente proprietária»? Perfeitamente! E' o nosso escopo! Mas como atingi-lo?

Dividindo a riqueza social em quinhões iguais?...

Seria impossível a avaliação; e ainda quando possível fôsse, em breve voltariam a desigualdade e a miséria. Mas admitamos por hipótese todos ricos dêsse modo. Não havendo salarizados nem pobres, todos teriam de trabalhar... Como? Como se organizaria a produção? Para não «recorrer ao auxílio de ninguém, indivíduo ou corporação», trabalharia cada um para si, ou iria quando muito até às trocas individuais? Mas era então o regresso à indústria primitiva, tam escassa de produtos e tam pródiga de canseiras, era a pobreza, era a sujeição a um trabalho material exaustivo e absorvente, era a pior das dependências...

Não: a liberdade, a independência só existe na inter-dependência e na solidariedade entre iguais. Só existe na equivalência das funções igualmente necessárias à vida social. Só existe no socialismo e no trabalho associado,— com a sua indispensável garantia da liberdade individual que é para cada um o direito, em todos os casos, ao uso gratuito dos instrumentos de trabalho, a ter nos grupos produtores entrada e saída francas.

Façamos todos os homens donos de tudo. Organizemos a produção tendo em vista as necessidades reais de todos; produzamos não para a venda mas para o consumo. Façamos as trocas sem sinal de câmbio, isto é, sem o dinheiro a falseá-las, sem valores de fácil acumulação, meio de exploração, de parasitismo e de furto. Aproveitemos todas

as forças produtivas hoje desdenhadas — braços desocupados ou mal ocupados, parasitas, improdutos, terras incultas, máquinas inactivas, matérias primas, materiais de construção, forças naturais inaplicadas, progressos da técnica, descobertas científicas — e promovamos a abundância para todos e para todos o trabalho breve e ameno. Constituamos a sociedade pela forma mais livre e maleável, da unidade para a colectividade, sob o impulso das necessidades naturais e pelo jôgo das afinidades, o indivíduo autónomo no grupo, o grupo na federação. Não teria assim o indivíduo a maior soma de independência?

A independência material aumenta com a solidariedade. Na sociedade actual, dividida em classes, há dependência e subordinação de escravos. Numa organização socialista livre, de propriedade comum e trabalho associado, teria cada um cada vez mais garantidas todas as vantagens da civilização. O próprio trabalho associado evoluiria no sentido da maior elasticidade, do menor número de vontades a congregar, da maior individualização—pela crescente abundância e generalização da força motriz e pelos progressos gerais da técnica.

Outra independência não há. Onde todos são interdependentes e solidários, ninguém depende de outrem. Onde a riqueza é de todos, ninguém é pobre e servo.

O único meio, pois, de tornar todos ricos é so-

cializar a riqueza. A maneira única de fazer toda a gente proprietária é restituir à comunidade a propriedade do solo e dos meios de produzir. A imensa maioria está privada de propriedade: o socialismo pretende que lhe seja restituída, e com ela a liberdade, não legal, mas de facto, expressa em realidades e possibilidades económicas.

## XIV

8 DE AGOSTO

A *Aurora* foi querelada por dois inócuos artigos, em virtude da lei contra os antimilitaristas, que pune com multa e prisão quem aconselhar, instigar ou provocar o não cumprimento dos «deveres militares» ou a prática de actos atentatórios da dignidade e independência da «Pátria», embora tais conselhos não sejam seguidos de efeito.

E' pois o «delito de pensar» que se pune, como no tempo da Inquisição, à parte os meios de repressão que o progresso dos tempos suavizou. Sempre que se limita e define a liberdade de pensamento, é criado aquele delito que ingénuos poderiam supor extinto. O critério autoritário é o mesmo hoje e sempre. Quem define a liberdade? A autoridade, juiz e parte. Ela diz ao «cidadão»: «Tu és livre de pensar como eu penso».

Hoje falta um grande partido de opposição, como era na monarchia o republicano; e por isso, em quanto se não puder criar uma nova opinião, desta vez verdadeiramente popular, antiburguesa, bastará à classe dirigente afirmar que a democracia é a liberdade e chamar Pátria ao Estado, falar ao povo em nome da Pátria e da democracia, apodar de *talassas* e cúmplices da reacção os inimigos de classe, para obter a aprovação ou a indiferença ante as suas medidas repressivas.

A burguesia republicana pode pois abusar da sua força momentânea e apressar, por contragolpe, a formação da opinião nova, que não se lembrará sequer dum passado bem morto, mas apoiará a marcha para a frente. E abusar sem necessidade, como no caso em discussão. Que intensidade tinha, com efeito, a propaganda antimilitarista num país de movimento operário incipiente e de condições politicas tais que a questão não assume a urgência e a importância que tem nos grandes países industriais e militaristas? Mas é preciso macaquear a gente grande...

Ao menos, por originalidade e em homenagem ao famoso bom-senso português, cominassem penas adequadas ao grande e horrível crime de lesa-pátria. Que dá a «Pátria» aos cidadãos? Os direitos, limitadíssimos na prática, de ser eleito ou escolhido para as funções directivas do Estado e de viver pinguentemente do erário publico; e o mais geral de

eleger os amos. Os outros direitos tem-no qualquer estrangeiro em nossa «pátria», qualquer emigrante nosso em «pátria» alheia. Pois bem: aos maus cidadãos, que ousam pôr em dúvida os «deveres militares e patrióticos» cortem-se implacavelmente esses direitos correspondentes. Não sejam eleitores nem elegiveis. Excluem-se afrontosamente do exercito. Negue-se mesmo a esses individuos o qualificativo de cidadãos.

A cada direito corresponde um dever: quem recusa cumprir este, deve ser impiedosamente privado daquele. E' de justiça — e é bastante.

\*  
Não é raro ouvir dizer, especialmente em período de opposição republicana, que a democracia é pacífica e inimiga de armamentos; mas a verdade é que, não sendo antimilitarista nem antiguerreira a burguesia, não o pode ser tampouco a sua mais lídima e pura forma política.

Nos grandes países, industrialmente desenvolvidos, há um poderoso partido favorável às conquistas dos mercados, às expedições coloniais e às guerras para esmagamento de rivais e concorrentes; e em todos os Estados, grandes ou pequenos, a burguesia, que chama «Pátria» ao seu património burocrático e financeiro, à expressão política dos seus interesses económicos, trata de exaltar o sentimento

popular para a defesa dêsse património e garantia dêsses interesses. Em todos êles igualmente se cria uma forte coligação de grupos directamente interessados nos armamentos, na multiplicação de batalhões, no desenvolvimento do militarismo.

Em face disto, que há-de ser o Estado senão militarista, tanto mais profundamente quanto mais directamente emanar da burguesia? Assim, nos Estados, onde há sobrevivências monárquico-aristocráticas e um predomínio clerical, e onde o exército pode até representar um perigo imediato para as instituições, traduzindo em factos as aspirações das democráticas classes médias, opera-se amiude uma mudança politica em que, com o triunfo da democracia, o clericalismo, principal apoio das instituições destruídas, cede o lugar ao militarismo, instrumento e base das instituições vitoriosas, trocando-se o culto de Jesus Cristo e da cruz pelo culto da «Pátria» e da bandeira, fazendo-se do nacionalismo burguês a condição essencial do ressurgimento do Estado.

O que a burguesia liberal e democrática entende afinal por militarismo e às vezes combate como tal é apenas a subordinação da sua burocracia e dos seus políticos às classes armadas, no govêrno da nação, é o predomínio da burocracia militar, que deve ser unicamente, nas suas mãos, um instrumento cego e obediente, uma guarda de segurança e de confiança, em cujos braços, sem embargo, a

«sociedade civil» se abandona incondicionalmente, nos momentos de pânico e de perigo, sobretudo diante das classes exploradas em revolta.

Para nós, porém, o militarismo é a própria existência da fôrça armada — instrumento de defesa capitalista e de repressão governamental; é a missão que essa classe exerce, o parasitismo que ela representa, o dispêndio de energias improdutivas que ela provoca, a resistência improgressiva dos interesses que ela cria, a ameaça para todas as liberdades que ela estabelece, o espírito de autoridade e de obediência passiva que ela forma e propaga, o partido militarista e guerreiro que ela necessariamente promove e desenvolve — o partido dos militares profissionais, orgulhosos da sua função e ávidos de promoções, dos jovens burgueses aspirantes à carreira militar, dos exportadores e funcionários coloniais, dos beneficiados das indústrias militares, dos fornecedores do exército e da marinha, do comércio das pequenas localidades possuidoras ou desejosas de um quartel e até dos operários empregados nesses ramos de produção e de troca. E' certo que o elemento proletário, penetrando nas indústrias de guerra e compondo a massa da fôrça armada, pode acabar por se recordar da sua origem e dos seus interesses de classe e constituir um perigo para a dominação burguesa, dentro da própria praça; mas isso é aquela regra — que as instituições trazem em si o germe da sua

própria morte, e contra êsse germe luta o militarismo, luta o Estado com o maior desespero e violência.

Mesmo compreendido na acepção restricta que lhe dá o simples democrata, o militarismo resulta inevitavelmente da existência e alargamento do órgão militar do Estado.

Se, com efeito, o exército se desenvolve, como quereis que êle não predomine? Como quereis que êle, aumentada a sua fôrça, se resigne ao papel de simples instrumento maneável? Não é tendência constante de cada instituição detentora de fôrça e de influência o alargamento das suas atribuições e do seu poder? Não estão empenhados no continuo desenvolvimento do militarismo e do seu espirito os poderosos interesses que êle gera?

Tal é a teoria liberal; tal deveria ser a doutrina da democracia realzada; mas a democracia é um instrumento político de classe, não a expressão dos interesses e liberdades gerais. Na prática, democracia e militarismo casam-se perfeitamente. E se em teoria se descobre uma irreductível opposição entre os dois termos é simplesmente—ou porque se dá ao militarismo um sentido extremamente ténue e incolor, ou porque à democracia se empresta, no mundo ideal, uma significação que ella não tem na realidade.

\*

15 DE AGOSTO

Continuam os actos de intolerância sectária a propósito do «hino nacional», contra os incrédulos que não possuem a bossa do respeito feiticista por ídolos e por símbolos.

No tempo da monarchia, havia numerosos republicanos que faziam gala de enterrar ainda mais na cabeça o chapéu ao som do desconsiderado «hino da Carta»—e o irreverente gesto não lhes era relevado, ao menos nos centros populosos, por debilidade de convicções ou impotência dos adversários.

Houve mesmo uma ocasião em que foi ditirâmicamente cantado o «chapéu do sr. Afonso Costa», a propósito dum sarau de S. Carlos, durante o qual, em presença das majestades, os acordes officiais do Estado monárquico não tiveram o condão orfeico de fazer erguer do assento e do coiro cabeludo o traseiro irreverente e o irreverente penante do popular caudilho democrático.

A respeito das procissões e das passeatas públicas do «santissimo sacramento», a attitude da maioria dos republicanos era idêntica; e não cessava o protesto, pelo facto e pela palavra, contra a humilhante e insofrível imposição dum respeito não sentido. Está na memória de todos o acto do dr. Alexandre Braga, que se conservou coberto à passagem de um qualquer símbolo religioso e sofreu por isso dissabores.

Pois bem: os republicanos defendem agora a mesma intolerância, com os mesmos sofismas e ainda maior número de sopapos.

Aos monarquistas dizem eles que os símbolos da República triunfante o são igualmente da «Pátria», e ao menos como tais devem ser respeitados por todos os patriotas. Mas esquecem-se de que símbolos oficiais da «Pátria» (isto é, do Estado) eram também os da monarquia, como recentemente foi reconhecido pelos republicanos, acolhendo o republicano espanhol D. Rodrigo Soriano com a *Marcha Rial* de Espanha e saudando respeitosa-mente a música rialista como hino duma nação; e no entanto êsses mesmos republicanos, sob a rialeza, até em solenidades internacionais se conservavam cobertos e sentados, quando ao som do «hino da Carta» se erguiam monarquistas e estrangeiros.

Aos internacionalistas e a todos dizem eles que o irrespeito pelo hino e pela bandeira é uma provocação e uma ofensa às ideias e à liberdade alheias e que deve retirar-se quem não quer prestar o culto exigido pelos outros. Mas esquecem-se de que eram êsses precisamente os míseros argumentos dos católicos e monarquistas. Esquecem-se do que então triunfantemente responderam: que a rua é lugar público, que em tal caso as procissões eram igualmente uma provocação aos sentimentos liberais e que os republicanos e livres pensadores teriam, por

aquele raciocínio, o direito de exigir que todos pusessem a chapéu e ninguém manifestasse um irritante respeito por ídolos grotescos e símbolos detestados.

Mas embora os republicanos tenham teóricamente razão, o seu direito (não digo a sua força) limita-se a demonstrar essa razão, não a impô-la pela violência, como todos os fanáticos e intolerantes.

Aos monarquistas tem de demonstrar por actos e palavras, com a ajuda eficaz do tempo, que a república é superior à monarquia e está sempre identificada com a «pátria».

Aos revolucionários sociais, homens não do passado, mas do futuro, tem de demonstrar—tarefa, em verdade, bem mais difícil—que o Estado equiva- le a Pátria e que esta pertence a todos, a todos dá iguais direitos e vantagens e de todos merece iguais deveres e sacrifícios. Depois disto, ainda lhes restaria provar a necessidade de símbolos patrióticos e dum culto externo em honra dos mesmos símbolos.

Esse direito lhes cabe, aos republicanos, como lhes cabe o de defesa pelas armas, quando pelas armas são atacados; mas nunca, em caso algum, lhes pertence o da imposição violenta de ideias, de sentimentos ou de gestos.

E, além de tudo, qual é o resultado de tal imposição?

Dêsse modo, os republicanos apenas fomentarão nos rebeldes a revolta e a irritação, e nos indiferentes, nos fracos e nos submissos a hipocrisia, a dissimulação e a cobardia de espirito: para si ganharão sómente o descrédito que recai sobre todas as espécies de intolerantes e violentos. Há livres pensadores que, prezando sobretudo o apostolado das suas ideias, desejando-as largamente difundidas pelas massas e não querendo irritar os sentimentos primitivos e obscuros dos crentes nem inutilizar de antemão a sua própria obra de propaganda, se sujeitam em certos casos a algumas manifestações exteriores de respeito por um culto. Mas quererão os republicanos, que se intitulam liberais, merecer essa mesma piedade de médico pelos retardatários?...

Com a violência e a imposição do seu culto, nem sequer ficarão a conhecer os seus verdadeiros e mais perigosos inimigos: obedecer-lhes-ão os débeis de espirito, as indiferentes, os hipócritas, os dissimulados e os que teem que esconder e disfarçar; não lhes obedecerão as almas rebeldes e altivas, os sinceros e corajosos, os que nada precisam de encobrir.

Em quanto se reclamam couraçados e canhões, continua por outro lado o barulho em tórno dos aeroplanos, que em breve teremos por ai a adejar... e a quebrar as asas em terra. Os aeroplanos, com efeito, prestam-se maravilhosamente a êste ruído reclamista: oferecer um navio era empresa árdua e, entre nós, quase impossível. O aeroplano está mais ao alcance das bolsas dos ricos beneméritos e das subscrições dos jornais. E' facil, elegante, moderno e ruidoso. Que a sua utilidade militar seja discutível, que esteja ainda por demonstrar o seu valor, que sejam diários os desastres da aviação, isso não importa aos egrégios patrioteiros que não tencionam perder-se pelas nuvens...

Se fossem por diante os projectos grandiosos dos nossos guerreiros de gabinete, a República, que prometia o desenvolvimento da riqueza nacional e da instrução, traria o aumento ruinoso dos encargos militares, das despesas improduttivas!

E quando essas «despesas improduttivas» se tornassem «produttivas» para um número crescente de interessados, quando do militarismo vivessem poderosas corporações e numerosos indivíduos, quando em tórno do famoso lábaro do *si vis pacem para bellum* se formasse uma invencível coligação de interesses, um grande e insaciável partido em-

penhado no constante aumento dos armamentos e até na promoção de guerras e expedições (prepara a guerra, se queres a paz...), então seria impossível voltar atrás— a não ser pela revolução.

E para quê? Pode porventura este pobre e pequeno país garantir-se suficientemente contra uma potência, mesmo de segunda ordem, e contra as combinações diplomático-financeiras dos poderosos? Se não lhe faltasse gente, aonde iria buscar o dinheiro, que é o principal nervo da guerra e da paz armada?

Mesmo para aqueles que entendem que um país se deve armar, deve estar em primeiro lugar a criação de riquezas, o desenvolvimento das indústrias e da instrução. Sem isso, as despesas improdutivas são ruinosas e insuportáveis. Seria necessário pedir milhares de contos, sobrecarregar ainda mais o contribuinte, embaraçar ainda mais as anémicas indústrias, intensificar a emigração, ir de encontro ao que se pretende evitar— a perda total da autonomia política, pela bancarrota e pela administração estrangeira, franca e declarada (porque encoberta já ela existe nos países pobres e sem finanças). Seria o suicídio, sob o pretexto de defesa.

O progresso industrial, o aumento do poder económico seria, aliás, de per si, o melhor resguardo contra qualquer veleidade estrangeira de conquista, de imposição de regime ou de fiscalização.

Uma guerra afim de impor um regime político noutro país civilizado seria hoje para qualquer governo um grosso problema e uma terrível aventura. Nenhum deles está seguro em sua própria casa— e a Espanha menos que qualquer outra monarquia...

Para conquista? A aventura seria perigosa pelos mesmos motivos e, embora tivesse êxito, não seria compensadora. Um país bárbaro, como a Argélia, a Tunísia, a Tripolitânia e Marrocos, onde não está constituída a propriedade, é na verdade *conquistado*: as tribus são despojadas das suas melhores terras, são rechaçadas para as charnecas e areias estéreis e a administração política e financeira passa toda para as mãos dos conquistadores, que impõem aos vencidos os seus produtos e exploram as riquezas mineiras, agrícolas e industriais da colónia, sujeitando os naturais a vexatórios impostos e a um trabalho duro e mal retribuído. Leiam os belos livros de Vigné d'Octon. Tal não sucederia com a anexação dum país moderno: a sua indústria, quanto mais desenvolvida estivesse, maior concorrência iria fazer à do país anexador, para a qual as fronteiras são um muro de protecção; seria respeitada a propriedade, bem como os direitos políticos; respeitada a burocracia; os políticos teriam diante de si aberta a mesma carreira... como o general Botha do Transvaal; tudo enfim ficaria mais ou menos na mesma, salvo para o vencedor o aumento das despesas militares e das complicações internas e

para todos, vencedores e vencidos, os males da guerra...

E estes seriam sobretudo para os trabalhadores. Porque os pobres, ficando sempre pobres em caso de derrota ou de vitória, de independência do Estado ou de anexação, tendo em todos os casos de ganhar um magro salário em troca dum trabalho duro, de lutar contra os patrões e o governo para melhorar a sua sorte e de emigrar para o estrangeiro se na pátria não encontram sequer quem os explore, os pobres com o que perdem sempre, vencidos ou vencedores, é com a guerra. Este é que é o verdadeiro mal que eles devem evitar e contra o qual tratam de forjar armas os mais conscientes, os que pretendem ver os operários combater, não os irmãos de além-fronteiras, para defesa de interesses alheios, mas a exploração económica e a opressão política de que são vítimas.

E dessa ameaça de revolução contra a guerra, não deveriam lamentar-se agora as pequenas nações, que nisso teem uma das melhores garantias de paz...

Para os burgueses, cujos interesses aliás são internacionais, a «Pátria» não é o mesmo que para o povo trabalhador, sobretudo o das campos: para este, que ignora fronteiras, geografias e políticas, a pátria é o torrão amado, onde ele, ai! tanto, tanto

quisera estar seguro do pão de cada dia e ser verdadeiramente livre e independente, livre do imposto que o esmaga, independente do amo que o explora, sem a ameaça de guerras causadas por interesses que não são os seus, sem que lhe viessem roubar os filhos mais robustos para defesa do que não tem, sem que a miséria o obrigasse a emigrar, como um sem-pátria... Aquilo a que o burguês chama Pátria é, sem tirar nem pôr, o Estado, isto é, o conjunto das instituições autoritárias — económicas e políticas — da oligarquia dominante, o território, de limites convencionais e variáveis, sobre o qual se exerce o domínio político e económico dessa oligarquia.

Eis porque Carlos Marx proclamou que «o proletário não tem pátria», isto é, que para o assalariado pobre a independência nacional não é a independência económica e política.

Sim, o proletário ama o torrão natal, o lugar onde cresceu, brincou, amou. Mas que tem que ver esse amor natural, espontâneo, voluntário, com o «patriotismo» político que os seus governantes e exploradores lhe pretendem impingir pela força e pelo embuste?

Porque há-de ser solidário sómente com os que vivem dentro da mesma convencional e transitória fronteira, em lugares diversos e para ele desconhecidos, muitas vezes com hábitos, caracteres, tradições e dialectos diferentes, e não o há-de ser com

os outros homens, como o galego com o catalão, o bretão com o provençal, o genebrês com o suíço alemão, o escocês com o inglês, sobretudo nesta época de comunicações rapidíssimas, de trocas incessantes, de civilização difusa, de emaranhados interesses internacionais?

Ainda se êle conquistasse a pátria... para ter que defender! Antes disso, o Estado, isto é, a pátria oficial burguesa, contradiz e mata a pátria natural.

Despojado de tudo pelo proprietário, sujeito ao patrão pela privação dos meios de produzir, oprimido e espoliado pelo Estado, com os seus guardas, os seus impostos, o seu tributo de sangue, o proletário não vive livre e independente na sua «pátria», não possui nela eira nem beira e vê-se amiude obrigado a abandoná-la, a abandonar os seus, a abandonar o lar, com o coração dilacerado, em busca de melhor salário. Que a fronteira se estenda ou se estreite, para o proletário o torrão natal será sempre o mesmo e nele serão sempre as mesmas as suas condições de vida.

O proletário tem uma solidariedade especial, além da solidariedade humana; mas é de classe, é internacional, é com todos os oprimidos e explorados contra todos os governantes e proprietários. É a solidariedade necessária para abolir as classes, as fronteiras e os governos; para formar a federação, não de províncias e de Estados, mas de grupos

produtores; para conquistar para todos a posse da terra, a liberdade de viver no seu lar e no seu torrão, com os seus hábitos e o seu modo de ser, sem peias nem senhores, sem emigração forçada,— para conquistar enfim a verdadeira independência económica e política de cada um.

\*

30 DE SETEMBRO

A imprensa burguesa ocupou-se bastante, entre nós, da «conversão» de Hervé, falando dêste assunto como um cego de nascença fala de côres.

A verdade é que não houve propriamente uma conversão, mas sim na frase do mesmo Hervé, uma simples «rectificação de tiro».

Hervé foi sempre um adepto convicto da «conquista dos poderes públicos» e do socialismo democrático, isto é, do socialismo realizado e mantido pelo Estado, organizado de cima para baixo.

A êste fim corresponde naturalmente um método, uma tática: a organização de um partido politico parlamentar e centralizado, que faça como todos os partidos democráticos e lute no mesmo terreno, sendo-lhe subordinada a acção das massas, destinadas a dar-lhe fôrça e prestígio e a içá-lo ao poder.

Ante, porém, o triste espectáculo da degeneração do partido socialista-democrático, absorvido

pelas suas preocupações eleitorais e conquistado pela política parlamentar, Hervé, dotado de temperamento fogoso, lançou-se irreflectidamente no antiparlamentarismo, no insurreccionalismo e na exaltação da acção directa, procurando arrastar a pesada máquina partidária.

E como dispõe de uma grande habilidade jornalística e de um talento de polemista vigoroso, Hervé foi grandemente escutado, porque em França se estava farto de cozinha eleitoral e parlamentar e também de pesadas divagações teóricas...

Que era de esperar desta atitude?

Era razoável esperar — e muitos esperaram — que, sendo o método de acção o que mais separa e distingue os partidos, conduzindo cada tática, cada caminho seguido, a uma meta por vezes imprevista para o próprio caminhante, Hervé viesse a abandonar o seu partido e a aproximar-se dos anarquistas, tanto mais que mostrava por êles a cada passo a sua simpatia, cercando-se de alguns deles, jovens e combativos.

E era também razoável esperar que, reparando a tempo na direcção errada, que não o conduzia ao seu socialismo estatista, mas à ruína do Estado e do seu partido, «rectificasse o tiro», isto é, voltasse ao «bom caminho», tanto mais que a sua marcha era incerta e contraditória...

E foi este último caso que se deu, levando Hervé em sua companhia aquêles três ou quatro moços

entusiastas que, revolucionários por temperamento, sofrem a ascendência moral e intelectual de Hervé (é este que modestamente o declara) e seguem embevecidos velhas teorias expostas com brilho novo, não tendo sido retidos entre os anarquistas por uma organização suficiente e uma propaganda bem clara e metódica.

Rectificando o tiro, Hervé acha agora que exagerou o seu antiparlamentarismo; que ofendeu o partido, magoando os parlamentares; que o partido eleitoral pseudo-socialista, corruptor do socialismo, é... o socialismo em pessoa; que a C. G. T. deve estreitar com êle uma aliança...

Quanto ao antipatriotismo, o que deu origem ao boato do seu arrependimento é a seguinte passagem do prefácio de *Mes crimes*: «Esta palavra *antipatriota* é falsa no sentido absoluto, pois se conseguíssemos fazer triunfar entre nós uma República social digna de ser defendida e verdadeiramente superior às pátrias vizinhas, ainda mantidas sob o jugo capitalista, nós seríamos os seus defensores mais ardentes e os mais fogosos dos patriotas».

E Hervé esclarece no seu jornal (*La Guerre Sociale*, 24 a 30 de julho): «Nunca denunciei o meu antipatriotismo de outrora como um «erro pedagógico»; manteve, pelo contrário, todo o meu pensamento, todas as minhas conclusões subversivas sobre a atitude em caso de guerra, explicando bem

— bastante claramente para que nem os mais tapados possam equivocar-se—que a palavra, e só a palavra *antipatriotismo* é que constituia êrro pedagógico, pois era equívoca e pouco clara.»

Por nossa parte, achamos também equívoca e pouco clara a palavra *antipatriotismo*, mas por motivos diversos dos de Hervé. A revolução e a sua obra, defendê-las-íamos mesmo sem «patriotismo nacional», em qualquer ponto do globo onde nos achássemos.

Outras são as nossas razões. Por patriotismo entende o povo um sentimento forte e natural — o apêgo ao torrão e ao meio em que nos criámos. Para conhecer o seu vigor, basta emigrar, e senti-lo, e estudar as ideias dos que o sentem. Basta ver como êle é vantajosamente explorado pelos políticos e patrões, que o misturam e confundem com o falso patriotismo nacional, político, de Estado; basta ver como, por exemplo a colônia portuguesa do Brasil, desfrutada na sua ignorância e boa-fé, chegou a identificar o amor à terra natal com o lialismo monárquico e com a forma política do Estado.

Não devemos, pois, logo na taboleta, antes de toda e qualquer explicação, cometer o «êrro pedagógico» de atacar e ferir brutalmente êsse forte sentimento natural, que demais é necessário para garantir, numa sociedade humana sem antagonismos económicos, a distribuição equilibrada da população e a exploração pacífica do glôbo.

O que devemos é destrinçar o que é positivo e benéfico no patriotismo do que é artifício político e exploração burguesa. Devemos dizer ao povo que o seu patriotismo natural e pacífico é contrariado e destruído pelo capitalismo e pelo Estado — e a prova mais palpável é o facto doloroso da emigração forçada.

Devemos dizer-lhe que o socialismo anarquista, assegurando ao indivíduo a independência económica e política, não legal, mas de facto, é o único regime que dá a cada um a plena posse e o livre desenvolvimento da sua personalidade, com todos os seus modos de ser—étnico, moral, intelectual, fisiológico. Pela livre federação económica é que o sentimento natural de pátria será verdadeiramente respeitado e garantido.

Resta o «militarismo revolucionário», que já existia em germe no hervêismo.

«Nunca prêguei, em nome do «militarismo revolucionário», esclarece Hervé, a submissão à disciplina e o respeito pelos oficiais: aos soldados e oficiais prêguei a revolta para o caso de os quere-rem mandar marchar contra o povo ou contra os nossos camaradas dos outros países... Comecei há mês e meio um estudo sôbre a atitude dos povos contra a guerra, estudo que é uma agravação de quanto tenho escrito sôbre êste assunto.»

As ideias fundamentais de Hervé permanecem. O seu lema continua a ser a frase de Vaillant:

«Antes a insurreição do que a guerra!» Os meios que êle propugna são: antes da declaração de guerra, se esta fôr tida como inevitável, se do perigo iminente puder ser convencido o povo, a greve geral nacional, sobretudo das indústrias militares e de transporte; caso contrário, sendo já a declaração um facto, havendo já ordem de mobilização, a insurreição na rua e nas casernas.

«O meu militarismo revolucionário, escreve Hervé, não é uma atenuação do velho antimilitarismo: é pelo contrário uma acentuação e um prolongamento dele. Como nunca se fez revolução sem exército, queremos conquistar o exército, para o empregar nos nossos fins socialistas e revolucionários. O exército, com a sua juventude ardente, com os seus pequenos funcionários mal pagos que são os sargentos, com os seus intelectuais pobres e idealistas que são a maior parte dos oficiais, é nosso se lhe sabemos pegar.»

Como se vê afinal, Hervé quer a «conquista do exército» á maneira de todos os republicanos, de todos os revolucionários que aspiram a uma simples revolução política, deixando subsistir todas as engrenagens do Estado.

Nesse sentido, a «conquista do exército» faz parte da «conquista dos poderes públicos», e dentro desta faz *pendant* com a famosa conquista do parlamento.

E no que isso vem a dar, é sabido: são afinal os

parlamentos, são afinal os poderes públicos que conquistam os socialistas, e seria o exército que conquistaria a Revolução, assassinando-a.

Com efeito, como entende Hervé essa conquista? Naturalmente á maneira de qualquer democrata: o exército deve ser conquistado como tal, com a sua hierarquia e o seu espirito autoritário. Aconselha-se mesmo a conquista de divisas e galões. Uma preocupação revela bem o pensamento de Hervé: nada de magoar e irritar, com sistemáticos ataques ao exército e aos militares profissionais, os oficiais pobres e idealistas, que são a maioria.

Ora os que se magoam e irritam, são os que não perdem o espirito de classe e o espirito de casta. Conservando-se êsse espirito burguês e militarista, o militar profissional pode aderir superficialmente, aparentemente, ao socialismo, mas traz um germe de degeneração para a ideia e uma ameaça para a revolução, que êle tenderá a tornar simplesmente política, como «conquista do Estado» para reformar do alto a sociedade e reproduzir as formas autoritárias.

E' o mesmo caso que se deu a respeito da pequena burguesia, a que aliás pertence em grande parte a corporação agalorada.

Atacava-se a pequena burguesia como ferozmente reaccionária, opondo-se dum lado ao desenvolvimento do capitalismo e do outro ao progredir do socialismo.

Disse-se então da pequena burguesia como Hervé do militarismo profissional: que ela seria nossa, se lhe soubéssemos pegar.

Mas como? Prêgando-lhe francamente o ideal socialista revolucionário? Mostrando, a essa classe intermédia, a sua posição falsa e incerta e o seu papel nefasto? Provando-lhe que o seu verdadeiro interesse, o seu interesse superior, está em cooperar resolutamente com o proletariado na revolução social?

Alguns assim pensaram; mas outros, pertencentes ao mesmo partido estatista de Hervé, entenderam democraticamente essa conquista e fizeram-se campeões da pequena propriedade e do pequeno comércio, lisonjearam a pequena burguesia nos seus interesses imediatos e mesquinhos e nos seus preconceitos. Os pequenos burgueses aderiram com as suas preocupações e aspirações de momento e trouxeram grande fôrça eleitoral ao socialismo parlamentar; mas corromperam o ideal socialista e a ideia da revolução.

Do mesmo modo, a corporação agaloada, o exército conquistado pelo alto, com os seus quadros e o seu espírito, traria grande fôrça militar àquela espécie de pseudo-socialismo, mas completaria a sua degenerescência e ajuda-lo-ia eficazmente a empalmar a revolução social e a reduzi-la a uma simples revolução política.

Outro deve ser o nosso papel, a nossa atitude.

Devemos mostrar francamente a todos a missão do exército, instrumento do capitalismo, sustentáculo do Estado. E quando chegar o momento, como se diz no *Evangelho da Hora*, «os que estiverem prontos saberão o que hão-de fazer — onde quer que se encontrem.»

Os oficiais aderem? Tanto melhor. Mas que o façam conhecendo bem o nosso escopo, que é a abolição da propriedade privada e do Estado. Que o façam com a ideia de que o exército se dissolverá e não será substituído por outro, por mais «nacional», miliciano e democrático que o digam: não queremos que a revolução seja traída e que o socialismo seja destruído pela reconstituição franca ou disfarçada dum privilégio económico ou burocrático.

Se a revolução tiver de ficar por algum tempo limitada a um país iniciador, se não for ou não se tornar rapidamente, como é mais provável, internacional, se subsistirem Estados agressivos e livres de perturbações internas (tudo hipóteses duvidosas, sobretudo no caso de Portugal, que não será dos primeiros...), se a revolução, em suma, tiver de ser defendida contra os inimigos estrangeiros ou nacionais, êsse encargo não competirá a uma classe especial armada, mas ao povo todo. Todos serão «soldados», isto é, cada um terá consigo a sua arma e aprenderá a maneja-la, e todos se baterão ao mesmo tempo ou por sua vez.

Essa defesa será organizada, não autoritariamente, por uma casta militar, de cima para baixo, mas em sentido contrário, pelo livre acôrdo, pela livre escolha dos técnicos e instrutores, com uma disciplina voluntária e consciente. Um grande ideal unirá a todos e haverá então realmente que defender — porque tudo será de todos. Exemplos históricos, embora ainda incompletos, fazem prever o valor e a eficácia dessa organização.

Isto será a verdadeira «nação armada». Os autoritários falam-nos às vezes de nação armada... nas mãos do Estado; nós queremos o povo armado... nas mãos de cada um.

Demais, não se deve contar muito com os oficiais.

Hervé cita amiude, em apoio da sua tese, o exemplo da insurreição portuguesa de 4 de outubro.

Em primeiro lugar, a insurreição lusitana foi um simples movimento político, não muito profundo nem demorado. Outra coisa bem diferente será a revolução para a abolição das classes.

E que vimos nós, ainda assim?

Vimos o valor dos grupos civis, que foram quem sublevou o exército. Esta sublevação começou por infantaria 16, mas pelos soldados e contra os oficiais. Ao chegarem ao quartel de artilharia 1 os insurrectos, um oficial interroga um soldado do 16:

— Quantos oficiais trazeis?

— Nenhum, nem são precisos!...

E depois, na Rotunda, são os oficiais que hesitam e que fogem, aconselhando a debandada. Ficam os populares, alguns soldados, poucos sargentos e um oficial da administração naval... Nos outros regimentos, os oficiais comprometidos conservam-se fieis ao rei e obedecem, embora molemente... A marinha revoltada tinha mais oficiais; mas eram ainda os simples marinheiros os mais entusiastas; os que queriam precipitar a acção e o desembarque. E não nos esqueçamos do povo não combatente, que tanto contribuiu para enervar e desorganizar as tropas semi-fieis. A insurreição foi mais popular do que militar, e dentro do exército foi mais dos soldados rasos que dos oficiais.

Tratava-se unicamente duma revolução política. Imagine-se agora a revolução social.

Então, do lado do povo trabalhador, fardado ou à paisana, não haverá sómente uma vaga aspiração e as democráticas promessas dos políticos. Bem mais digno de entusiasmo e de sacrificio será o fim alvejado. Como disse Marx, os proletários nada terão que perder na revolução, salvo as suas cadeias, e terão um mundo a ganhar.

Pelo contrário, os militares profissionais vacilam ante o receio de perder a posição, como vacilam nas simples revoluções políticas, das quais entretanto podem tirar honras e proventos; mas terão ainda outro travão, do qual bem poucos pode-

rão libertar-se: os interesses imediatos de classe e os preconceitos de casta.

Felizmente, os insurrectos poderão então dizer, ainda com mais razão do que o soldado do 16, que os officiaes não são indispensáveis de todo. A revolução social não será um simples combate nas ruas; na capital, para tomar posse da máquina central de governar. A greve geral insurreccional e expropriadora será muito mais profunda e muito mais geral do que isso: será o povo a emancipar-se a si próprio.

## XVII

No seu solar antigo, no meio de ainda vastos domínios, mal cultivados e mal administrados, habitava um velho fidalgo meio arruinado, com a mulher, alguns filhos, alguns comensais e hóspedes, numerosos cortesãos e bastantes lacaios fieis. A mulher, que era muito devota, contava no seu séquito uma turba de padres.

Toda essa gente vivia do rendimento das terras, sem fazer outra coisa senão prepotências e desperdícios e um ou outro gesto caritativo, largamente trombeteado; e todos porfiavam em adular o chefe, que do seu lado se remirava constantemente no passado e nas tradições, nas glórias dos tempos idos, nas valentias e méritos dos antepassados.

Os domínios, ainda vastos, eram administrados, mais mal do que bem, por alguns grupos e familias de rendeiros, que no fim de contas possuíam e governavam tudo mais efectivamente do que o senhor

hereditário e a sua côrte, endividados e insaciáveis. Mas os rendeiros, em geral, mais ou menos abertamente, combatiam os desperdícios e prepotências do proprietário e sua gente, achavam que o desgoverno dêstes embaraçava a marcha dos negócios e as bemfeitorias da propriedade, sobrecarregada de dívidas e hipotecas, que o seu parasitismo lhes cerceava a êles parte dos lucros e rendimentos, e por isso falavam em expropriar e expulsar essa raça sugadora e ociosa.

Nesse intento catequizavam os numerosos trabalhadores — agricultores e artífices — que labutavam sob as suas ordens, mal pagos e miseráveis. E como estes viam tudo atrasado, lavoura e ofícios, como lhes faltava o trabalho e tinham amiude de o ir procurar fora, longe do lar, como os irritava a vida regalada e improdutiva dos senhores, como lhes prometiam maiores facilidades no viver e a participação na administração das terras, a catequese fez rápidos progressos.

O objecto principal dos ódios dos mais inteligentes, dos que viviam nos maiores agrupamentos de casas, eram os padres da fidalga: estes punham e dispunham, estavam sempre ao lado das violências e abusos e tratavam de justificar o roubo e o parasitismo dos grandes e de reter as cóleras dos pequenos, impingindo a estes certas histórias de duendes, de entes misteriosos e omnipotentes e de castigos eternos. Essas histórias ressaltavam cada

vez mais como grosseiras invenções; e por isso aos trabalhadores mais activos vinha uma grande irritação contra a burla secular.

Enfim, um dia estalou uma revolta, e o fidalgo, a sua familia, os seus fâmulos e os seus padres foram postos fora das terras. Os trabalhadores vitoriarão sobretudo a partida dos últimos.

Houve grandes festas, grande regozijo, os trabalhadores não cabiam em si de contentes, foguetes sulcaram os ares, auriflomas engrinaldaram as choupas, e por fim os rendeiros, agora donos únicos e incontestados das terras e casebres, fizeram êste discurso, esfregando as mãos de satisfação:

— E agora, amigos, que nos libertámos, amemos os *nossos* domínios, tratemos deles com carinho e sacrificio e voltemos ao trabalho — vós com os braços, nós com a cabeça (ai! este último o mais pesado e espinhoso dos dois). Agora que os governantes somos nós, isto é, os vossos legítimos e dedicados representantes, por vós livremente escolhidos, podeis confiar no nosso amor por vós e pelas terras. Esperai com paciência. Ordem e trabalho!

Os trabalhadores voltaram às suas occupações; mas, passados os primeiros fumos da embriaguez do triunfo, começaram a notar, não sem surpresa, que da vitória apenas lhes restava o contentamento íntimo pelo desaparecimento do parasitismo aristocrático e clerical.

Mas, materialmente, a sua situação não mudara.

Na sua arca não entrava nem mais um naco de pão. Do produto do seu labor continuava a ser deduzida a mesma pesada percentagem. Viam-se, como antes, obrigados a mandar muitos dos seus filhos para longe. Nas terras, nada lhes pertencia.

Os antigos rendeiros eram proprietários de tudo: terras, casas, instrumentos de trabalho, oficinas, etc., e portanto também dos braços dos seus homens. Do que esses braços produziam, tiravam eles bons proventos e pagavam a todos os seus parentes amigos e guardas.

Dantes, aos trabalhadores parecia constituírem os fidalgos e os padres o seu inimigo único, causa da sua ruína; mas agora que essa ralé faltava, afigurava-se-lhes por vezes que o velho inimigo encobria em tempos idos um outro, e que esse outro, agora só, era a classe dos antigos rendeiros, novos governantes!

Apesar dos gastos reduzidos, dos parasitismos eliminados, — coisa estranha! — os trabalhadores não obtiveram maior quinhão do produto dos seus esforços. Os novos governantes até lhes exigiram novos sacrifícios.

— Amigos (vieram eles dizer): nós expulsámos os malditos fidalgos e jesuitas, para vosso bem sobretudo. É preciso que eles não voltem. Devemos defender-nos contra eles, e também contra as possíveis cubiças dos proprietários vizinhos; e para isso precisamos de comprar bom armamento (que

nós, os governantes, arrecadaremos em depósitos seguros) e de aumentar o número de guardas, sob o comando dos nossos filhos e parentes.

— E o dinheiro? perguntou um.

— Pediremos emprestado.

— Mas então mais empenhado ficará tudo e mais depressa irão à penhora estas propriedades, objectou outro.

— Não. Assim arranjaremos colocação para os nossos filhos e conquistaremos as boas graças dos construtores, cá de casa e lá de fora.

— Mais valeria então empregar esse dinheiro em arados, máquinas, canais, escolas.

— Não se trabalha em paz sem estar garantida uma defesa...

— Defesa de quê? interrompeu um rapaz atrevidote. Nós, os trabalhadores, nada temos que perder nem que defender; e a cada passo, por falta de pão e de trabalho, nos vemos forçados a ir para fora, para longe do lugar onde nascemos e crescemos. Ainda se tudo fôsse de todos e para todos...

— Cala-te! traidor! bradaram furiosos os novos senhores. Prendam e castiguem esse ingrato! Todos nós temos o dever sagrado de defender o que é *nosso*, de dar a vida pelos *nossos* belos domínios: é um dever que, sendo necessário, saberemos impor pela força. E basta de palavriado.

Houve um silêncio aterrado e gélido, que a voz singularmente cortante do rapaz atrevido, levado

no meio de guardas armados, rasgou irónicamente:

—Tem graça! Vêr-se cada um obrigado a defender o que é «seu» à força! Que solicitude tam... desinteressada!

.....

Impossível prosseguir nesta história, evidentemente truncada, que nos deixa assim suspensos, a fantasiar-lhe o seguimento e o desenlace! Mas, a despeito de todas as investigações, não se encontraram as restantes folhas do manuscrito.

